

**Universidade de Brasília
Faculdade de Comunicação
Mestrado em Comunicação**

***Enquadramentos de Guerra:
A cobertura do recente conflito no Iraque
em dois jornais brasileiros***

**Dissertação apresentada à Faculdade de
Comunicação como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em
Comunicação**

**Autor: Igor Marx Freire Ferreira Lima e Silva
Orientadora: Profa. Dra. Dione Oliveira Moura
Brasília
2006**

Resumo

Este estudo analisa, com o uso do marco teórico de *enquadramento*, a cobertura realizada por dois jornais brasileiros no recente conflito do Iraque, em 2003. São consideradas 1080 matérias dos jornais brasileiros *Folha de S. Paulo* e *Jornal do Brasil*. O objetivo é averiguar se os efeitos da estrutura internacional de informação – detectados na década de 70 pela Comissão criada pela Unesco para estudar o assunto – persistem até os dias de hoje ou se o desenvolvimento dos meios de comunicação e o surgimento de novos veículos conseguiram garantir um nível de pluralidade às coberturas internacionais efetuadas de um país em desenvolvimento. Os resultados encontrados demonstram a existência de uma estrutura hegemônica que enviesa o conteúdo veiculado.

Palavras-chave: *Hegemonia, esfera pública, enquadramento, Relatório McBride, rotinas produtivas, jornalismo internacional.*

Abstract

This work intends to analyze, using the theory of *framing*, the coverage made by two Brazilian newspapers of the Iraq conflict, taken place in 2003. In total, 1080 articles were analyzed from *Folha de S. Paulo* and *Jornal do Brasil*. The main goal of this study is to verify if the effects of the international structure of information, which would have been detected in the early 70's by the commission created by Unesco to investigate the subject, persists until today or if the development of the mass media and the emergence of new medias succeeded in assuring a level of plurality in the international covering scenario made by a developing country. The results demonstrate the existence of a hegemonic structure which distorts the content of the news.

Keywords: *Hegemony, public sphere, framing, McBride Report, routines, international reporting.*

Sumário

1.	Apresentação	7
2.	Justificativa	11
3.	Objetivos	15
4.	Marco Teórico	16
	4.1 As Teorias Sociológicas de Médio Alcance	17
	4.2 Rotinas produtivas no jornalismo e o papel da objetividade	18
	4.2.1 O papel da objetividade	21
	4.3 Relatório McBride e a relação das agências de notícias com os meios de comunicação brasileiros	25
	4.3.1 A relação das agências de notícias “transnacionais” e nacionais com os meios de comunicação brasileiros	33
	4.5 Noam Chomsky e seu “modelo de propaganda”	37
	4.6 Os conceitos estruturantes de Esfera Pública e Hegemonia	41
	4.7 <i>Agenda-Setting</i> e Enquadramento	45
5.	Revisão histórica: As Guerras na Mídia	53
	5.1 A evolução da cobertura jornalística de Guerra	54
	5.2 Guerra da Criméia (1854-1856)	55
	5.3 A guerra civil norte-americana (1861-1865)	56
	5.4 A Idade de Ouro	58
	5.5 A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)	59
	5.6 A Segunda Guerra Mundial (1939-1945)	60
	5.7 A Guerra do Vietnã (1959-1975)	64
	5.8 A Guerra do Golfo (1991)	70
	5.9 A cobertura internacional das Guerras	77
6.	Procedimentos metodológicos	79
7.	A Cobertura da mídia no Conflito do Iraque	84

7.1 A preparação para o confronto	85
7.2 O 11 de Setembro	86
7.3 A Guerra do Afeganistão – 2001	87
7.4 O início do Conflito no Iraque	87
7.5 O começo da cobertura na mídia	90
7.6 Análise das Matérias segundo o gênero	92
7.7 Semelhanças na cobertura de acordo com o gênero	94
7.8 Veículos estrangeiros mais citados durante a cobertura	105
7.9 A visão da mídia da cobertura da guerra	108
7.10 O papel do Diário de Bagdá	113
7.11 Os Enquadramentos do Conflito no Iraque	116
7.12 Pluralidade de Enquadramentos	124
8. Considerações Finais	127
9. Referências Bibliográficas	136
10. Anexos	141
10.1 Entrevista – Marcelo Ambrósio	142
10.2 Entrevista – Cláudia Antunes	147
10.3 Entrevista – Sérgio Malbergier	151
10.4 Entrevista – Sérgio Dávila	156
10.5 Editorial: O New York Times e o Iraque	166

Figuras e Gráficos

1. Estrutura da Esfera Pública	42
2. Esfera Desviante, da controvérsia legítima e do consenso	67
3. Folha de S. Paulo – Porcentagem dos Gêneros	95
4. Jornal do Brasil – Porcentagem dos Gêneros	95
5. Folha de S. Paulo – Frequência dos Gêneros	96
6. Jornal do Brasil – Frequência dos Gêneros	98
7. Jornal do Brasil – <i>Ranking</i> dos veículos mais reproduzidos	102
8. Folha de S. Paulo – <i>Ranking</i> dos veículos mais reproduzidos	103
9. Folha de S. Paulo – Veículos mais citados	105
10. Jornal do Brasil – Veículos mais citados	105
11. Folha de S. Paulo – Volume de Enquadramentos	118
12. Jornal do Brasil – Volume de Enquadramentos	119
13. Folha de S. Paulo – Frequência dos Enquadramentos	120
14. Jornal do Brasil – Frequência dos Enquadramentos	122
15. Folha de S. Paulo – Pluralidade das Matérias	124
16. Jornal do Brasil – Pluralidade das Matérias	125

Apresentação

Entre conceitos perfeitamente consolidados e outros nem tanto, o campo da comunicação se depara inevitavelmente com sua relativa imaturidade quando comparada a outras áreas das Ciências Humanas. Como afirmou Joseph Klapper, “a literatura [em comunicação] alcançou grau de profusão e desordem característico de todas as disciplinas em expansão, em que os pesquisadores e administradores procuram ansiosamente estabelecer centros onde o acúmulo de dados possa ser examinado e classificado”¹. Apontado em meados dos anos 50, este aspecto ressaltado por Klapper se torna especialmente evidente nos temas em que a comunicação se mostra inter-relacionada a um segundo campo distinto, como a Política.

No Brasil e no resto do mundo, o encontro entre a Comunicação Social e o campo da Política se mostrou mais vigoroso no decorrer do século XX. Foi no período que sucedeu a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, que se desenvolveram os primeiros estudos sobre a ‘propaganda’, aproveitando os avanços ocorridos nos campos da Psicologia Social e da própria Comunicação. Nesse momento, as pesquisas sobre o assunto se dividiram em duas vertentes principais: a primeira contemplava os mecanismos psicológicos em que se dão os diversos níveis de influência, e a segunda estava relacionada às técnicas específicas utilizadas ostensivamente por propagandistas para multiplicar os seus negócios.

Percebendo a importância que a mídia adquiria nos anos do pós-guerra, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou em 1948 o estatuto que visava garantir a todos os cidadãos do planeta o direito à informação². Já na década de 70, diversos acadêmicos se reuniram no âmbito da Unesco (o órgão das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) e chegaram ao documento que ficou conhecido como *Relatório*

¹ KLAPPER, Joseph T. *Os efeitos da comunicação de massa*. In Gabriel Cohn (Org.): *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975. pp. 162.

² Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948. Artigo 19.

*McBride*³. Entre as 82 recomendações do documento (que são analisadas com mais detalhes no capítulo sobre o Marco Teórico), as mais contundentes estavam relacionadas à democratização dos meios de comunicação, em que os especialistas alertavam para os perigos do crescimento das empresas transnacionais de comunicação e do fluxo informacional de mão única no sentido Norte-Sul.

Embora seja considerado um marco nos estudos de Comunicação e Política, o Relatório McBride teve o seu conteúdo abafado devido ao embate ideológico que acontecia no mundo em função da Guerra Fria. Na época, os governos norte-americano e britânico se manifestaram publicamente contra a Unesco, afirmando que o documento estava atendendo aos interesses dos soviéticos e ditadores do Terceiro Mundo. Entretanto, a Comissão McBride conseguiu com o seu relatório, apesar de todos os obstáculos, evidenciar o aspecto profundamente político, econômico e ideológico inerente às discussões sobre Comunicação Social em tempos de globalização.

De acordo com Gomes⁴, existem basicamente três estágios na literatura sobre comunicação e política. A primeira diz respeito à fase dos estudos dispersos sobre os fenômenos singulares da política onde se verifica uma presença importante da comunicação de massa ou sobre aspectos da comunicação de massa com incidência na política. Nesta fase, que se estende da década de 20 à metade dos anos 40, os estudos foram concentrados nos efeitos e reflexos do que se chamava *mass media* (expressão taquigráfica para rádio, imprensa, cinema e, posteriormente, televisão), além da propaganda, opinião pública e a decisão do voto.

Segundo Gomes, a perspectiva instrumental da mídia refletia uma concepção que atribuía pouca importância às propriedades imanentes da comunicação de massa. A esse respeito, ele ressalta que:

³ Documento que ganhou o nome do presidente da comissão e fundador da Anistia Internacional, Sean McBride.

⁴ GOMES, Wilson. *Transformações da Política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Editora Paulus, 2004.

[Havia uma tendência nesse período] a exagerar a capacidade dos efeitos que esses novos meios produzem nas pessoas, seja porque eles alcançam ao mesmo tempo uma espantosa quantidade de pessoas, seja porque parece que os indivíduos não têm defesa em face do seu poder de influenciar decisão, gosto e opinião, como se acreditava até os anos 40, seja, enfim, alternativamente, porque são capazes de conformar e reproduzir, sistematicamente, a longo ou curto prazo, diretamente ou através de mediações, os sistemas sociais, as representações dominantes, a cultura do capitalismo [...] São vistos, então, como ‘meios’ que se podem empregar para o bem ou para o mal⁵.

Foi somente em meados dos anos 60 que surgiram tentativas de se pensar a relação entre a comunicação e a política, no contexto de autonomia crescente da indústria de comunicação e da indústria cultural que lhe estava associada. Caracterizada ainda como uma fase de afirmação do campo da comunicação perante o campo da política, as pesquisas sobre o assunto mudam o foco de suas considerações entre os anos 60 e início dos anos 70. Nesse período, a comunicação havia se transformado rapidamente em uma indústria potente pelo mundo e a prática política que se apoiava na comunicação de massa já se difundia pelas grandes democracias do planeta.

Todavia, a crise do chamado “pensamento crítico” nos anos 90 e o surgimento dos modelos de abordagem interessados na análise das estruturas de sentido e dos mecanismos operantes na comunicação terminaram por encerrar esta etapa das pesquisas de comunicação e política apontada por Gomes. O término dessa última fase deu lugar a um novo momento em que o ponto de vista negativo deixou de ser o paradigma básico. Mas, de acordo com o autor, a perspectiva crítica continua constituindo a maior parte dos discursos, principalmente fora dos círculos acadêmicos mais restritos e nas pesquisas teóricas.

É justamente dentro dessa nova perspectiva que se insere o objeto de estudo desta dissertação. Sem abandonar as suas raízes calcadas fundamentalmente na tradição crítica, a análise planejada nesta pesquisa procura contribuir para a compreensão dos fenômenos que cercam as interações da mídia com a política. O estudo visa, portanto, identificar o conteúdo que foi veiculado pelos meios impressos de comunicação brasileiros (em especial

⁵ GOMES, Wilson. Op. Cit.

pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Jornal do Brasil*) no decorrer do Segundo Conflito no Iraque, em 2003.

Concebida essencialmente como um trabalho “teórico-aplicado”, ou seja, que se propõe primeiramente a revisar as tradições que perpassam a prática da cobertura internacional para depois analisá-la com o intermédio de um marco teórico específico, a pesquisa está dividida em cinco partes principais: 1) o marco teórico utilizado na fundamentação do trabalho; 2) uma revisão histórica do papel dos correspondentes e das coberturas de guerra; 3) a exposição da metodologia; 4) os dados do estudo empírico; e 5) as considerações finais do trabalho.

O ponto de partida são as rotinas produtivas (*routines*) e a lógica industrial inerente a essas práticas que norteiam os veículos de comunicação. Na sequência, será feita uma discussão em revista do *modus operandi* do noticiário internacional dos veículos informativos brasileiros com base nas idéias contidas no Relatório McBride. Depois, faremos o trabalho de localização da pesquisa no grande contexto das Ciências Sociais por meio da discussão dos conceitos estruturantes de Esfera Pública, de Jürgen Habermas, e de Hegemonia, de Antônio Gramsci, retrabalhado pelo autor galês Raymond Williams. Esta parte se encerra com a apresentação aprofundada dos conceitos de *agenda-setting*, enquadramento e o método de ‘matriz de assinatura’ que será adaptado para identificar os pacotes interpretativos veiculados na imprensa.

A terceira parte do trabalho consiste em uma exposição da evolução da cobertura de guerra na História. Além de apresentar as características midiáticas que alteraram definitivamente a maneira como os conflitos são encarados, esta sessão tem como objetivo evidenciar os precedentes que resultaram na cobertura dos jornais no segundo conflito iraquiano. Na quarta parte, explicitamos a metodologia utilizada e, nas partes cinco e seis, estão os resultados da pesquisa empírica e a conclusão do trabalho, em que tratamos da variedade de enquadramentos e da disputa simbólica na construção social da realidade.

Justificativa

No momento que antecedeu o Segundo Conflito no Iraque, extremamente atrelado ao contexto criado pelo atentado ao *World Trade Center* no dia 11 de Setembro de 2001, a atenção do mundo havia voltado novamente para o regime de Saddam Hussein depois de uma década de sanções das Nações Unidas com a derrota na Guerra do Golfo, em 1991. Somente os veículos de imprensa mais críticos questionavam a veracidade e a credibilidade das acusações repetidas à exaustão no Conselho de Segurança da ONU pelos representantes do presidente e comandante-chefe dos Estados Unidos, George W. Bush, sobre a existência de armas de destruição em massa no país do Golfo Pérsico.

Quando o conflito se tornou iminente, a oportunidade única de cobrir uma guerra de tamanha magnitude causou grande interesse em jornais e redes de televisão do mundo inteiro. Todos queriam garantir presença no que se pretendia ser – de acordo com o governo norte-americano – uma investida “rápida e eficaz” que neutralizaria definitivamente as forças do líder iraquiano. Mas, em se tratando de uma guerra, a acessibilidade às informações é restrita e a produção para apurá-las *in loco* dispendiosa. Desse modo, somente um veículo brasileiro conseguiu utilizar a figura do correspondente de guerra para fundamentar o seu noticiário⁶.

A dificuldade estrutural da cobertura de guerra proporcionada pelo alto custo operacional e de produção para as empresas jornalísticas evidencia a relação existente entre os meios de comunicação brasileiros e a mídia internacional consolidada, a chamada Grande Imprensa, originária principalmente dos Estados Unidos e Europa. Detentores de maiores recursos, tais veículos internacionais de notícias se encarregam de divulgar boa parte das informações que circulam nos meios brasileiros quando o assunto é cobertura de conflitos em países distantes. No caso específico do conflito no Iraque, a jornalista peruana Verônica Goyzueta confirma que estavam “apenas os meios de comunicação que tinham a

⁶ O único veículo que conseguiu enviar um correspondente à Bagdá foi a *Folha de S. Paulo*. O jornalista Sérgio Dávila e o fotógrafo Juca Varella eram os responsáveis pela cobertura *in loco*, em sessão do jornal intitulada “Diário de Bagdá”. Ao retirá-los da capital iraquiana antes do fim do conflito, a *FSP* alegou que a decisão foi tomada em função da segurança dos profissionais e por dificuldades para enviar dinheiro ao Iraque.

condição de pagar grandes somas de dinheiro pelos direitos de cobertura exigidos pelo governo iraquiano”⁷.

Nesse contexto, o Brasil, como país não envolvido diretamente nas questões que motivaram o conflito, teria condições para exercer uma cobertura jornalística independente e responsável. Será? Apesar do surgimento de veículos árabes que amenizavam a necessidade de um correspondente de guerra no conflito, como as redes de televisão Abu Dhabi e a notória Al Jazeera, a mídia brasileira apresenta como tradição o espelhamento na imprensa anglo-americana, precisamente aquela que foi à guerra. A conjuntura histórica do período propiciou, em suma, momento singular para a pesquisa dos efeitos dessa referência na cobertura internacional dos jornais brasileiros.

Além disso, embora sejam muitas as obras disponíveis a respeito do desempenho dos meios de comunicação em conflitos recentes, a maioria se detém ao tema da cobertura de guerra sob uma perspectiva jornalística, sem possuir um marco teórico coerente que explique os motivos existentes por trás do comportamento da mídia. Outras obras, como a da jornalista e pesquisadora Paula Fontenelle *Iraque – A Guerra pelas Mentes*, são caracterizadas pelo reducionismo da explicação de manipulação dos veículos realizada pelos governos envolvidos. No estudo aqui proposto, um dos principais objetivos é vislumbrar a variedade de fatores que determinam a complexa estrutura da cobertura jornalística em um conflito armado internacional.

Para tanto, partimos da noção – derivada das teorias sobre *agenda-setting* – de que a visibilidade na mídia é um componente essencial da produção do capital político. Segundo esta corrente teórica, a pauta das questões relevantes postas para deliberação pública é em grande parte condicionada pela visibilidade de cada questão nos meios de comunicação. Neste sentido, Mauro Wolf afirma, citando Eugene F. Shaw, que as pessoas têm a tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo⁸.

⁷ GOYZUETA, Verônica. *Jornalismo na Guerra: nossas falhas em evidência*. In: Guerra e Imprensa. São Paulo: Summus Editorial, 2003. pp. 55.

⁸ WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

De fato, as informações são trabalhadas em cima de diversos critérios complexos, desde a relevância jornalística às rotinas produtivas de cada empresa. Ao determinar as informações que são divulgadas, os meios de comunicação – e a imprensa, em especial – apresentam uma lista dos assuntos que merecem a atenção do público. De forma sintética, a idéia central da *agenda-setting* é de que os veículos, embora possam não ser bem sucedidos ao indicar ao público ‘como’ pensar, são espantosamente eficazes ao dizer sobre ‘o que’ deve dispensar o seu tempo pensando.

Porém, tendo em vista que a mídia não se limita à definição da agenda, no sentido de apresentação neutra de um elenco de assuntos, esta corrente teórica será complementada pela noção de enquadramento (*framing*). Este conceito teve sua origem no transcorrer das discussões sobre a ampla teoria da *agenda-setting*, partindo da contribuição de diversos autores do campo da psicologia cognitiva e de trabalhos de cunho sociológico.

De acordo com Porto⁹, assim como a *agenda-setting* trabalhava com a idéia de seleção, o enquadramento veio a acrescentar a idéia de saliência, chamando a atenção para a questão do enfoque – ou do ângulo – com que são tratadas as informações no âmbito dos meios de comunicação. Em poucas palavras, enquadramento da notícia pode ser definido como a ênfase colocada para realçar ou excluir um determinado aspecto da realidade no texto jornalístico, visando alcançar um certo entendimento.

A partir dessa noção, este trabalho pretende verificar o tratamento dado pelos jornais às reportagens produzidas sobre o Conflito no Iraque. As principais questões que movem a pesquisa são as seguintes:

Q1) Existiu predominância de uma interpretação específica em detrimento de outras interpretações?

⁹ PORTO, Mauro. *Enquadramentos da Mídia e Política*. Texto apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu (MG), 2002.

Q2) Houve influência determinante dos enquadramentos provenientes dos grandes veículos informativos mundiais no conteúdo veiculado sobre a guerra?

Q3) Os meios de comunicação conseguiram municiar o público com uma variedade de interpretações consistentes que possibilitasse a formação de opiniões alternativas?

Q4) Havia a possibilidade do jornalista, como responsável direto pela veiculação das informações, alterar o padrão da cobertura?

Objetivos

Geral

Identificar e analisar a cobertura realizada pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Jornal do Brasil* do Conflito no Iraque, em 2003.

Específicos

1. Examinar se a cobertura realizada pelos veículos brasileiros no conflito seguiu um padrão observável de acordo com o marco teórico de enquadramento;
2. Sistematizar os dados sobre os pacotes interpretativos que são privilegiados pela mídia em detrimento de outros;
3. Pormenorizar a constância com que cada pacote interpretativo é veiculado nos momentos distintos do conflito no Golfo Pérsico;
4. Averiguar os procedimentos das rotinas produtivas jornalísticas que influenciam na determinação do padrão;
5. Identificar o nível de influência dos veículos internacionais de notícias na construção do noticiário de guerra;
6. Analisar como a mídia localizada no Brasil contribuiu no debate a respeito do conflito em questão e sobre as guerras em geral.

Marco Teórico

1) As Teorias Sociológicas de Médio Alcance:

Dentre as inúmeras correntes teóricas existentes de pesquisa em campos como a ciência política, sociologia e a psicologia, este trabalho se encaixa no que Merton (1970) definiu como *Teoria Sociológica de Médio Alcance*. Tal corrente aparece principalmente nos estudos de sociologia para servir de guia às pesquisas empíricas. As teorias sociológicas de médio alcance ocupam, segundo o autor, uma situação intermediária entre as teorias gerais de sistemas sociais, muito afastadas das espécies particulares de organização e mudança sociais para explicar o que é observado, e as detalhadas descrições empíricas de pormenores, que não são de modo algum generalizados.

As teorias sociológicas de médio alcance tratam de aspectos limitados dos fenômenos sociais, conforme o próprio nome indica. Merton explica que os problemas tratados por essas teorias exigem do pesquisador um engajamento nitidamente diferente daquele exigido pela busca de uma teoria unificada com objetivos totalizantes.

[...] Essa procura de um sistema global de teoria sociológica, no qual as observações sobre todos os aspectos do comportamento, da organização e da mudança sociais, encontrariam prontamente seu lugar preordenado, tem o mesmo desafio estimulante e as mesmas promessas insignificantes daqueles sistemas filosóficos que procuravam tudo abarcar e que caíram num merecido esquecimento. O problema deve ser adequadamente coordenado¹⁰.

Para Merton, é um equívoco entre cientistas sociais acreditar que os sistemas de pensamento possam desenvolver-se eficazmente antes do acúmulo de uma grande quantidade de informações básicas. De acordo com o autor, o período de existência das ciências sociais é muito pequeno, de forma a não favorecer o desenvolvimento de sistemas sociológicos totais. Sendo assim, as teorias de médio alcance consistem em conjuntos limitados de pressupostos, dos quais se derivam logicamente hipóteses específicas, confirmadas pela investigação empírica.

¹⁰ MERTON. Robert K. *Sobre as teorias sociológicas de médio alcance*. In *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970, pp. 57.

A partir desse quadro e contando com a perspectiva de médio alcance do enquadramento, o presente estudo espera contribuir no desenvolvimento de marcos teóricos e estudos empíricos na área da Comunicação e Política. A análise, localizada dentro do contexto das pesquisas empíricas teoricamente alicerçadas, pretende revelar os fatores estruturais que determinam a cobertura internacional no Brasil. O objetivo social maior é colaborar para o melhor entendimento e avanço do conhecimento disponível sobre o jornalismo e do papel exercido pelos veículos informativos na democracia brasileira.

2) Rotinas produtivas no jornalismo e o papel da objetividade:

O jornalista, seja qual for a função que exerça nos veículos de comunicação, precisa fazer escolhas e tomar decisões diariamente. Tais escolhas selecionam e ordenam pouco a pouco a massa dos acontecimentos cotidianos até que culminam no conjunto de notícias que se tornará público. Segundo Gans¹¹, a seleção das notícias é um processo de decisão e escolha realizado rapidamente. Os critérios, de acordo com o autor, devem ser fáceis e velozmente aplicáveis de maneira que as alternativas possam ser escolhidas sem demasiada reflexão.

Ele ainda acrescenta que a simplicidade do raciocínio ajuda os profissionais a evitarem incertezas excessivas quanto ao fato de terem ou não efetuado a escolha apropriada. Por outro lado, “os critérios devem ser flexíveis para poderem adaptar-se à infinita variedade de acontecimentos disponíveis; além disso, devem ser relacionáveis e comparáveis, dado que a oportunidade de uma notícia depende sempre das outras igualmente disponíveis” (GANS, 1979: 82).

Com o objetivo de nortear o jornalista na tarefa de eleger quais são os acontecimentos considerados suficientemente interessantes, significativos e relevantes a

¹¹ GANS, H. *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1979.

ponto de serem transformados em notícias, é que destacamos o papel dos chamados ‘valores-notícia’. Surgido no contexto dos estudos de *Newsmaking*¹², os valores-notícia podem ser entendidos como critérios de relevância espalhados ao longo de todo o processo de produção. Bem entendido, eles não apenas estão presentes na seleção do noticiário, como participam também nas operações posteriores, embora com um impacto diferente. Golding e Elliot explicam:

*Os valores/notícia são utilizados de duas maneiras. São critérios de seleção dos elementos dignos de serem incluídos no produto final, desde o material disponível até à redação. Em segundo lugar, funcionam como linhas-guia para a apresentação do material, sugerindo o que deve ser realçado, o que deve ser omitido, o que deve ser prioritário na preparação das notícias a apresentar ao público. Os valores/notícia são, portanto, regras práticas que abrangem um corpus de conhecimentos profissionais que, implicitamente, e, muitas vezes, explicitamente, explicam e guiam os procedimentos operacionais de redação*¹³.

Wolf¹⁴ afirma que a noticiabilidade pode ser definida como sendo o conjunto de elementos por meio dos quais o órgão informativo controla e gere a quantidade e o tipo de acontecimentos de entre os quais há que se selecionar as notícias. Segundo ele, a tendência que um fato tem para se transformar em notícia depende, conseqüentemente, do seu grau de integração aos processos rotineiros de produção industrial da notícia. Tornaria-se produto informativo aquilo que é suscetível de ser trabalhado pela empresa jornalística sem excessiva alteração do ciclo produtivo normal.

Apesar do fato de que os valores-notícia mudam com o tempo, Wolf os decompõem em pressupostos implícitos ou de considerações relativas:

- a) às características substantivas das notícias; ao seu conteúdo;
- b) à disponibilidade do material e aos critérios relativos ao produto informativo;
- c) ao público;
- d) à concorrência.

¹² Essa abordagem se preocupa com a questão da imagem que os noticiários fazem do mundo. Articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho.

¹³ GOLDING, Peter & ELLIOT, Philip. *Making the News*. Londres: Logman, 1979.

¹⁴ WOLF, Mauro. Op. Cit.

A primeira categoria de considerações diz respeito ao acontecimento a transformar em notícia; a segunda está relacionada ao conjunto dos processos de produção e realização; a terceira diz respeito à imagem que os jornalistas têm acerca dos destinatários e a última diz respeito às relações entre os veículos jornalísticos existentes no mercado informativo. De acordo com o autor, os critérios substantivos articulam-se essencialmente em dois fatores: a importância e o interesse da notícia. A importância seria determinada por quatro variáveis:

1) Grau e nível hierárquico dos indivíduos envolvidos no acontecimento noticiável, quer no que diz respeito às instituições governamentais, quer aos outros organismos e hierarquias sociais;

2) impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional;

3) quantidade de pessoas que o acontecimento (de fato ou potencialmente) envolve;

4) relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

Sobre os valores-notícia “importância e visibilidade”, Galtung e Ruge¹⁵ apontam que quanto mais o acontecimento disser respeito aos países – e/ou a pessoas – de elite, maior é a probabilidade de se transformar em notícia. Nesse mesmo sentido, Gans (1979) também observou a facilidade daqueles que detêm o poder econômico ou político de ter a sua versão dos fatos ouvida pelos jornalistas, enquanto os que não têm qualquer poder dificilmente se tornam notícia até o ponto em que as suas ações produzem efeitos moralmente ou socialmente negativos.

Por outro lado, Wolf frisa que o fator ‘interesse da história’ está estreitamente ligado às imagens que os profissionais têm do público e também do valor-notícia que Golding e Elliot (1979) definem como “capacidade de entretenimento”. Resumidamente, as notícias também são interessantes na medida em que procuram dar uma interpretação de

¹⁵ GALTUNG, Johan & RUGE, Mari Holmbee. *The Structure of Foreign News. In: Journal of Peace Research*. Vol.1, pp 64-90.

um acontecimento baseada no aspecto do ‘interesse humano’, do ponto de vista insólito, ou das pequenas curiosidades que captam a atenção de leitores e telespectadores. No caso específico da cobertura de guerra, esse aspecto aparece principalmente em reportagens que tratam de feitos heróicos ou de relatos provenientes de sobreviventes dos combates.

Constituída pelas fases de recolha, seleção e apresentação das notícias, as rotinas produtivas dos meios de comunicação apresentam os critérios dos valores-notícia enraizados em todo processo informativo. Os estudos de *Newsmaking*, por exemplo, apontam para a importância da origem das informações ao salientar que uma das causas da fragmentação e super-representação da área político-institucional na informação de massa reside nos procedimentos rotineiros de recolha dos materiais de onde se vão extrair as notícias. Na maioria dos casos, completa Wolf, “trata-se de material produzido em outro local, que a redação se limita a receber e a reestruturar, em conformidade com os valores-notícia relativos ao produto, ao formato e ao meio de comunicação”¹⁶.

2.1) O papel da objetividade:

Considerada como um dos maiores e mais permanentes pilares da prática jornalística, a objetividade é apontada em todo o processo informativo como uma das maiores virtudes da obra jornalística e como uma noção presente a cada fase do processo de feitura da notícia, adotada como um norte pela imprensa do ocidente há mais de um século. Em outras palavras, a objetividade pode ser compreendida como uma paixão e uma obsessão para o jornalismo, que vem quase inconscientemente atrelada à idéia de verdade.

De acordo com Luiz Amaral¹⁷, os conceitos de objetividade são diversos. Para além da definição daquilo que existe independentemente do pensamento, o conhecimento objetivo seria aquele que se afasta da sensibilidade e da subjetividade, baseando-se em observações controladas, verificações e experimentos. Mas, dentre os muitos autores que se

¹⁶ WOLF, Mauro. Op. Cit.

¹⁷ AMARAL, Luiz. *A Objetividade Jornalística*. Porto Alegre, Ed. Sagra – D C Luzzatto, 1996, p.18.

dedicaram a discutir esse conceito, Japiassu¹⁸ discorda da noção de objetividade como conhecimento de verdade. Textualmente, ele afirma:

Ora, a objetividade não existe. O que existe é uma “objetivação”, uma “objetividade aproximada” ou um esforço de conhecer a realidade naquilo que ela é e não naquilo que gostaríamos que ela fosse. Bachelard fala de “conhecimento aproximado”. Sem dúvida, o projeto de conhecimento científico é atingir a realidade naquilo que ela é. Mas esse projeto é irrealizável. Só conhecemos o real como nós o vemos; o sujeito constrói o objetivo de sua ciência. A objetividade não passa de um ideal: nenhum sujeito a realiza.

Neste sentido, Tuchman¹⁹ afirma que os jornalistas invocam a noção de objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrânico põe um colar de alho em volta do pescoço para afastar os espíritos malignos. Segundo a autora, estes profissionais acreditam que podem mitigar pressões contínuas como os prazos, os possíveis processos de difamação e as repressões dos superiores com a argumentação de que o seu trabalho é “objetivo”. A idéia central de sua análise é de que a objetividade pode ser vista como um ritual estratégico que tem como finalidade proteger os jornalistas dos perigos da sua profissão.

Tuchman entende “ritual” como um procedimento de rotina que tem relativamente pouca relevância ou uma relevância tangencial para o fim procurado, embora a adesão ao procedimento seja frequentemente obrigatória. Para ela, o fato de um procedimento ser o meio mais conhecido de se chegar ao fim que se procura não deprecia a sua característica como um ritual. Sendo assim, os jornalistas invocam essas práticas para neutralizar eventuais críticas e para seguirem rotinas confinadas pelo limites cognitivos da racionalidade.

A autora ainda acrescenta que esses mesmos rituais também são ‘estratégias performativas’. Nesse caso, o termo ‘estratégia’ denota a tática ofensiva destinada a prevenir o ataque ou a defletir, do ponto de vista defensivo, as críticas. Além do método de

¹⁸ JAPIASSU, Hilton. *O mito da Neutralidade Científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

¹⁹ TUCHMAN, Gaye. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. TRAQUINA, Nelson (org.). Lisboa: Ed. Veja, 1993.

verificação dos fatos, Tuchman aponta quatro procedimentos estratégicos que fazem com que o jornalista consiga a sua pretendida “objetividade”: a apresentação de possibilidades conflituosas, a apresentação de provas auxiliares, o uso judicioso das aspas e a organização da informação numa seqüência estruturada.

Citando a perspectiva de Hughes²⁰ de que as profissões desenvolvem procedimentos ‘ritualizados’ para se protegerem de eventuais ataques, Tuchman afirma também que há uma séria preocupação em atender a racionalidade industrial da produção da notícia. E observa que se todos os repórteres reunirem e estruturarem os ‘fatos’ de modo descomprometido, imparcial e impessoal, os prazos serão respeitados e os processos de difamação evitados.

Esse entendimento de Tuchman foi enriquecido com a abordagem de Moretzsohn. Esta pesquisadora acredita que a discussão sobre a objetividade no jornalismo não costuma dar conta do processo como um todo, sem o qual a notícia não se realiza. Sobre esse ponto, ela ressalta:

Quando se fala em objetividade, tem-se em mente apenas o texto, ignorando-se não apenas o processo de seleção das informações ali contidas, mas o fato de que um jornal é um conjunto de elementos verbais e não verbais que interagem na produção de sentido. Assim, nada se diz sobre a “objetividade” de fotos e ilustrações, muito menos da edição²¹.

Fazendo um contraponto à análise proposta por Tuchman, Moretzsohn advoga que o estudo dos ‘rituais estratégicos’ põe de lado a importância política do jornalismo e, por isso, acaba vítima de seus próprios pressupostos, não conseguindo romper o círculo vicioso da análise formalista. Na opinião da pesquisadora, perceber o jornalista estritamente como um “profissional” obediente a procedimentos pré-determinados é uma maneira de reduzir a sua importância e sua possibilidade transformadora.

²⁰ HUGHES, Everett. *Men and Their Work*. Glencoe III: Free Press.

²¹ MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo na contramão da política. In: *Imprensa e Poder*. Luiz Gonzaga Motta (org.). Brasília: Editora da UnB, 2002.

Por outro lado, Serra²² frisa que estudos realizados no Brasil, utilizando a abordagem do *Newsmaking*, concluem pela autonomia relativa do profissional que no exercício de suas *routines* produtivas está mais para executor de ordens previamente estabelecidas (reuniões de pauta, sistemas de avaliação internos dos jornais, limitação das fontes, imposição de *dead lines*, enfoques determinados pelos editores, disputa do espaço com matérias de última hora ou com anúncios publicitários, etc) do que para super-herói que controla os deslizes da sociedade.

A autora, com base em Curran (1996), também afirma que as rotinas e os valores-notícia possuem a característica de não favorecer os grupos sociais mais fracos e desorganizados. Para ela, as rotinas privilegiam as elites na medida em que promovem uma visão moral e individual dos problemas ao invés de uma visão política e coletiva, além de fazer com que sistemas de pensamento e imagens predominantes na sociedade sejam influenciados pelos grupos dominantes, ecoando espontaneamente nos jornalistas que trabalham constantemente sob a pressão do tempo.

A análise da objetividade, vista como um dos mais importantes valores-notícia enraizados nas rotinas produtivas, revela uma tendência dos meios de comunicação de dar mais cobertura a grupos mais organizados em detrimento de outros menos favorecidos de meios para se tornar “merecedores” da atenção da sociedade. Assim como mostra Serra, é possível perceber aqui a importância estratégica dos veículos informativos e, conseqüentemente, dos jornalistas no processo de construção de significado no mundo da política. Tal noção é vital para o entendimento do questionamento número 4 do trabalho e será essencial para fundamentar a análise dos dados obtidos na parte empírica do projeto.

Hall²³ também chama a atenção para as rotinas produtivas, a fim de observar como a mídia reproduz as definições dos poderosos sem estar necessariamente a seu serviço. Segundo ele, a mídia não se limita a criar as notícias, nem se restringe a transmitir a

²² SERRA, Sônia. *Relendo o 'gatekeeper': notas sobre condicionantes do jornalismo*. Anais XIII Compôs, São Bernardo do Campo, SP, 2004.

²³ HALL, Stuart e outros. A produção social das notícias: o 'Mugging' nos media. In: TRAQUINA, Nelson. Op. Cit. p. 224-248.

ideologia da classe dirigente num esquema conspiratório. O pesquisador defende que a mídia frequentemente não é o definidor primário dos acontecimentos noticiosos. Sua relação estruturada com o poder tem, porém, o efeito de desempenhar um papel secundário ao reproduzir as definições daqueles que possuem acesso privilegiado à mídia como fonte fidedigna. Neste mesmo sentido, Gamson completa:

Os meios de comunicação são um sistema no qual agentes ativos com objetivos específicos estão constantemente engajados em um processo de construção de significado. Em lugar de pensá-los como um conjunto de estímulos aos quais os indivíduos respondem, devemos pensá-los como a arena de uma disputa simbólica complexa sobre qual interpretação deverá prevalecer²⁴.

Essa idéia da mídia como arena caracterizada fundamentalmente por intensos embates simbólicos, trabalhada por Gamson, será especialmente útil na discussão que será feita posteriormente sobre os conceitos de Hegemonia, de Antônio Gramsci, e de Esfera Pública, de Jurgen Habermas. Além disso, ela norteia o entendimento acerca da problemática do fluxo de informações que é apresentada na seqüência.

3) Relatório McBride e a relação das agências de notícias com os meios de comunicação brasileiros:

Ao final dos anos 60, o órgão das Nações Unidas para questões de Educação, Ciência e Cultura – a Unesco – iniciou uma discussão sobre as políticas de comunicação a partir do debate sobre o fluxo de informações no mundo. Na época, o planeta estava dividido em dois lados em decorrência da Guerra Fria. A Unesco, que não interferia até então em temas políticos, passou a encabeçar uma rede internacional de debates sobre as diferenças históricas existentes entre os hemisférios Norte e Sul, tendo como foco o uso dos meios de comunicação. Com isso, além do que já fazia a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, a FAO, outra organização da ONU passava a dedicar sua agenda às questões dos chamados “países subdesenvolvidos”.

²⁴ GAMSON, William. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

Do mesmo modo que atesta o pesquisador Edgard Rebouças, aquela parte do planeta que não se alinhava diretamente nem com o sistema capitalista *americano/europeu* nem com o comunista da União Soviética e seus aliados representava uma grande parcela da população.

*O Terceiro Mundo, segundo a Unesco, deveria ter sua própria voz como difusora de cultura, conhecimento e desenvolvimento. Diante dessa preocupação, a América Latina teve uma importância fundamental, pois a região já vinha servindo de laboratório da Unesco em seu projeto de associar comunicações e desenvolvimento*²⁵.

Ele acrescenta que, com base nos ensaios que tiveram a região como cobaia, chegou-se à Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Comunicação na América Latina e Caribe, realizada em Costa Rica, em julho de 1976. Dessa reunião saiu a *Declaração de San José*, na qual os países que a assinaram declaravam:

"(...) Que establecer planes y programas para el uso extensivo y positivo de los medios de comunicación dentro de las políticas de desarrollo debe ser responsabilidad conjunta del Estado y los miembros de la sociedad;

"Que las políticas nacionales de comunicación deben concebirse en el contexto de las propias realidades, de la libre expresión del pensamiento y del respeto a los derechos individuales y sociales;

"Que las políticas de comunicación deben contribuir al conocimiento, comprensión, amistad, cooperación e integración de los pueblos, en un proceso de identificación de anhelos y necesidades comunes, respetando las soberanías nacionales, el principio jurídico internacional de no intervención entre los Estados y la pluralidad cultural y política de las sociedades y los hombres, en la perspectiva de la solidaridad y la paz universales; (...)"
(UNESCO, 1976).

Rebouças destaca que todos esses princípios eram muito louváveis no papel, mas que diante da realidade latino-americana de ter na época a maioria de seus países sob regimes militares, as intenções da Unesco pareciam demasiadamente utópicas. Porém, foi

²⁵ REBOUÇAS, Edgard. *Que bases teóricas para os estudos de políticas e estratégias de comunicações?* Trabalho apresentado no Núcleo de Políticas e Economia da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

justamente a partir da *Declaração de San José* e da resolução número 100 da 19ª Conferência-Geral da Unesco, em Nairóbi, também em 1976, que saiu a base para o início dos trabalhos da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação. Ela teria a missão de fazer um exame geral dos problemas relativos à Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (Nomic).

Criava-se assim a Comissão que levaria o nome do herói da independência da Irlanda e fundador da Anistia Internacional, Sean McBride. Os quatro objetivos da Comissão McBride eram: 1) fazer um levantamento do estado das comunicações no mundo; 2) analisar o problema do fluxo de informações e quais as necessidades dos países do Terceiro Mundo em relação a isso; 3) saber como a Nomic poderia ser criada diante de uma também Nova Ordem Econômica Internacional; e 4) como os meios de comunicação poderiam se tornar instrumentos para formar uma opinião pública sobre os problemas mundiais.

Das 82 recomendações do relatório final, apresentado em abril de 1980, as mais contundentes diziam respeito à democratização da comunicação, alertando para a ênfase que era dada às questões comerciais em detrimento das sociais, para a oligopolização dos grupos de mídia, o crescimento de empresas transnacionais e o fluxo informacional vertical de mão única no sentido Norte-Sul²⁶. Embora os governos norte-americano e britânico tenham abafado o seu conteúdo, afirmando que o documento estava atendendo aos interesses dos soviéticos e dos ditadores do Terceiro Mundo²⁷, o relatório McBride se destaca ainda hoje como a síntese mais completa do papel desempenhado pelos meios de comunicação dos chamados países em desenvolvimento.

Entre as inúmeras considerações feitas no relatório, a comissão chamou a atenção para o tema da evolução da tecnologia e os impactos dessa evolução nas sociedades. De acordo com o documento, as novas tecnologias têm conseqüências ambíguas pois já revelavam na época a tendência de aumentar a rigidez do sistema de comunicações e de

²⁶ MCBRIDE, Sean (org.). *Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

²⁷ REBOUÇAS, Edgard. Op. Cit.

exagerar seus defeitos ou falhas de funcionamento. O relatório afirma que, ao estabelecer redes cada vez mais poderosas, homogêneas e centralizadas, as novas tecnologias apresentam o risco de acentuar a centralização das fontes sociais de informação e de fortalecer com isso as desigualdades e os desequilíbrios entre países ricos e pobres²⁸.

Como um dos integrantes da comissão da Unesco, o professor chileno e atual diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Juan Somavia atentou para a existência de um sistema que se dá por meio de uma estrutura transnacional de poder e da informação internacional. Em sua opinião, os países subdesenvolvidos estão inseridos na maioria das vezes nesse sistema internacional cuja racionalidade opera inevitavelmente em favor dos países desenvolvidos.

Somavia (1979) acrescenta que as raízes dessa estrutura se encontram nas diversas formas de dominação colonial e de exploração, que caracterizaram historicamente as relações entre o centro e a periferia. Segundo o autor, o sistema opera de acordo com um conjunto de práticas e princípios surgidos após a Segunda Guerra Mundial, nos organismos regionais e mundiais criados durante essa época, com a aprovação explícita ou tácita do reduzido número de países que, então, configuravam a “comunidade internacional”.

A estrutura transnacional de poder se expressa através de formas operativas funcionalmente diferenciadas que, tomadas em seu conjunto, representam um instrumento complexo, cujo objetivo central é consolidar e expandir sua capacidade de ação e influência através do mundo. Utiliza como carta de apresentação um conjunto de valores e aspirações que pretende representar a estabilidade política, a eficiência econômica, a criatividade tecnológica, a “lógica” do mercado, as vantagens do consumismo, a defesa da liberdade, e outros²⁹.

Em estudo realizado em meados da década de 70, o especialista detectou a poderosa influência do que denominou “agências transnacionais de notícias” nos países do Terceiro Mundo. Somavia argumenta que as principais agências nesses países – tais como *United*

²⁸ MCBRIDE, Sean. Op. Cit. pp. 50.

²⁹ SOMAVIA, Juan. *A estrutura transnacional de poder e a informação internacional*. In: Meios de Comunicação: Realidade e Mito. Jorge Werthein (org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

Press International (UPI), *Associated Press* (AP), *Reuters*, e *Agence France Press* (AFP) – não são em nenhum sentido “internacionais”, mas sim empresas transnacionais que operam cada uma a partir de sua matriz, situada em um país capitalista industrializado. As estruturas de propriedade estariam, por definição, totalmente radicadas em seus países de origem.

Somavia explica que, pela natureza de suas atividades, a ação das agências de notícias transcende as fronteiras de seus próprios países, com grande influência e impacto em um elevado número de países estrangeiros nos quais atuam. Suas operações estariam entrelaçadas com outros ramos do sistema transnacional de produção, em particular com a publicidade, as revistas, a produção de programas para televisão e com as empresas transnacionais clássicas. A partir disso, ele defende que o marco conceitual desenvolvido para analisar e formular políticas com respeito às operações das empresas transnacionais é aplicável, com determinadas modificações, às agências de notícias.

De acordo com o pesquisador, o princípio do “livre fluxo de informações”³⁰ (concebido em 1948) significava, na prática, que as agências determinavam o que devia ser considerado como notícia. Ou seja, foi garantido a elas o direito de selecionar, entre os múltiplos acontecimentos nacionais e internacionais, aquilo que deve ser transmitido para que seja conhecido pelo mundo todo. “As agências transformaram-se, assim, em juízes da realidade”, afirma (SOMAVIA, 1979: 134).

Como resultado dessa situação estrutural, Somavia conclui que o comportamento concreto das agências “internacionais” de notícias caracteriza-se por uma série de práticas contrárias às necessidades e interesses dos países em desenvolvimento. Os *valores-notícia* estariam determinados, conscientemente ou mecanicamente, pelos interesses políticos e econômicos do sistema transnacional e dos países onde tal sistema tem suas raízes:

³⁰ O princípio do livre fluxo de informações foi criado na Conferência sobre Liberdade de Informação, realizada na cidade de Genebra em abril de 1948, e sustentava uma completa autonomia dos países na troca de dados e informações.

As agências se constituem num elemento central, dentro dos dispositivos nacionais e internacionais tendentes a manter o status quo e a impedir mudanças reais. Realçam a informação tendente a demonstrar que o sistema “funciona” adequadamente e minimizam ou qualificam negativamente aquelas que denunciam o estado de coisas vigente e propugnam a necessidade de mudança³¹.

Para o pesquisador José Marques de Melo³², essa idéia de fluxo de informação de mão única contida no relatório McBride permanece atual e continua sendo válida. Segundo ele, os problemas apontados pelo documento nunca foram combatidos na essência em função principalmente do contexto conturbado em que ele foi concebido. Na época, a saída das grandes potências capitalistas representou um forte golpe para a implantação da Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação já que a Unesco se viu desprovida dos recursos financeiros necessários para viabilizar as metas projetadas para os anos 80.

Destacando a desordem existente nas discussões atuais a respeito da Nomic, Marques de Melo propõe um resgate das noções contidas no relatório McBride e enumera alguns pontos para revisão. Entre eles, o pesquisador frisa a necessidade de repensar o próprio alcance da Nomic, ou seja, a premissa de que uma nova ordem mundial da informação pode gerar uma nova ordem mundial econômica. Para Marques de Melo, essa afirmação é falsa na medida em que se baseia na crença da onipotência dos meios de comunicação. O autor argumenta que os meios podem exercer grande influência em conjunturas especiais, mas não conseguem isoladamente produzir rupturas históricas.

Já a investigadora Ulla Carlsson³³ afirma que a origem das demandas da Nomic é encontrada no pensamento sobre desenvolvimento que prevalecia no momento em que se deu o debate na Unesco. Segundo ela, havia na época dois paradigmas principais que explicavam o estágio de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo: o da modernização, que tratava do desenvolvimento e da modernização política e econômica,

³¹ SOMAVIA, Juan. Op. Cit.

³² MARQUES DE MELO, José. *Comunicación y poder en América Latina. Las ideas de MacBride en el ocaso de la guerra fría*. Madri: Revista Telos N°. 33, Março-Maio 1993, páginas 18-26.

³³ CARLSSON, Ulla. *The Rise and Fall of NWICO – and Then? From a vision of international regulation to a reality of multilevel governance*. EURICOM Colloquium in Venice 5-7. Maio de 2003.

além da transferência de tecnologias; e o paradigma da dependência, que tratava de imperialismo e subdesenvolvimento, além de revolução e liberação.

Da mesma forma que o grupo da modernização relacionava os problemas dos países em desenvolvimento com características inerentes a História de seus territórios, o grupo da dependência apontava para o subdesenvolvimento como resultado das expressões do capitalismo, como colonialismo e imperialismo. Os objetos de crítica dos países não-alinhados eram as empresas que operavam os cabos submarinos: a AP, a AFP, a UPI, e a *Reuters*. Devido ao monopólio que essas empresas tinham sobre a tecnologia, elas foram responsabilizadas pelo fluxo de informação de mão única no sentido norte-sul.

Além delas, os grandes estúdios de filmes que operavam no mercado internacional também era alvo de preocupações na década de 70. Sediadas nos Estados Unidos, foram corporações como *Columbia*, *Warner Brothers*, *Twentieth Century-Fox* e *United Artists* que criaram o modelo de corporação transnacional que domina o mercado midiático atualmente. De acordo com Carlsson, como a maioria absoluta dessas corporações é norte-americana e europeia, elas arrastam consigo a cultura característica dos seus países para todos os continentes do planeta.

As duas corporações transnacionais existentes nos países em desenvolvimento são da América Latina: a brasileira Rede Globo e a mexicana Televisa. Especializada em televisão, TV a cabo, música e livros, a Globo é a maior empresa em países subdesenvolvidos com a soma de US\$ 3 bilhões em vendas. A pesquisadora acrescenta que o exame das estatísticas internacionais existentes sobre o setor indica uma pequena melhora na situação dos países não-alinhados desde 1970. Um exemplo foi a realização parcial de algumas das metas recomendadas pela Unesco ainda nos anos 60. Para o órgão da ONU, cada uma dessas nações deveria ter pelo menos 20 aparelhos de televisão, 50 receptores de rádio e 100 cópias de jornais para cada mil habitantes.

Em 1980, o relatório McBride revelou que 100 países da África, Ásia e América Latina não haviam alcançado as metas mínimas estabelecidas nos anos 70. Dez anos

depois, cinco países ainda se encontravam abaixo das metas e outros 55 não haviam atingido pelo menos um dos objetivos estabelecidos. As nações africanas predominaram entre os menos desenvolvidos quando o assunto foi mídia. Porém, Carlsson estima que exista no mundo atualmente cerca de 250 aparelhos de televisão para cada grupo de mil habitantes, o que representaria uma porcentagem muito maior que a do telefone.

A autora considera a Internet como o maior exemplo da Revolução Digital e que ilustra o quadro da informação existente nos dias de hoje. Em 2002, calculava-se que 10% da população mundial tinha acesso à rede mundial de computadores. Atualmente, mais de $\frac{3}{4}$ do público usuário da Internet é composto pelos habitantes dos países mais ricos que, por sua vez, possuem somente 14% da população mundial. Somente 1% dos usuários da rede são encontrados na África. Para Carlsson, isso demonstra que existe um grande abismo entre partes distintas do mundo, onde a maioria dos habitantes não possui os meios para interferir no fluxo de informações.

A pesquisadora ainda explica que o período em que a Nomic foi concebida (nos anos 70) caracterizou-se como um momento de crítica dos sistemas políticos e de questionamentos de maneiras para alterá-los. De acordo com ela, o diferencial da discussão sobre a nova ordem mundial da informação foi que a diplomacia internacional e os *policy-makers* finalmente tomaram conhecimento da função política da mídia e de sua estrutura. Sobre os dias de hoje, a autora afirma que a expansão da globalização – além de acarretar em desregulamentação e privatizações – se encarregou de agregar novos problemas aos que antes cercavam o assunto: concentração de propriedade nos meios de comunicação, monopólio de mercados e redução da diversidade.

Carlsson conclui que apesar dos termos de referência utilizados hoje serem bastante diferentes daqueles dos anos 70, a idéia de “desenvolvimento” ainda está ligada ao projeto modernista do mundo ocidental. Para ela, a complexidade da sociedade contemporânea impede que as soluções para os problemas possam ser encontradas em regulamentos de escala internacional. A partir do surgimento de sistemas múltiplos compostos por vários atores diferentes, a autora sugere que o assunto deve ser repensado aproveitando as

informações levantadas na década de 70 sem deixar que estas mesmas informações limitem os entendimentos sobre o fluxo de informação.

Dessa análise das últimas transformações ocorridas na mídia mundial, é possível notar que a função desempenhada pelas novas tecnologias de comunicação e, conseqüentemente, das agências internacionais de notícias não está centrada necessariamente no encurtamento de longas distâncias e na facilitação do diálogo entre os povos, renovando a idéia de uma aldeia global³⁴. Implica também em uma acirrada disputa comercial e, sobretudo, simbólica a respeito de qual interpretação da realidade vai prevalecer em detrimento de outras infinitas interpretações possíveis.

3.1) A relação dos veículos de notícias ‘transnacionais’ e nacionais com os meios de comunicação brasileiros:

A fim de entender o estágio atual de integração dos veículos internacionais de notícias com os meios de comunicação brasileiros, torna-se necessário analisar as origens desse fenômeno no país. De acordo com Cardona e Beltran³⁵, as principais agências de notícias que funcionavam na América Latina na década de 70 eram a *United Press International* (UPI) e a *Associated Press* (AP). Para os autores, o controle do fluxo de notícias internacionais e regionais na América Latina começou na Segunda Guerra Mundial e se intensificou no contexto da Guerra Fria, estendendo seus efeitos até os dias de hoje.

Segundo o estudo, as agências de notícias controlavam 80% das notícias internacionais na América Latina e, em alguns casos, também operavam uma parte considerável das notícias nacionais e regionais. Na época, a programação norte-americana ocupava em média 31,4% da programação de televisão da região. Ao identificar a influência desse fenômeno na economia e nas instituições políticas, Cardona e Beltran

³⁴ Como defende, por exemplo, Manuel Castells, na obra *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

³⁵ CARDONA, Elizabeth Fox. e BELTRAN, Luís Ramiro. *A Influência dos Estados Unidos na Comunicação de massa da América Latina: Desequilíbrio no fluxo de informação*. In: Meios de Comunicação: Realidade e Mito. Op. Cit.

atestam que foram encontrados casos específicos de tendenciosidade por preconceito, censura e extorsão na Venezuela, Peru, Argentina e Brasil.

Foi constatada também a influência que os meios *transnacionais* de comunicação exercem sobre o fluxo de notícias, identificando casos de distorção e manipulação das notícias que fluem para a região, além de situações semelhantes quanto à tendenciosidade nas agências noticiosas norte-americanas e a imagem da vida nos Estados Unidos. O exemplo mais claro que pode ser citado aqui para ilustrar a continuidade dos efeitos perniciosos desse fenômeno é o índice atual de emigração ilegal para os EUA. A cada ano, cerca de 200 mil pessoas de vários países passam pelo México para tentar entrar ilegalmente nos Estados Unidos, de acordo com o próprio governo mexicano. Embora a mídia não proporcione isoladamente a emigração, a contribuição fornecida pelos meios de comunicação na construção do entendimento das pessoas sobre os EUA é inegável.

Cardona e Beltran concluíram que o fluxo internacional de notícias para a América Latina na década de 70 já estava controlado, fortemente e em todas as direções, pelas agências de notícias norte-americanas. Não obstante o fato de que elas operam sob critérios comerciais, os autores afirmam que as agências levaram a cabo uma distorção de informação mais de um ponto de vista político que comercial. De acordo com eles, as notícias eram freqüentemente manipuladas segundo uma situação de dominação política. O resultado era que o enquadramento das notícias apresentado para a América Latina seguia as posições políticas e econômicas dos Estados Unidos.

No Brasil, o advento de novas tecnologias como a Internet alterou profundamente as rotinas produtivas. A popularização da informática em meados dos anos 90 e a difusão das agências de notícias propiciaram que pequenas empresas jornalísticas – não dotadas de infra-estrutura técnica ou financeira – tivessem a sua disposição informações do que acontece nos quatro cantos do globo. Por outro lado, essas mudanças determinaram o surgimento de portais informativos especializados que influenciam o agendamento e o enquadramento dos temas tratados por todos os tipos de mídias.

A *Agência Estado* foi a primeira a se lançar no tempo real. Em 1991, ela criou a agência *Broadcast* que conta atualmente com cerca de 12 mil assinaturas. De acordo com Adghirni³⁶, a febre do tempo real na imprensa brasileira teve suas origens na instabilidade econômica do país, quando era preciso saber rapidamente tudo que se passava na área financeira para evitar, ou ao menos limitar, as perdas tanto para o setor privado como para as contas do governo. Tanto a equipe econômica do governo quanto os economistas se serviam das agências para testar ou para se comunicar com o mercado.

Poucos anos depois, as agências de notícias se tornaram parte importante para as mídias tradicionais na difusão da notícia, adquirindo enorme capacidade de influenciar os conteúdos publicados na própria imprensa. A pesquisadora Paiva e Silva (2003) realizou estudo a respeito dessa influência exercida pela agência em tempo real do Grupo Estado, a *Broadcast*. Com o objetivo de avançar nas pesquisas sobre o embaralhamento de gêneros midiáticos, ela mostra o alcance do tratamento das informações proposto pela agência *Broadcast* em vários tipos de mídia brasileiros e até mesmo em empresas concorrentes.

Paiva e Silva aponta como as agências de notícias, e a *Broadcast* especificamente, ajudaram na transformação das rotinas produtivas das mídias tradicionais, contribuindo também para alterar a velocidade de apuração, o conceito de furo jornalístico e principalmente a escolha e o enquadramento dos fatos noticiados. Realizado a partir de observações na prática do jornalismo em Brasília entre 1997 e 2002, o estudo comprova que o ritmo acelerado de produção das agências acabou por contaminar os demais veículos de comunicação que têm outro ciclo produtivo, caracterizado por um noticiário mais analítico (jornal) ou extremamente preciso (televisão).

Com as mudanças nas rotinas produtivas e a imposição desse novo ciclo ininterrupto e diversificado de assuntos a se noticiar, observou-se uma sobrecarga de trabalho para os jornalistas dos outros veículos e, cada vez mais, o encurtamento de tempo para a produção do noticiário. O novo ciclo imposto pelo tempo real [...] passou de certa maneira a ser

³⁶ ADGHIRNI, Zélia Leal. *Informação On-line: Jornalista ou produtor de conteúdos? Mudanças estruturais no jornalismo*. Artigo apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom. Campo Grande (MS), 2001.

*adotado pelas mídias tradicionais. Como consequência, elas passaram a consumir mais e mais material produzido por essas agências*³⁷.

O resultado disso é que as agências entraram em simbiose com a nova realidade econômica de enxugamento das mídias tradicionais e as novas rotinas produtivas, que levaram cada vez mais a uma opção pela cobertura factual. Além disso, a absoluta integração entre veículos distintos revela, segundo a autora, outros tipos de efeitos adversos como a definição dos temas abordados na grande imprensa (agendamento) e do direcionamento a partir do qual a avaliação dos temas é feita (enquadramento).

Paiva e Silva demonstra que, ao consumir freneticamente o material das agências de notícias, fica mais fácil para os veículos de comunicação escolher o *lead*, a chamada ou os números que serão citados na matéria. O fato de o material estar publicado nas agências ao longo do dia permite também que o seu conteúdo seja acessado pelas diversas instâncias de poder dentro de uma redação com apenas uma busca ao computador, sem precisar que todos consultem o repórter que esteve presente à coletiva.

É um processo que, de acordo com a pesquisadora, ajuda a democratizar as informações dentro das redações, mas que leva a uma perda de autonomia do profissional que esteve presente na cobertura do fato. Sem sombra de dúvidas, o fenômeno das agências de notícias reduziu consideravelmente as possibilidades de erro das demais mídias. Mas, se houve um ganho de precisão, perdeu-se na diversidade.

Esse fato torna-se claro nas conclusões da autora que evidencia o privilégio proporcionado por grandes veículos de comunicação³⁸ ao agendamento e aos enquadramentos oferecidos pela agência *Broadcast*. Ao priorizar o mesmo enfoque da agência, os veículos disponibilizaram também para o seu público, assim como um amplificador que distribui o som sem qualquer distinção, as interpretações dos assuntos de

³⁷ PAIVA E SILVA, Jaqueline. *A agência em tempo real 'Broadcast', o mercado financeiro e a cobertura de economia na grande imprensa*. In: Comunicação e Espaço Público, Ano VI, no. 1 e 2, 2003. pp 165.

³⁸ No caso da pesquisa de Paiva e Silva, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, o *Diário de Pernambuco*, de Recife, o *Estado de Minas*, de Belo Horizonte, além do *Jornal Nacional* da TV Globo e do *Jornal da Record*.

acordo com os interesses do público da *Broadcast*, ou seja, atores importantes do cenário econômico e empresários.

Para Paiva e Silva, tal privilégio motivou a falta da perspectiva social na cobertura da imprensa brasileira nos assuntos da economia nos últimos anos. Com o seu estudo, a pesquisadora contribui sobremaneira para o entendimento da relação de dependência que se criou entre os inúmeros meios de comunicação e as agências de notícias. Embora o mecanismo descrito atue de maneira mais determinante em pequenos veículos, desprovidos de recursos e infra-estrutura para cobrir todos os assuntos relevantes do dia, a divulgação sistemática dos enquadramentos de agências de notícias por grandes meios de comunicação resulta em prejuízo para a diversidade de visões e para o debate democrático.

Um segundo exemplo disso é dado pela pesquisadora Débora Rocha ao discorrer sobre a visibilidade da *Agência Brasil* da Radiobrás (Empresa Brasileira de Radiodifusão)³⁹. Ao analisar os acessos realizados à página da agência no dia 27 de outubro de 2002 (dia da votação do segundo turno das eleições presidenciais), Rocha constatou que, das 417 matérias produzidas e divulgadas pela Agência Brasil, 90 foram reproduzidas integralmente pelo *site* da emissora de TV a cabo *Globo News*, 73 pelo *site* do jornal *O Globo*, 36 pelo *site* CorreioWeb do *Correio Braziliense*, 34 pelo *site* da *Folha de S. Paulo* e nove pelo JB On-Line do *Jornal do Brasil*.

Esses dados mostram que, apesar dos veículos mencionados possuírem infra-estrutura e profissionais capacitados para realizar a cobertura em questão, eles optaram por reproduzir integralmente as matérias da *Agência Brasil*, reforçando o agendamento e o enquadramento fornecidos pela empresa governamental em detrimento de várias outras interpretações igualmente legítimas.

4) Noam Chomsky e seu “modelo de propaganda”:

³⁹ ROCHA, Débora Xavier. *Mudança de Orientação Editorial na Agência Brasil: A Objetividade Jornalística como Proposta de Comunicação*. Dissertação de Mestrado. Brasília, 2004.

O “modelo de propaganda” é o principal marco teórico desenvolvido pelo lingüista norte-americano Noam Chomsky. Ele consiste em uma estrutura analítica que procura explicar o desempenho da mídia em geral, e dos Estados Unidos especificamente, em termos de estruturas sociais básicas e nos relacionamentos em que ela opera⁴⁰. Utilizado apenas parcialmente no presente estudo, o modelo de Chomsky exemplifica os problemas derivados do reducionismo teórico ao conceber os meios de comunicação como meros instrumentos das elites na “fabricação de consenso”. Por esse motivo, este enfoque não consegue explicar como interpretações alternativas ganham espaço na mídia ou porque interpretações dominantes oferecidas pelos veículos são rejeitadas pelas audiências.

Apesar disso, o autor traz à luz – com base nos conceitos de Hegemonia de Gramsci – pontos nevrálgicos a respeito da estrutura sob a qual o jornalismo funciona nos dias de hoje. Esses pontos, que envolvem desde a cultura existente no interior das redações dos veículos informativos à dependência dos jornalistas políticos às fontes oficiais do governo, são importantes no entendimento de alguns dos mecanismos que determinam e restringem os conteúdos veiculados pela mídia, como será mostrado na parte empírica desse estudo.

O argumento central dos autores é de que os meios de comunicação de massa trabalham em função dos poderosos interesses sociais que os controlam e financiam. Chomsky e Edward (2003) partem da hipótese de que a maneira como as notícias são veiculadas pela mídia em geral, e a norte-americana especificamente, desde a minuciosa *escolha dos enfoques* até a *completa supressão de informações*, tem um importante papel na formação da opinião pública em favor das decisões tomadas pelo governo.

Para eles, tais fatores estruturais estão ligados à propriedade e ao controle dos meios de comunicação, que seria exercido por meio da adequação dos profissionais às empresas de mídia. Assim sendo, os autores afirmam basicamente que os veículos jornalísticos têm a tendência de empregar indivíduos em sintonia com a visão dos proprietários. E que, quando

⁴⁰ CHOMSKY, Noam. e EDWARD, Hermann S. *A manipulação do público – Política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Editora Futura, 2003.

os jornalistas não compartilham dessa visão, mostrando algum nível de discordância com o modelo, eles apenas evidenciam o caráter “democrático” das empresas, terminando por garantir legitimidade ao sistema.

Chomsky e Edward explicam o comportamento da grande mídia pelo seu caráter corporativo e por sua integração à política econômica do sistema dominante, destacando a importância dos fenômenos de centralização e concentração de propriedade crescente nos meios de comunicação. Como exemplo, eles apontam que Ben Bagdikian realizou um estudo, em 1983, dando conta que 50 mega-empresas dominavam quase todas as mídias de massa do mundo. Em 1990, apenas sete anos depois, esse número de empresas diminuiu para 23. No Brasil, Venício Lima⁴¹ destaca o Grupo RBS (de Porto Alegre) como exemplo da acentuada concentração de propriedade na mídia⁴². O grupo reúne seis jornais, 24 emissoras de rádio AM e FM, 21 canais de televisão, um portal de Internet, uma empresa de Marketing e um projeto na área rural.

Mas os autores norte-americanos explicam que essa tendência de concentrar culminou em uma orientação intensificada para as diversas empresas de comunicação no sentido de aumentar – a qualquer preço – os resultados. Em nível global, eles afirmam que o acirramento das disputas capitalistas proporcionou mudanças na estrutura e na orientação dos meios de comunicação, contribuindo seriamente para o enfraquecimento da *Esfera Pública* – entendida como a gama de locais e fóruns em que assuntos de interesse geral são debatidos em uma comunidade democrática.

Tal enfraquecimento é visto pelos autores como bem vindo para os empresários. O motivo: a esfera pública constitui um espaço que funciona de maneira contrária aos propósitos dos anunciantes. O principal argumento é de que as pequenas audiências e as controvérsias existentes nesse espaço resultam em um cenário pouco interessante para a venda de produtos. Nesse quadro, a preferência dos anunciantes recai geralmente sobre os

⁴¹ LIMA, Venício A. de. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

⁴² Esse fenômeno vem preocupando também os membros do Conselho de Comunicação Social do Senado Federal. Dentre as cinco comissões de trabalho do conselho, uma foi criada especificamente para discutir a questão da concentração na mídia brasileira.

produtos de entretenimento, em que o público é marcado pela apatia política e pela avidez por consumir.

A partir disso, eles ressaltam um dado que evidencia a força do “modelo de propaganda”: o volume de programas informativos diminui cada vez mais, enquanto que o número de programas de entretenimento cresce a passos largos. De acordo com os autores, o reforço do modelo poderia ser localizado no pequeno conteúdo informativo dos meios de comunicação, que seria veiculado de forma sistematicamente enviesada.

Chomsky e Edward partem do postulado democrático de que a mídia deve ser independente e comprometida com a descoberta e o relato da verdade para mostrar que ela, na realidade, reflete o mundo da forma com que grupos poderosos desejam que os acontecimentos sejam refletidos. Eles concluem que as repetidas *supressões, ênfases e construções de contexto* revelam um *padrão observável* extremamente eficaz para a elite estabelecida. Esse relacionamento estreito existente entre os meios de comunicação, o governo e as estruturas do poder estaria intrinsecamente relacionado à necessidade constante da mídia de concessões, franquias e publicidade.

Para os pesquisadores, a maior parte das escolhas tendenciosas da mídia é resultado da seleção de profissionais que – não por acaso – são próximos dos patrões. O restante do material seria adaptado com base principalmente na influência e no poder da propriedade. Dessa forma, o controle do “modelo de propaganda” se daria principalmente pela “auto-censura” exercida por repórteres ajustados às realidades organizacionais dos meios de comunicação. Essa prática, como veremos mais adiante, foi bastante presente nos repórteres que não por acaso foram “embutidos” nas tropas da Coalizão no Conflito do Iraque.

Chomsky e Edward admitem, contudo, que o modelo criado por eles possui falhas. E procuram contornar com a idéia de que o volume de críticas possa eventualmente crescer a ponto de substituir a versão predominante. Segundo eles, o acúmulo de informações inconvenientes pode minar aos poucos os argumentos consolidados até que outra interpretação dos fatos se faz necessária. Esta possibilidade revela que os pesquisadores não

incluiram na construção do modelo a importância real da capacidade de questionamento dos jornalistas inseridos no sistema, variável que reforça a posição privilegiada que esses profissionais ainda ocupam nos debates da Esfera Pública.

4) Os conceitos estruturantes de Esfera Pública e Hegemonia:

De acordo com o filósofo da ciência James Conant (1951), a marca distintiva de uma teoria de sucesso é a sua capacidade para gerar continuamente novas questões e identificar novos percursos de pesquisa acadêmica. Este critério certamente se aplica aos conceitos de Esfera Pública e Hegemonia que garantiram até hoje amplo espaço para discussão, servindo de referencial teórico para diversos trabalhos nas áreas da Ciência Política, da Comunicação Social, e na interação entre esses dois campos.

Para compreender melhor o presente estudo, optamos por recorrer ao conceito de Esfera Pública pela perspectiva que ele lança sobre o papel dos meios de comunicação nas democracias modernas. No projeto, a concepção de que a imprensa, como parte dessa esfera, se encontra no espaço intermediário entre a sociedade civil e o Estado norteará os critérios de atuação benéfica ou deletéria dos meios de comunicação brasileiros.

Elaborado pelo filósofo alemão Jürgen Habermas, em sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, de 1962, o conceito de Esfera Pública se tornou um marco para os estudos das teorias e da filosofia política contemporânea. Ela pode ser entendida como a esfera das pessoas privadas reunidas em um espaço público para debater assuntos publicamente relevantes. O meio para essa discussão seria, segundo o autor, a argumentação racional dos assuntos de interesse público.

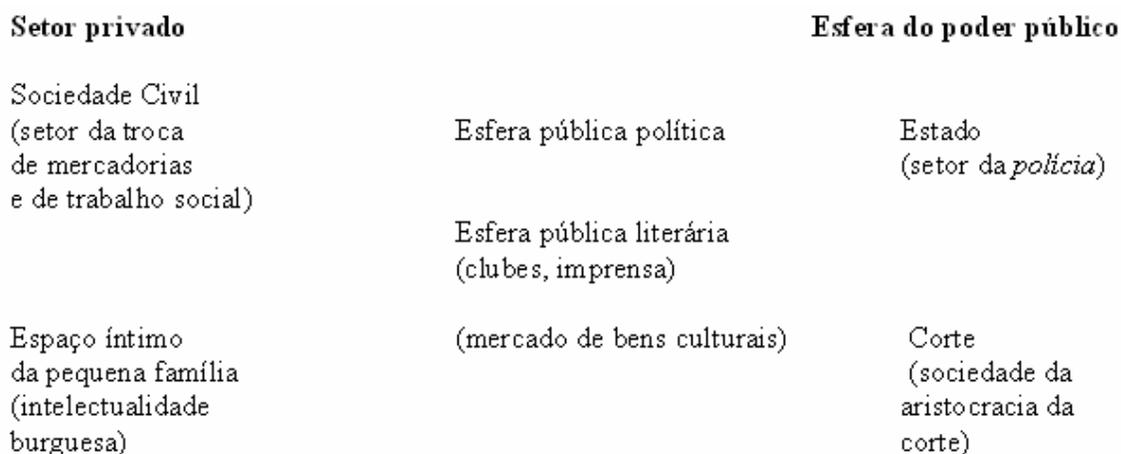
Habermas explica que as origens da esfera pública estão centradas na esfera íntima da família burguesa, para depois se tornar o espaço intermediário entre o indivíduo e a sociedade. Localizado historicamente no século XVIII, principalmente na Inglaterra e, em menor escala, na França, o surgimento deste novo espaço está relacionado à consolidação

das cidades como novo centro vital da sociedade, além da ascensão de uma burguesia revolucionária em detrimento das Cortes palacianas. Nesse sentido, o filósofo ainda completa:

A “cidade” não é apenas economicamente o centro vital da sociedade burguesa; em antítese política e cultural à “corte”, ela caracteriza, antes de mais nada, uma primeira esfera pública literária que encontra as suas instituições nos coffee-houses, nos salons e nas comunidades comensais. Os herdeiros daquela sociedade de aristocratas humanistas, em contato com os intelectuais burgueses que logo passam a transformar as suas conversações sociais em aberta crítica, rebentam a ponte existente entre a forma que restava de uma sociedade decadente, a corte, e a forma primeira de uma nova: a esfera pública burguesa⁴³.

A título de esclarecimento, Habermas apresenta graficamente a estrutura básica da esfera pública burguesa do século XVIII em um esquema dividido por setores sociais:

Fig. 1 – Estrutura da Esfera Pública



Bem entendido, a imprensa – como parte integrante da esfera pública – encontra-se no espaço intermediário entre o indivíduo e o Estado, realizando a mediação entre a sociedade e o poder estatal. A esfera privada compreende a sociedade civil burguesa em sentido mais restrito, como o setor de troca de mercadorias, do trabalho social, e da família

⁴³ HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 45.

e sua esfera íntima. A esfera pública política provém, portanto, da literária, fazendo a ponte entre o Estado e as necessidades da sociedade por meio da *opinião pública*.

Habermas acrescenta que a multiplicação de jornais e revistas verificadas no contexto do século XVIII é explicada pela consolidação de uma imprensa literária voltada a atender o grande público dos novos centros urbanos. Segundo ele, estes mesmos jornais também serviram para garantir a coesão dos círculos dos *coffee-houses* e *saloons*. O autor ressalta que essas novas revistas estão ligadas tão intimamente com a vida nos cafés que ela poderia ser reconstruída através de cada número. Os artigos de jornais não só são transformados pelo público dos cafés, mas também entendidos como parte integrante deles.

Essa visão coloca em perspectiva a importância dos meios de comunicação no embate entre idéias e forças políticas. Partindo da premissa básica de igualdade entre os membros dos círculos nos espaços públicos, Habermas atenta para a mudança estrutural – ou deterioração – da esfera pública na medida em que o burguês que compunha este espaço não se mostrou despedido dos seus interesses e de sua classe. A esfera se deslocou, portanto, do seu lugar inicial, a sociedade civil, para o Estado na forma do parlamento.

Dessa forma, o que antes era o conjunto de pessoas privadas discutindo o que é público se tornou um grupo de pessoas públicas discutindo interesses privados, ou seja, uma *privatização do público*. Todavia, embora Habermas ofereça com isso uma perspectiva norteadora para o entendimento da origem da função desempenhada pelos veículos informativos, o marco teórico desenvolvido por ele não inclui a idéia – mais aproximada da realidade atual dos meios de comunicação – de um embate travado por atores dotados de influência e carga simbólica diferenciada.

É nesse sentido que o conceito de esfera pública será complementado no presente trabalho pela noção de Hegemonia proposta por Gramsci. Segundo o pensador italiano, define-se este conceito como a direção política e cultural que um determinado grupo social exerce nos aparelhos privados de hegemonia, ou seja, na sociedade civil. A hegemonia é, assim, a capacidade da classe dirigente de conquistar a adesão de setores subalternos ao seu

projeto político e cultural e à sua concepção de mundo, garantindo o consenso ativo entre os governados⁴⁴.

Cabe ressaltar que a hegemonia não é apenas o nível articulado superior de ideologia, nem são as suas formas de controle vistas habitualmente como manipulação ou doutrinação: é todo um conjunto de práticas e expectativas sobre a totalidade da vida. Desse modo, de acordo com Williams, a eficiência de um projeto hegemônico depende da capacidade dos grupos dominantes de incorporar os interesses e demandas das classes subalternas, modificando e recriando constantemente as relações de hegemonia.

É um sistema vivo – constituído e constitutivo – de significados e valores que, ao serem experimentados como práticas, aparecem como reciprocamente confirmadores [...] É, no sentido mais forte, uma ‘cultura’, mas uma cultura que deve ser considerada também como a dominação e subordinação vividas de classes particulares⁴⁵.

Assim sendo, a classe dominante tende a ser a classe hegemônica nos planos político e cultural. Mas a disputa pela Hegemonia é um processo histórico e contínuo, uma disputa permanente de posições na sociedade civil, não se tratando de um processo mecânico em que a classe dominante impõe sua ideologia às classes dominadas. Como completa Gramsci:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que se deve levar em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida; que se certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Mas é indubitável também que os sacrifícios e o compromisso não se relacionam com o essencial, pois se a hegemonia é ético-política também é econômica; não pode deixar de se fundamentar na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica⁴⁶.

⁴⁴ PORTO, Mauro. *Meios de Comunicação e Hegemonia: O papel da televisão na eleição de 1992 para prefeito de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Brasília, 1993.

⁴⁵ WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y Literatura*. Barcelona: Ediciones Península, 1980. pp. 131-132 (Tradução do autor).

⁴⁶ GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Citado por M. Porto, 1993, Op. Cit. pp.38.

Gramsci afirma que todos os homens são “intelectuais”, pois mesmo em qualquer atividade física há um mínimo de atividade intelectual criadora; mas nem todos os homens desempenham a função intelectual, ou seja, a atividade específica de produção teórica. Para o pensador italiano, todo homem é um filósofo e um artista que participa de uma concepção de mundo, contribuindo assim para manter ou criar novas formas de pensar a realidade.

Porto (1993) acrescenta que a filosofia das grandes massas é o senso comum, uma concepção desagregada e incoerente que resume o pensamento genérico de uma certa época em um certo ambiente popular. Detentor de características dispersas e difusas, o senso comum possui uma relação estreita com a religião, que fornece os seus elementos principais. Este conhecimento constitui a concepção de mundo fragmentada das grandes massas, tornando-as ideologicamente homogêneas.

Preenchendo lacunas que se tornaram evidentes com as mudanças estruturais na Esfera Pública, o conceito de Hegemonia é constituído pelo processo histórico marcado essencialmente pela negociação simbólica entre grupos com poderes desiguais. Esse embate de significados e valores é travado a todo o instante da vida cotidiana, seja em casa, no trabalho ou nos meios de comunicação, estabelecendo determinadas concepções a respeito da realidade social.

O papel desempenhado pelos veículos informativos ganha especial relevância pela centralidade na definição dos temas (*agendamento*) e na forma como eles são contextualizados na realidade social (*enquadramento*). Com base nesses pressupostos, a análise da cobertura internacional dos veículos brasileiros no Segundo Conflito no Iraque propiciará, em uma visão ampla, o vislumbamento das negociações simbólicas que se realizam diariamente entre diversos grupos e que influenciam as concepções e os valores que utilizamos no entendimento de assuntos políticos e sociais.

5) *Agenda-Setting e Enquadramento:*

O foco central das teorias sobre o agendamento (ou *agenda-setting*) são os processos que os meios de comunicação empregam ao selecionar e divulgar informações consideradas relevantes para o conhecimento da sociedade. Segundo essa abordagem, jornalistas e outros profissionais do ramo teriam adquirido a responsabilidade de filtrar o enorme volume de fatos e eventos com que se deparam diariamente, visando abastecer o público consumidor com um conjunto resumido de produtos midiáticos.

De fato, as informações são trabalhadas sob a influência de diversos critérios complexos, desde relevância jornalística às rotinas produtivas de cada empresa. Ao determinar as informações que são divulgadas, os meios de comunicação – e a imprensa em especial – apresentam uma lista dos assuntos que merecem a atenção das pessoas. Sinteticamente, os estudos sobre *agenda-setting* mostram que os veículos, embora possam não ser bem sucedidos ao indicar ao público ‘como’ pensar, são espantosamente eficazes ao dizer aos seus leitores sobre ‘o que’ devem dispensar o seu tempo pensando.

Sobre os efeitos específicos do agendamento na construção dos cenários políticos, Lang e Lang (1966) afirmam:

Os mass media obrigam à concentração da atenção em certas questões. Constroem imagens públicas de figuras políticas. Estão constantemente a apresentar objetos que sugerem aos indivíduos o que é que devem pensar, o que devem saber e que sentimentos devem ter.

Sob essa perspectiva, a ação dos jornais, da televisão e de outros veículos de informação faz com que o público saiba ou ignore, preste atenção ou descarte, realce ou negligencie elementos específicos dos cenários social e político. Dessa forma, as pessoas mostram a tendência de incluir ou excluir dos seus próprios pensamentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Por último, a abordagem da *agenda-setting* indica uma inclinação do público em atribuir grau de importância aos assuntos em assustadora sintonia com o que é mostrado pelos mídia.

Com o objetivo de investigar a capacidade de agendamento dos meios de comunicação na campanha presidencial dos Estados Unidos em 1968, Maxwell E. McCombs e Donald L. Shaw questionaram os eleitores de Chapel Hill sobre os principais assuntos que deveriam ser discutidos durante a campanha eleitoral. De acordo com os resultados da pesquisa, os eleitores tenderam a partilhar a definição dada pelos veículos *do que é um tema importante*. Essa constatação levou os autores a concluir que o mundo político é reproduzido de modo imperfeito pelos diversos órgãos de informação.

McCombs e Shaw acreditavam que a teoria do agendamento constituía uma abordagem de sucesso pela sua capacidade de gerar continuamente novas questões e identificar novos percursos de pesquisa académica. Com efeito, a fecundidade da metáfora do agendamento é atestada por três características já indicadas pelos autores⁴⁷: o firme crescimento histórico de sua literatura, a sua capacidade para integrar sob um único marco teórico um conjunto de subáreas de investigação do campo da comunicação e a capacidade para gerar novos problemas de investigação através de uma variedade de cenários de comunicação.

Foi justamente no transcorrer das discussões a respeito dessa ampla teoria que apareceram novas abordagens que tinham o objetivo de responder às questões que haviam permanecido incompletas ou sem respostas. Apesar da notória contribuição da *agenda-setting* para o entendimento dos efeitos dos meios de comunicação sobre o público, a abordagem apresentou certas lacunas importantes como, por exemplo, a exclusão de variáveis relacionadas ao conteúdo da mídia (PORTO, 2002).

O conceito de enquadramento (ou *framing*) surgiu, nesse contexto, para suprir as carências deixadas pela teoria do agendamento. A origem da abordagem contou com a contribuição importante de diversos autores que se encaixam no campo da psicologia cognitiva, assim como de trabalhos de cunho sociológico. Na área da Psicologia,

⁴⁷ MCCOMBS, Maxwell E. e SHAW Donald L. *A evolução da pesquisa sobre o agendamento – vinte e cinco anos no mercado das idéias*. In: *Journal of Communication*, vol. 43, no. 2, 1993.

Kahneman e Tversky⁴⁸ realizaram uma pesquisa norteadora sobre o poder do enquadramento.

Nela, os entrevistados são instados a escolher entre duas opções: a primeira, o governo dos Estados Unidos, diante de uma grave doença que atinge 600 mil pessoas, tem um projeto que vai salvar 200 mil dessas pessoas. A segunda, para combater aquela doença, o governo norte-americano tem um projeto que vai salvar um terço das 600 mil pessoas infectadas. Embora as duas opções fossem idênticas, mudando apenas a forma com que o problema é enquadrado, 72 % optaram pelo primeiro projeto e 28 % pelo segundo.

Para Robert Entman⁴⁹, responsável pela primeira revisão sistemática dos estudos sobre os enquadramentos na mídia, o exemplo acima demonstra que o enquadramento determina o caso que é mais notícia para as pessoas, como elas entendem e relembram o processo e de como elas valorizam e fazem uma das opções. A noção de enquadramento implica que ele tenha um efeito como em uma larga faixa de receptores, mas não tem necessariamente de ter um efeito universal em todos.

Entman afirma que o enquadramento envolve essencialmente “seleção e saliência”:

Enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e fazê-los mais salientes em um texto comunicativo, de forma a promover uma definição particular do problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e/ou uma recomendação de tratamento para o item descrito.

Assim como a *agenda-setting* trabalhava com a idéia de seleção, o enquadramento veio a acrescentar a idéia de saliência, chamando a atenção para a questão do enfoque – ou do ângulo – com que são tratadas as informações no âmbito dos meios de comunicação. A princípio negligenciado por McCombs e Shaw, esse aspecto passou a ser explorado somente após a definição do que foi denominado de “segundo nível dos efeitos”.

⁴⁸ KAHNEMAN, Daniel e TVERSKY, Amos. *Choices, values and frames*. American Psychologist (1984), vol. 39, n. 4, p. 341-350.

⁴⁹ ENTMAN, Robert M. *Framing: toward clarification of a fractured paradigm*. In: Journal of Communication 43 (4), New York: Oxford University, 1993.

Com esta nova concepção, diversos acadêmicos passaram a pesquisar não só como a mídia influencia o conjunto de problemas e assuntos da sociedade que ocupam a mente do público (agendamento relacionado à questão do ‘que’ os consumidores de mídia estão pensando), mas também ‘como’ ele pensa sobre os temas (o segundo nível de enquadramento). Gitlin (1980) explica bem este ponto, oferecendo uma definição clara de enquadramento:

Os enquadramentos da mídia [...] organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias. Enquadramentos da mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam o discurso, seja verbal ou visual, de forma rotineira (Gitlin, 1980, tradução Mauro Porto, 2002).

Com base na definição de Gitlin, é possível descrever a estreita relação existente entre a abordagem do *agenda-setting* com o conceito de enquadramento. Da mesma forma que as rotinas produtivas e os critérios de relevância constituem o quadro institucional e profissional em que o caráter noticiável dos acontecimentos é captado pelos jornalistas, o empolamento constante de certos temas, aspectos e problemas constitui um quadro interpretativo, um esquema de conhecimentos, um *frame*, que se aplica para desenvolver entendimentos da realidade que observamos.

Complementando esse mesmo enfoque, Porto⁵⁰ destaca que os enquadramentos podem ser entendidos como marcos interpretativos construídos socialmente que permitem que os indivíduos entendam as situações sociais e políticas. Assim sendo, o homem é compreendido como um ser incapaz de entender a totalidade do universo que o cerca, dependendo de versões menos complexas para poder tomar as suas infinitas decisões. O autor ressalta, porém, que os enquadramentos não se referem apenas a mecanismos de

⁵⁰ PORTO, Mauro. *Enquadramentos da Mídia e Política*. Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu (MG), entre os dias 22 e 26 de outubro de 2002.

manipulação, mas são parte de qualquer processo comunicativo por meio do qual atores sociais e políticos fazem sentido de suas experiências.

Na década de 80, um grupo liderado pelo sociólogo William Gamson analisou o discurso da mídia sobre diversos assuntos, incluindo as políticas de assistência social, de ação afirmativa e de energia nuclear, oferecendo relatos sofisticados a respeito da relação entre os enquadramentos da mídia e a cultura política. O objetivo era estudar os processos com que as pessoas desenvolvem entendimentos sobre temas sociais e políticos complexos. O grupo analisou também o discurso da mídia sobre tais assuntos.

Na obra que relata a pesquisa, intitulada *Talking Politics*⁵¹, Gamson explica que a forma com que as pessoas chegam a uma opinião é semelhante a atravessar uma floresta. Assim como os assuntos políticos, ele aponta que essas florestas não são completamente desconhecidas, possuindo certos caminhos traçados. Para alcançar o destino, ou os marcos interpretativos, o público usaria as diversas perspectivas (caminhos) já fornecidas pela mídia, além de outras fontes de informação como o senso comum e as experiências pessoais. Em outras palavras, a maior parte das opiniões seriam formadas a partir de “pacotes interpretativos” que competem entre si.

No centro de cada pacote estaria o enquadramento, definido como “uma idéia central organizadora” que atribui significados específicos aos eventos. Para analisar os enquadramentos fornecidos pela mídia, Gamson propõe a utilização do método da “matriz de assinatura” (*signature matrix*). Este método implica em dividir as práticas de enquadramento que caracterizam cada “pacote interpretativo”, tais como slogans, imagens e metáforas utilizadas nos discursos dos vários agentes.

Porto também aponta um método de operacionalização do conceito de enquadramento. Ele sugere a categorização dos enquadramentos em dois tipos principais: o interpretativo e o noticioso. O primeiro, incitado por atores sociais como representantes do governo e movimentos sociais, consiste em padrões de interpretação que promovem uma

⁵¹ GAMSON, William. Op. Cit.

avaliação particular de temas ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliação sobre causas e responsabilidades, entre outras. O noticioso, por sua vez, corresponde ao ângulo da notícia adotado pelo jornalista para organizar os seus relatos.

O autor propõe ainda o modelo das “controvérsias interpretativas” como meio para o estudo do conteúdo de veículos de comunicação. Ele define controvérsias interpretativas como disputas políticas que não são resolvidas apenas a partir de informações e fatos, mas que se desenvolvem principalmente por meio de enquadramentos interpretativos. De acordo com Porto, a interpretação que é promovida por este tipo de enquadramento envolve as seguintes dimensões: (1) definição do problema; (2) atribuição de responsabilidade ou causas dos problemas; (3) julgamento sobre o significado ou relevância dos eventos ou temas políticos; (4) argumentos sobre conseqüências; (5) recomendações de solução.

Os enquadramentos interpretativos são compostos por argumentos do tipo: “A ineficiência do governo levou à crise do sistema de Previdência Social” (atribuição de responsabilidade). Para Porto, afirmações como essa não tem por objetivo transmitir informações, e sim transmitir “dicas persuasivas” de fácil compreensão que favorecem uma determinada interpretação sobre a realidade política. Como a quantidade de informação necessária para elaborar esse tipo de julgamento é muito grande, o autor destaca que o público não consegue testar a interpretação a partir de fatos ou informações relevantes.

Sobre o formato em que são apresentados os enquadramentos nos produtos informativos, ele classifica de acordo com quatro categorias:

1. Restrito: quando apenas uma interpretação do fato/evento/ação ou tema é apresentada;

2. Plural-Fechado: quando mais de uma interpretação do fato/evento/ação ou tema são apresentadas, mas são organizadas em uma hierarquia de forma a privilegiar uma das interpretações apresentadas em detrimento das demais;

3. Plural-Aberto: quando mais de uma interpretação do fato/evento/ação ou tema são apresentadas, mas tratadas de forma mais indeterminada a respeito de qual seria a mais correta;

4. Episódico: quando nenhuma interpretação é apresentada na notícia que se limita a relatar algum fato/evento/ação ou tema.

Um dos principais pressupostos do modelo de Porto é que os segmentos com formatos “plurais” ou “abertos” apresentam mais condições para que o público questione enquadramentos dominantes, oferecendo um leque de alternativas mais amplo. Por outro lado, segmentos com formato “restrito” ou “fechado” promovem padrões de interpretações particulares além da utilização de enquadramentos interpretativos específicos pelos membros da audiência quando eles constroem sentido de fatos ou eventos políticos.

A partir dessa perspectiva, somada a contribuição fornecida pelo método da Matriz de Assinatura de William Gamson, serão analisados os enquadramentos veiculados pela imprensa na cobertura do recente Conflito do Iraque. A questão da metodologia do estudo será explicitada mais detidamente na terceira parte do trabalho, juntamente com os pacotes interpretativos que foram detectados na amostra e localizados nas coberturas realizadas pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Jornal do Brasil*.

**Revisão Histórica –
As Guerras na Mídia**

A evolução da cobertura jornalística de Guerra

Antes de partir para a análise dos pacotes interpretativos que são veiculados nos meios de comunicação brasileiros, faz-se necessária uma análise da evolução da cobertura jornalística de guerra. O intuito é compreender o desenvolvimento dessa atividade marcante para o jornalismo que coloca em perspectiva o papel desempenhado pelos veículos informativos na construção dos entendimentos a respeito de questões sociais, econômicas e políticas inescapáveis em um ambiente democrático.

Sabe-se que não é de hoje o enorme interesse do público pelo drama que envolve os conflitos armados internacionais. Porém, de meados do século XIX até o momento atual, a cobertura jornalística das guerras foi alterada inúmeras vezes por fatores que variaram desde os padrões de qualidade jornalística à modernização das tecnologias de transmissão e recebimento de informações. Enquanto os meios de comunicação competiam entre si para se adequar mais rapidamente às inovações tecnológicas, o público ganhava em agilidade e riqueza de informações que tendiam a chegar cada vez com mais frequência.

Tal tendência atingiu o ápice com o surgimento da Internet e à transmissão e dados via satélite, de maneira a realçar a importância do jornalismo enquanto instrumento de compreensão da realidade que nos cerca. Como primeiros responsáveis pelo curso da História, governantes e políticos não tardam a reconhecer também essa característica dos veículos informativos:

O debate público não é mais alimentado pelos eventos, e sim pela cobertura dos eventos.

Douglas Hurd, Secretário (Ministro) do Exterior da Grã-Bretanha entre 1989 e 1995⁵².

Eu aprendo mais com a CNN do que com a CIA.

George Bush⁵³.

⁵² TETT, G. *Hurd hits at role of journalists in Bosnia: success of media-free negotiations gives diplomats food for thought*. The Financial Times, 1993.

Dada a centralidade da Grã-Bretanha no século XIX e posteriormente dos Estados Unidos, a descrição da trajetória das coberturas dos conflitos armados internacionais e da figura do correspondente de guerra será focada nesses dois países. Parte da análise que faremos a seguir tem por base o trabalho norteador realizado na década de 70 pelo pesquisador australiano, Phillip Knightley, condensado na obra *A Primeira Vítima*⁵⁴. As últimas guerras reportadas pelos meios de comunicação serão tratadas de maneira mais completa, conforme as análises a respeito do papel desempenhado pelos jornalistas nos conflitos foram se tornando mais específicas e complexas.

Guerra da Criméia (1854-1856):

O conflito que marcou o início de um esforço organizado para contar uma guerra à população de um país empregando os serviços de um repórter civil foi a Guerra da Criméia. Esse conflito marcou também o surgimento da primeira grande estrela da cobertura de guerra, William Howard Russel, que segundo suas próprias palavras foi o “pai infeliz de uma tribo sem sorte” – a dos correspondentes de conflitos internacionais.

Antes desse período, os editores empregavam suboficiais para mandar cartas da frente de combate, arranjo que se mostrava extremamente insatisfatório. Esses soldados-correspondentes não apenas eram altamente seletivos no que escreviam, já que encaravam a si mesmos primeiramente como soldados e só depois como correspondentes, mas também entendiam pouco do funcionamento dos jornais, ou até do que constituía uma “notícia”.

Na época, Russel criou uma técnica que se tornou a base do *modus operandi* de um correspondente: abordava todo o oficial e soldado que conseguia descobrir e lhes pedia para descrever o que acontecera. Mas a mistura de impressões que ele obtinha só confundia mais as informações. Desse modo, Russel descobriu que os relatos de testemunhas oculares

⁵³ FREEDMAN, L. *The media and foreign policy. Dispatches – The Journal of the Territorial Army Pool of Information Officers*, 1996.

⁵⁴ KNIGHTLEY, Phillip. *A Primeira Vítima – O correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

são frequentemente contraditórios, uma realidade que a maioria dos correspondentes iria descobrir mais tarde.

Foi no conflito da Criméia que surgiram também as primeiras preocupações com a divulgação de dados que presumivelmente colocavam em risco a segurança das tropas. Em apenas um artigo, publicado no *The Times* em 23 de outubro de 1854, Russel revelou o número de peças de artilharia deslocadas para a frente de combate, a posição e o volume de pólvora necessário para abastecê-las, além das posições e nomes exatos de dois regimentos e o fato de que havia uma escassez de balas de canhão. Os editores do repórter concordaram então que Russel deveria ser contido e garantiram também ao governo que todos os relatos de seus correspondentes se restringiriam a acontecimentos passados.

Depois da guerra, um comandante russo foi enfático ao dizer que jamais soubera de alguma informação especial pelo *The Times* que já não tivesse sido informado pelos seus espões. Durante o confronto, contudo, as autoridades inglesas emitiram – em 25 de fevereiro de 1856 – uma ordem que pode ser considerada como a origem da censura militar. Ela proibia a publicação de detalhes que poderiam ter valor para o inimigo, autorizava a expulsão de um correspondente que publicasse tais detalhes e ameaçava os futuros transgressores com a mesma punição.

De acordo com Knightley, uma característica da cobertura pioneira de William Russel se mostra evidente: ele considerou a si próprio como parte do sistema militar. Por meio da centralização das suas reportagens nos embates, em toda a aparelhagem militar e nas histórias dos oficiais e soldados, a única coisa que ele não questionou foi a própria instituição da guerra⁵⁵. Este comportamento se revelaria freqüente no trabalho dos correspondentes mais tarde.

A guerra civil norte-americana (1861-1865):

⁵⁵ KNIGHTLEY, Phillip. Op. Cit. pp 24.

Como o maior evento isolado na história dos Estados Unidos, era fundamental para os jornais que a Guerra Civil fosse bem noticiada por um grupo de correspondentes capacitados. O conflito criava uma oportunidade ímpar para um bom noticiário que aumentasse as tiragens dos jornais e, conseqüentemente, os salários e lucros das empresas. A título de exemplo, cerca de 500 correspondentes partiram só para a região Norte com o objetivo de não perder nenhum elemento dos confrontos.

Entretanto, assim como muitos outros aspectos da Guerra Civil, seus correspondentes também foram romantizados a ponto de se transformarem em lenda. Tais lendas, segundo Knightley, convenientemente deixam de lado o fato de que a maioria dos repórteres era ignorante, desonesta e não-ética; de longe incapacitados de exercer com profissionalismo a tarefa de informar os leitores. Os despachos que escreviam eram em grande parte das vezes facciosos, inexatos e inflamatórios.

E, embora os correspondentes de guerra da Europa fossem mais experimentados e menos envolvidos do que seus colegas norte-americanos, a maioria era igualmente ruim. O autor australiano destaca esse aspecto textualmente: “mais sutis em seus preconceitos, mais tortuosos em sua propaganda e mais bem assistidos pelas intrigas políticas de seus editores, eles iludiam completamente seus leitores quanto ao que realmente acontecia na época. *The Times* de Londres era particularmente ruim”⁵⁶.

Os confrontos faziam com que a circulação dos periódicos aumentasse cada vez mais. Esse fenômeno resultava no crescimento da demanda pelas notícias e, conseqüentemente, da pressão dos editores sobre os jovens e inexperientes correspondentes. Quando nenhuma notícia estava disponível, os editores se irritavam com a perda dos rendimentos e pressionavam ainda mais seus repórteres. Num dia de grande demanda por notícias de primeira mão, Wilbur Storey, do Chicago Times, chegou ao ponto de mandar a seguinte ordem para os seus correspondentes: “telegrafem todas notícias que puderem obter e, quando não houver mais notícias, enviem rumores”.

⁵⁶ KNIGHTLEY, Phillip. Op. Cit. pp 31.

Ao invés de fotógrafos, os veículos de comunicação contratavam artistas para criar as ilustrações dos combates⁵⁷. A demanda por esses profissionais era tanta que o *Illustrated Weekly*, principal fonte de imagens da época, chegou a possuir 80 artistas no seu quadro de funcionários. Em quatro anos, mais de três mil desenhos foram produzidos nos campos de batalha.

A Idade de Ouro:

De acordo com o estudo de Knightley, o período entre a Guerra Civil norte-americana e a Primeira Guerra Mundial é considerada uma “Idade de Ouro” para o correspondente de guerra devido ao surgimento da imprensa popular, ao crescente uso do telégrafo e à introdução demorada da censura organizada. Nesse período, o envio do resumo de uma batalha pelo telégrafo representava a adoção de um novo estilo: incisivo, conciso e transmitindo o máximo possível de fatos – o começo da máxima da objetividade e do esquema “quem-que-começo-quando-onde-porque”.

Foi também durante essa época do jornalismo internacional que os veículos de imprensa alcançaram um novo patamar de influência com a difusão cada vez maior das páginas de jornal. Na Grã-Bretanha, por exemplo, o número de jornais duplicou só entre 1880 e 1900. O motivo, além do crescente interesse pelas informações provenientes dos campos de batalha, foi principalmente os decretos referentes à educação, de 1870, que estabeleceram que toda a criança era obrigada a aprender a ler.

A guerra Russo-Japonesa assinalou o fim da chamada “Idade de Ouro”. Em meios as histórias de heróis e vilões, os correspondentes forneceram ao público apenas aquilo que acreditavam que ele desejava ler. Longe de despertar sentimentos pacifistas, o auge do trabalho do correspondente ficou marcado pela quebra de todos os recordes de venda de jornais, pela sede de confrontos dos veículos pertencentes a países que não participavam dos conflitos – como Inglaterra e EUA –, e pela pouca atenção dedicada às milhares de vítimas tanto militares quanto civis.

⁵⁷ FONTENELLE, Paula. *Iraque – A Guerra pelas mentes*. São Paulo: Sapienza Editora, 2004.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918):

Diferente de todas as guerras que aconteceram antes ou depois, a Primeira Guerra Mundial começou atrelada às idéias de honra, glória e liberdade. Todavia, ela ficou marcada no transcorrer dos confrontos como um conflito absolutamente genocida, com um número de perdas humanas em escala sem precedentes. Para encobrir as baixas, foram ditas mais mentiras deliberadas do que em qualquer outro período da História, e todo o aparato do Estado – principalmente da Grã-Bretanha – entrou em ação para suprimir a verdade.

Na época, este país possuía o melhor sistema de coleta e distribuição de notícias, uma imprensa supostamente “livre” e ampla experiência em comunicação internacional devido à posse dos cabos submarinos. Contudo, foi criado na Grã-Bretanha um sistema de censura tão severo que seu legado estende-se até os dias de hoje, além da máquina de propaganda que mais tarde iria inspirar Goebbels na Segunda Guerra Mundial. A pronta disposição dos jornais e dos jornalistas em aceitar esse controle, e sua cooperação na disseminação da propaganda, trouxe-lhes a recompensa do *status social* e do poder político. Mas também minou a confiança que o público tinha na imprensa⁵⁸.

Nesse sentido, os correspondentes ingleses de guerra exerceram papel central. Embora estivessem em posição privilegiada que lhes permitia saber mais do que a maior parte das pessoas a respeito dos efeitos desgastantes dos confrontos, eles protegeram o alto-comando militar de críticas severas, descreveram um quadro irreal da vida nas trincheiras, mantiveram um silêncio deliberado sobre a carnificina nos *fronts* e se deixaram absorver completamente pela máquina da propaganda governamental. O repórter Philip Gibbs escreveu, em 1923: “Nós nos identificávamos absolutamente com os exércitos no campo [...] Não havia necessidade de censura aos nossos despachos. Éramos nossos próprios censores”⁵⁹.

⁵⁸ KNIGHTLEY, Phillip. Op. Cit. pp 103.

⁵⁹ Site da BBC: http://www.bbc.co.uk/history/war/wwone/war_media_01.shtml

Enquanto aos demais países, os russos tinham uns poucos correspondentes que não tinham permissão para se aproximar dos campos de batalha enquanto a luta não terminasse. Os alemães, por sua vez, impuseram um esquema de censura militar no começo da guerra. De fato, nenhum correspondente alemão teve permissão de chegar perto das frentes de combate, de maneira que todas as notícias para consumo interno eram emitidas numa entrevista coletiva à imprensa realizada a cada duas semanas entre um oficial do Estado-Maior e os jornalistas.

Porém, devido à forte censura imposta pelo governo britânico, o público norte-americano estava recebendo a maior parte das informações dos embates envolvendo as tropas aliadas do lado alemão. Isso se deveu ao fato de que o governo da Alemanha, interessado em receber o apoio dos Estados Unidos, facilitava o trânsito de jornalistas norte-americanos em suas tropas. Com uma visão clara do papel exercido pelos jornalistas na construção do quadro político, o ex-presidente Theodore Roosevelt enviou, no dia 22 de janeiro de 1915, uma carta ao secretário do Exterior da Grã-Bretanha expressando a sua preocupação de que a recusa do governo inglês em permitir que os correspondentes de guerra cumprissem suas tarefas estava colocando em risco a causa britânica nos EUA.

As reportagens eram escritas em rodízio e enviadas a todos os jornais britânicos, mas não antes de passar pelas várias camadas de censura na França e na Grã-Bretanha. Durante o conflito, o cinema também foi utilizado como fonte de informação.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945):

O segundo conflito mundial também foi caracterizado por uma severa censura por parte do governo britânico e, posteriormente, norte-americano. Os franceses, por sua vez, achavam o esquema britânico de censura perigosamente frouxo e desenvolveram um sistema de entrega de despachos que fazia os comunicados oficiais franceses, mesmo com seus freqüentes “nada a noticiar”, parecer uma verdadeira mina de informações. De acordo com esse esquema, o correspondente era obrigado a preparar a sua matéria em quatro vias para ser submetido ao crivo dos censores.

Nesse período, a Alemanha já havia aprendido bastante com o modo que a Grã-Bretanha lidou com as notícias na Primeira Guerra Mundial. O Ministério da Propaganda, sob o comando de Joseph Goebbels, procurava correspondentes neutros por meio do seu Departamento de Imprensa Estrangeira. Esses profissionais recebiam privilégios especiais, tais como rações extras, concessão de gasolina e uma taxa cambial exclusiva para a sua moeda.

Logo de início, Goebbels decidiu que não haveria correspondentes de guerra alemães. Em vez disso, os jornalistas, fotógrafos, produtores de cinema e rádio, e todos os demais integrantes da indústria da comunicação eram recrutados para a Divisão de Propaganda do Exército, dirigida pelo Major-General Hasso Von Wedel. Os homens dessa divisão realizavam treinamento básico e se esperava que combatessem quando necessário – seu percentual de baixas, cerca de 30 por cento de mortos e feridos, era aproximadamente o mesmo da infantaria alemã. Sua principal função, porém, era usar suas habilidades civis para influenciar o curso da guerra por meio do controle psicológico do estado de espírito na Alemanha, no exterior, nos campos de batalha e no território inimigo.

A rapidez do avanço alemão destruiu a maioria dos planos norte-americanos para a cobertura da guerra, que ficou marcada pelo noticiário truncado e repleto de informações contraditórias e rumores. O esquema da *Time-Life*, entre os mais elaborados de todas as empresas jornalísticas, caiu aos pedaços sob a dupla tensão de uma frente em constante movimento e a implacável censura francesa.

Na frente oriental do conflito, o encontro entre as tropas da Alemanha e da União Soviética selava a confrontação de dois dos maiores exércitos que já existiram no mundo. Fortemente censurada, a cobertura russa dos confrontos ficou restrita aos comunicados oficiais e aos jornais com sua propaganda de país em perigo, suas cifras astronômicas de perdas alemãs e escassas reportagens. Ao invés de jornalistas regulares dedicados ao noticiário da guerra, essas reportagens eram escritas por escritores conhecidos que davam um estilo literário irreal às notícias.

Nas raras ocasiões em que os correspondentes na Rússia conseguiam encontrar algo por si mesmos e começavam a escrever a respeito, os censores suprimiam a matéria imediatamente. Nenhuma especulação, opinião ou previsão pessoal era permitida. O argumento era de que, como o mundo sabia da existência da censura na Rússia, todos os despachos que se permitia ao correspondente enviar tinham que ter o aval das autoridades, representando um posicionamento oficial.

As reportagens dos correspondentes alemães compensavam com a franqueza o que lhes faltava em termos de fatos e descrições. Grande parte dos jornalistas alemães escreveu a respeito da eficácia da artilharia russa que, no cerco de Estalingrado, disparavam da margem esquerda de Volga e do centro da cidade. Um dos profissionais chegou a reportar que os médicos nos hospitais da campanha alemã estavam tão atarefados a ponto de, muitas vezes, desfalecerem de pura fadiga.

No ataque a Pearl Harbor que lançou os Estados Unidos na guerra, os japoneses conseguiram afundar cinco belonaves norte-americanas, danificar outras três, atingir fortemente três cruzadores e três destróieres, 200 aviões, resultando no total de 2.344 homens mortos. Com a perda de apenas 29 aviões, o Japão praticamente paralisou, com um único golpe, a Frota Norte-Americana no Pacífico. Os chefes de serviço norte-americanos decidiram imediatamente que a notícia de um desastre de tal magnitude seria inaceitável para o povo dos Estados Unidos. As medidas tomadas pelo governo para que ninguém soubesse do ataque foram tão efetivas que a verdade permaneceu oculta mesmo depois de terminada a guerra.

A propaganda norte-americana na Segunda Guerra Mundial tomou um caráter científico com a divisão dos setores de censura e de propaganda. Os departamentos de Fatos e Dados e, mais tarde, o de Informações de Guerra – chefiados pelo ex-jornalista do *New York Times*, Elmer Davis, e que contavam com um orçamento de quase US\$ 40 milhões – acabaram por se tornar o meio para a divulgação do esforço de guerra dos Estados Unidos, tanto interno quanto externamente.

Entretanto, os japoneses se mostraram tão obcecados com sigilo quanto os norte-americanos. Uma Junta de Censura, com representantes do Exército, Marinha, Ministério do Interior e Ministério dos Transportes, cuidava da censura no Japão, enquanto censores em serviço tratavam das matérias dos correspondentes nos palcos de guerra. Era proibido até mencionar os movimentos de rotina de um oficial.

Segundo Phillip Knightley, a guerra no Pacífico, ao contrário do conflito na Frente Ocidental na Europa, possuía fortes matizes raciais, fenômeno que iria se repetir mais tarde no Vietnã. A propaganda britânica e americana encorajava os soldados aliados e o público, no país, a pensarem nos japoneses como “macacos de uniforme”. Eles descreviam os oficiais japoneses como seres incapazes de aprender a pilotar aviões porque tinham sido amarrados às costas de suas mães quando crianças, perdendo assim o senso de equilíbrio. Tal componente racial assegurou a ocorrência de atrocidades em ambos os lados.

Knightley apresenta dois argumentos para a má cobertura generalizada da guerra no Pacífico. A primeira é que os jornais pediam descrições de batalhas e, quando o correspondente tentava se afastar desse estereótipo, seu jornal ficava insatisfeito e pedia para retornar para onde estivessem os combates. O segundo trata da dificuldade dos correspondentes em compreender o que acontecia quando os próprios militares não o sabiam. Para o autor, a segunda defesa tem mais fundamento.

Ele cita o correspondente canadense a serviço da *Reuters*, Charles Lynch, que fez a seguinte autocrítica, trinta anos mais tarde:

É humilhante olhar para trás e ver o que escrevemos durante a guerra. [...] Éramos um instrumento de propaganda de nossos governos. No começo, os censores foram os responsáveis por essa situação, mas depois fomos nossos próprios censores. Éramos louvaminhas. Suponho que não havia alternativa na ocasião. Era

*a guerra total. Mas, pelo amor de Deus, não vamos glorificar nosso papel. Aquilo não era bom jornalismo. Não era absolutamente jornalismo*⁶⁰.

A Guerra do Vietnã (1959-1975):

Com o objetivo de ajudar a reabilitar a aliança ocidental no fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos decidiram apoiar os esforços da França para manter suas antigas colônias na Indochina. Mas a ascensão de Mao Tse-tung, na China, e o começo da Guerra da Coreia transformara, aos olhos de Washington, a Guerra Fria em um embate ideológico global. Em 1954, depois da derrota francesa em Dien Bien Phu, o Vietnã foi dividido, passando a ter um Norte comunista, sob o governo de Ho Chi Minh, e um sul não-comunista, dirigido por Ngo Dinh Diem. Para conter os avanços chineses, os EUA resolveram apoiar Diem e enviar para o Vietnã do Sul os primeiros 200 conselheiros militares. Começava o conflito mais traumático da História norte-americana.

Os correspondentes que se deslocaram para a região do conflito tinham uma tarefa difícil. Eles eram credenciados pelo governo de Diem, que não via nenhuma razão para permitir aos correspondentes estrangeiros escreverem matérias criticando seu desempenho. Como conseqüência, as autoridades locais faziam de tudo para suprimir as matérias, além de fazer uso da intimidação para impedir os jornalistas de repetirem os delitos. Na época, as autoridades americanas alegaram aos correspondentes que o engodo do público era necessário para conter os avanços comunistas. Como o corpo de imprensa já era um grupo sólido e poderoso, esse apelo do governo não foi levado em consideração.

O pesquisador norte-americano, Daniel Hallin⁶¹, conta que a visão predominante naqueles tempos era de que o trabalho dos jornalistas no Vietnã consistia em contar a história, fosse ela boa para os Estados Unidos ou não. No entanto, existia um outro lado na cobertura do conflito, visceralmente dependente da informação oficial e dos entendimentos dominantes sobre a guerra. Segundo ele, a cobertura crítica dos confrontos surgiu somente

⁶⁰ KNIGHTLEY, Phillip. Op. Cit. pp 421.

⁶¹ HALLIN, Daniel. *The Uncensored War – The media and Vietnam*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986.

quando o consenso deixou de existir nas elites políticas norte-americanas e no grande público.

Segundo Hallin, a cobertura do Vietnã coincidiu com uma série de eventos e acontecimentos em que a mídia exerceu papel central. A primeira delas foi o movimento dos direitos civis, depois os conflitos urbanos ocorridos durante a década de 60, a convenção Democrata de Chicago, o surgimento de uma gama de novos movimentos políticos, e finalmente o caso Watergate. Ele ainda aponta que o aumento da proeminência da mídia coincidiu com uma crise das instituições políticas nos EUA. Exemplos disso são de que a confiança do público no governo caiu dramaticamente nesse período e que o país entrou em um momento político no qual nenhum presidente permaneceu no cargo por dois mandatos inteiros durante 20 anos.

O autor observa que a visão que vigorava a respeito da imprensa era proveniente da analogia do espelho da sociedade ou do mensageiro, em que os jornalistas se vêem como profissionais neutros que se encontram diante de disputas políticas. Nesse ponto, Hallin destaca a posição política vinculada a essa perspectiva como extremamente passiva. E, simultaneamente a analogia do espelho, existia a antiga concepção da imprensa como o “quarto poder”, em que os profissionais se imaginam como “adversários” do governo e do poder político. Essa outra visão não inclui objetivos políticos maiores, somente uma premissa enganosa de que imprensa é totalmente imparcial e objetiva.

Desde o início dos conflitos no Vietnã, a imprensa contava com diversas informações contraditórias disponíveis, mas que simplesmente eram ignoradas em favor da versão oficial do governo. Um dos motivos que levaram ao início do confronto, o incidente no Golfo do Tonkin, por exemplo, foi divulgado da maneira exata como pretendia as autoridades. A versão era de que o navio destróier norte-americano Maddox havia sido atacado sem razão aparente por três embarcações norte-vietnamitas e o resultado teria sido a destruição de duas delas. Em realidade, o Maddox era parte de uma operação de inteligência que visava mapear a costa do Vietnã do Norte e suas defesas aéreas. De acordo com o autor, não é possível afirmar até os dias de hoje se os ataques de fato aconteceram.

O presidente Lyndon Johnson ordenou, no dia 5 de agosto de 1964, que as forças dos Estados Unidos na região retaliassem após “renovados ataques contra destróieres americanos no Golfo de Tonkin”. Nesse dia, a manchete impressa na capa do *Washington Post* foi “Aviões norte-americanos atacam Vietnã do Norte depois de segunda agressão a nossos destróieres”. Dessa forma, a administração dos Estados Unidos conseguiu definir o *enquadramento* do caso de maneira que a decisão de retaliar parecesse acima do escopo das controvérsias políticas.

Segundo Hallin, o poder do presidente de controlar as notícias da editoria internacional nos anos 60 provinha principalmente de dois fatores. O primeiro era a ideologia da Guerra Fria criada nas administrações Truman e Eisenhower, resultando em um forte consenso partidário que vinculava as decisões de política internacional como questões de “segurança nacional”. O segundo fator era a própria noção de jornalismo profissional. As rotinas produtivas (*routines*) do que ficou conhecido como “jornalismo objetivo” facilitou bastante o trabalho das autoridades em manipular o conteúdo diário das notícias. O motivo: os repórteres davam exemplos de jornalismo na sua tradição de fornecer ao público apenas os fatos; só que estes fatos não eram simplesmente informações, mas informações escolhidas cuidadosamente por oficiais do governo.

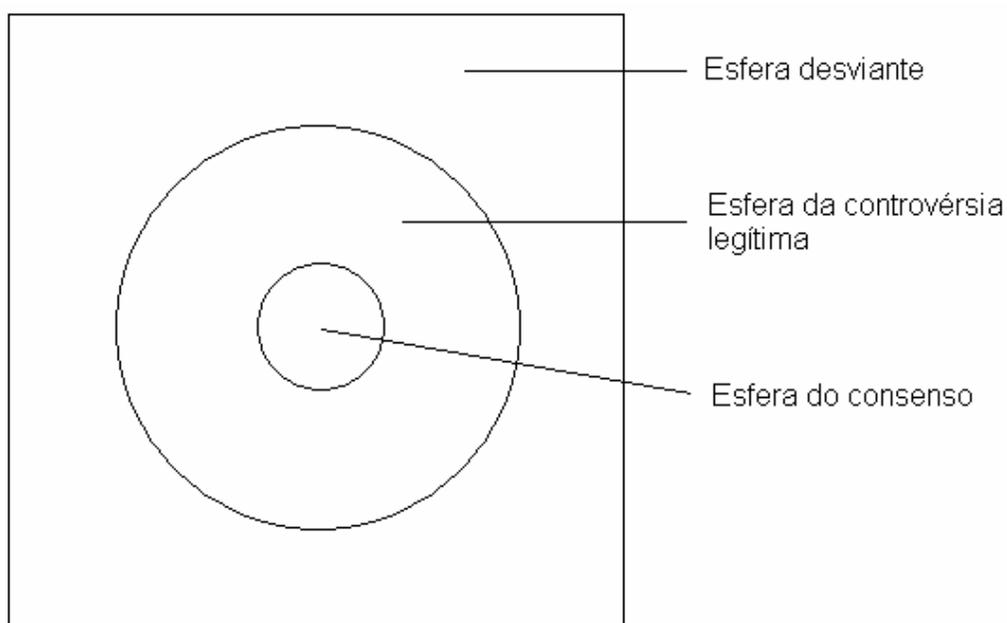
O pesquisador revela também as deficiências de ferramentas como a “pirâmide invertida” já na época da Guerra do Vietnã. No dia 21 de abril de 1964, autoridades do governo anunciaram em uma coletiva de imprensa o aumento do contingente para ajudar o Vietnã do Sul, enfatizando a informação de que “o número adicional de soldados norte-americanos não seria grande”. Ao invés de publicar o fato de que os EUA estavam se engajando em um conflito inicialmente tido como local, o *New York Times* estampou na primeira página uma notícia de apenas uma coluna em que se lia “EUA intensifica o monitoramento da costa vietnamita”.

O argumento central de Hallin é que, quando o consenso se instaura, os jornalistas defendem com a mesma intensidade do que qualquer pessoa as ferramentas simbólicas que

constroem a ideologia dominante da sua sociedade. “De fato, a natureza do seu trabalho faz deles particularmente dependente destas ferramentas, e isso é especialmente verdade na cobertura de notícias internacionais”, acrescenta⁶². O resultado para as notícias do Vietnã foi uma infinidade de matérias recheadas de termos como “a ameaça comunista” e “o avanço vermelho”. O questionamento da política norte-americana era entendido como alinhamento ao comunismo inimigo e, portanto, impensável.

No caso do noticiário televisivo, ele mostra que o modelo de jornalismo objetivo simplesmente não se aplicou. O repórter não se apresentava como um observador imparcial, mas como um patriota que freqüentemente se referia às tropas como a “nossa” ofensiva pela paz. A título de ilustração, ele utiliza um esquema que consiste em um círculo dividido em três regiões concêntricas. Cada região representa camadas de jornalistas de todo o mundo que se encontram submetidos a padrões diferentes de jornalismo (Figura 2).

Fig. 2 – Esfera desviante, da controvérsia legítima e do consenso.



⁶² HALLIN, Daniel. Op. Cit. pp 50.

A província da objetividade está representada na região intermediária, que pode ser chamada de Esfera da Controvérsia Legítima. Esta é a região dos debates eleitorais entre democratas e republicanos nos EUA, por exemplo. Limitando a esfera da Controvérsia Legítima, está localizada a Esfera do Consenso, que engloba os objetos sociais que não são considerados controversos pelos jornalistas e pela maioria das pessoas na sociedade. Nesse âmbito, Hallin frisa que o papel do jornalista não é ser neutro ou objetivo, mas advogar e celebrar os valores consensuais.

Fora dos limites das duas regiões está a Esfera Desviante que consiste nas visões e nos atores políticos que o poder dominante da sociedade (e conseqüentemente os jornalistas) não consideram legítimos para serem ouvidos. A imprensa desempenha a função de “expor, condenar ou excluir da agenda pública aqueles que violam ou desafiam o consenso político. Ela marca e defende os limites aceitáveis de conflito político”, afirma o autor⁶³. Ou seja, a aceitação ou a rejeição de um enquadramento por parte da imprensa e da opinião pública depende, em grande medida, do grau de consenso que existe sobre o assunto na sociedade.

Com base nisso, ele acrescenta que a denominação das forças do Vietnã do Norte como “terroristas” teve papel de destaque para tirá-las da realidade política, mostrando-as mais como criminosas do que como um movimento político ou governo rival. Enquanto a imprensa classificava como “seqüestro” as prisões de autoridades do Vietnã do Sul, os oficiais do norte-vietnamitas detidos eram sempre chamados de “suspeitos vietcongs”. O autor frisa que, assim como a maior parte das propagandas de guerra no século XX, a cobertura televisiva do Vietnã desumanizava o inimigo, banindo ele não apenas da esfera política, mas da própria sociedade. Sem nenhum *enquadramento alternativo* que confrontasse essa perspectiva, os norte-vietnamitas eram sempre denominados como “fanáticos”, “suicidas” e “selvagens”; e as áreas controladas por eles de “infestações comunistas” ou “infestações vietcongs”.

⁶³ HALLIN, Daniel. Op. Cit. pp 117.

Conforme os anos foram se passando, a desunião de autoridades do governo sobre a política dos EUA no Vietnã foi se tornando cada vez mais latente e isso se refletia aos poucos na cobertura da imprensa. Em janeiro de 1968, as forças norte-vietnamitas lançaram uma série de ataques simultâneos a centenas de cidades do Vietnã do Sul (ofensiva de Tet). Apesar das perdas de soldados terem sido enormes para ambos os lados, a investida norte-vietnamita afetou a moral dos americanos no campo de batalha e em casa. Tet havia produzido uma percepção crescente de que os EUA estavam perdendo a guerra.

Hallin conclui que a mídia provavelmente compartilha boa parte da responsabilidade pelos problemas políticos que sofreu na era pós-Vietnã. Para ele, os norte-americanos foram para a guerra com a idéia de que seria um *replay* em menor escala da Segunda Guerra Mundial, ou seja, uma luta garantida em defesa da democracia e contra a agressão. A imagem veiculada era de que o poderio dos EUA superava em muito o do Vietnã do Norte e de que, além disso, a razão estava do lado deles. Quando os combates começaram a mostrar outro quadro, a imprensa foi obrigada a trazer as más notícias. O público do país terminou sendo pego de surpresa quando a mídia simplesmente reavaliou as suas noções sobre a natureza da guerra sem nunca explicar o porque.

A partir do conflito, o pesquisador faz uma crítica ao dilema da utilização do princípio da objetividade em contraposição ao que se espera de um bom jornalismo. E coloca que, se por um lado o jornalista deve adotar uma atitude de “realismo desinteressado” (nos termos de Walter Lippman), por outro se cobra dele uma dose de interpretação que forneça histórico e contexto das notícias. Segundo Hallin, esse dilema se tornou particularmente visível durante o período pós-Tet na Guerra do Vietnã, quando se esperava da imprensa análise e interpretação dos fatos. Ao invés disso, ela optou pelo caminho mais fácil da objetividade, focando nas questões técnicas do conflito sem correr o risco de interferir nos conflitos de interesses.

Dessa forma, as rotinas do chamado jornalismo objetivo tiveram conseqüências especialmente contraditórias nos momentos finais da guerra. Elas funcionaram freqüentemente como fonte de poder, dando voz a uma administração que visava controlar

o conteúdo veiculado pela mídia. Quando a moral das tropas caiu e o consenso em Washington se desfez, os jornalistas retornaram aos tradicionais princípios da objetividade e não se responsabilizaram pela cobertura mal feita.

A Guerra do Golfo (1991):

Em agosto de 1990, o líder iraquiano Saddam Hussein ordenou a invasão do Kuwait sob o pretexto de que o país praticava uma política de superextração de petróleo, prejudicando a economia iraquiana. A ação de Saddam foi condenada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas por meio da Resolução 660, um documento amplamente apoiado pela comunidade internacional. Quatro dias mais tarde, as Nações Unidas impuseram sanções econômicas ao Iraque, esperando que a medida forçasse o país a retirar suas tropas. Porém, logo ficou claro que Saddam não tinha a intenção de sair.

No dia 29 de novembro, o Conselho de Segurança emitiu a Resolução 678, autorizando a utilização de “todos os meios necessários” para assegurar o cumprimento da Resolução 660. O documento deu aos Estados Unidos e seus aliados – principalmente a Grã-Bretanha e França – permissão para expulsar as forças iraquianas do Kuwait. O resultado foi a operação “Tempestade no Deserto”, iniciada em 16 de janeiro de 1991.

Seis semanas de uma intensa campanha aérea marcou a Guerra do Golfo. A operação em terra, entretanto, durou menos de sete dias. Para os países aliados, o conflito constituiu uma demonstração de poderio militar sem precedentes, televisionado, com exclusividade, pelas lentes do canal de TV norte-americano CNN. No dia 21 de fevereiro, o Kuwait foi libertado pela coalizão. O Iraque aceitou os termos do cessar-fogo seis dias mais tarde.

De acordo com Fontenelle⁶⁴, o controle sobre os jornalistas durante o conflito do Golfo foi tão intenso que a operação de mídia ficou conhecida como “Operação Mordação no Deserto”. Na Grã-Bretanha, Pete Williams ficou responsável por operacionalizar os

⁶⁴ FONTENELLE, Paula. Op. Cit. pp. 27.

esforços de cercear o livre fluxo de informações. Inicialmente, ele nomeou treze pessoas para coordenar a imprensa, mas esse número cresceu rapidamente para sessenta e cinco, além de cento e cinquenta oficiais.

A pesquisadora estima que cerca de dois mil correspondentes foram enviados ao Golfo, dos quais mil e duzentos era americanos. A maioria foi retirada do Iraque antes do início dos bombardeios. O Pentágono estabeleceu que dois grupos de dezoito repórteres fariam a cobertura, mas as organizações de mídia pressionaram o governo que acabou acrescentando onze grupos de sete jornalistas para acompanhar os acontecimentos. De início, apenas as duas maiores equipes tinham acesso aos campos de batalha.

Ela ainda ressalta que, ao contrário de conflitos anteriores, a Guerra do Golfo foi planejada durante meses, o que constituiu grande vantagem para os esforços de relações públicas dos aliados. Sendo assim, comunicados à imprensa foram escritos e editados com antecedência e a operação de mídia cuidadosamente preparada. O fato dos EUA terem conseguido o apoio da ONU também contou positivamente para a causa norte-americana, atribuindo legitimidade à ação. Quando isso ocorre, de acordo com o esquema das Esferas de Consenso de Daniel Hallin, a mídia tende a se tornar cúmplice da opinião pública.

O jornalista Marvin Kalb, na obra *Taken by Storm*⁶⁵, afirma que o público foi pouco informado durante a Guerra do Golfo, em parte porque a imprensa se engajou no que ele considera a mais perigosa das práticas profissionais: o jornalismo patriótico. Segundo ele, desde o conflito do Vietnã, os relatórios militares se encheram de material anti-mídia para provar que a imprensa (não o Pentágono, nem o governo dos EUA, ou a tenacidade dos soldados norte-vietnamitas) foi a responsável pela derrota.

Por esse motivo, aliado ao caso Watergate tempos depois, Kalb argumenta que muitos profissionais revelaram no Golfo uma necessidade de mostrar que noticiavam as “informações certas”. Apesar das causas ainda não estarem muito claras, o resultado disso

⁶⁵ KALB, Marvin. *A View from the Press*. In: *Taken by Storm – The media, public opinion, and US Foreign Policy in the Gulf War*. Chicago e Londres: The University of Chicago, 1994.

foi que a imprensa adotou, com raras exceções, o papel de incentivador do populismo desmedido. A cobertura da Guerra do Golfo teria sido marcada, portanto, pela simplificação e dicotomização da crise, sendo os EUA o povo virtuoso e unido e Saddam Hussein o equivalente a Hitler no Oriente Médio.

Neste sentido, Bernard C. Cohen⁶⁶ atenta para as mudanças ocorridas nas relações entre a mídia e as políticas externas durante os trinta anos que antecederam a Guerra do Golfo. Afora o fenômeno da CNN, há que se considerar também o surgimento da capacidade técnica de transmitir imagens de qualquer lugar do globo em tempo real e a liberação dos meios das normas e convenções do jornalismo tradicional. Apesar do controle do governo ter nivelado a televisão a todos os outros tipos de jornalismo, Cohen explica que ela possui um maior potencial de apelo e, conseqüentemente, um enorme poder político.

Já W. Lance Bennet⁶⁷ afirma que uma das características da imprensa mais latentes durante o conflito foi a frequência com que os profissionais procuravam as fontes oficiais para fundamentar e enquadrar o conteúdo político de suas notícias. Em sua opinião, a qualidade das informações durante a Guerra do Golfo foi mais afetada pela dinâmica do poder entre a imprensa e o alto escalão das autoridades de Washington do que por todas as tecnologias que surgiram em comunicação, do que a saturação da cobertura televisiva dos frentes de combate, os astutos profissionais de relações públicas do Pentágono, a própria censura ou os *deadlines* dos veículos.

Bennet cita o professor de Ciência Política e Jornalismo na Universidade Estadual da Califórnia, em Sacramento, William Dorman, que aponta o consenso das elites políticas dos EUA como a principal causa externa do *enquadramento* acrítico feito pelos meios de comunicação nos primeiros momentos da crise no Oriente Médio.

Aceitando os enquadramentos oferecidos por [George] Bush, a imprensa ajudou a limitar o debate no momento em que poderia ter sido mais útil: antes de ficarmos

⁶⁶ COHEN, Bernard C. *A View from the Academy*. In: *Taken by Storm*. Op.Cit.

⁶⁷ BENNET, W. Lance. *The News about Foreign Policy*. In: *Taken by Storm*. Op. Cit.

tão imersos na guerra que ela parecesse inevitável. Talvez a questão mais importante nessa discussão seja porque a imprensa age dessa forma. Existem inúmeras razões, umas mais importantes que outras. Primeiro, o Congresso estava em recesso, e o jornalismo norte-americano é fortemente indexado ao debate estruturado institucional. A imprensa não sabia quem procurar para obter uma reação crítica à política inicial do presidente. Ou seja, quando se trata de política externa, um ângulo não existe a não ser que seja mencionado por um membro do congresso. [tradução livre]⁶⁸

Bennett também destaca que oficiais do governo tentam influenciar como a sua interpretação dos assuntos será veiculada na mídia por meio de relações públicas e estratégias de controle de notícias. Para o especialista, o último fator que influenciou de maneira determinante a cobertura do conflito contra o Iraque foi a característica dos jornalistas como árbitros da cultura. Segundo ele, os profissionais acrescentam elementos às notícias na mesma medida de que opinião pública com o objetivo de torná-las familiar. A interação entre essas esferas da produção jornalística influencia o conteúdo, a duração e a intensidade dos pontos de vistas adversários nos debates políticos e, conseqüentemente, a opinião pública.

Nesse ponto, o autor cita Iyengar⁶⁹ que conseguiu demonstrar que o noticiário freqüentemente *enquadra* situações políticas complexas em termos pessoais e emotivos, de modo a não propiciar espaço para uma análise crítica ou para o acúmulo de informações. O *enquadramento* da crise do Golfo sob os aspectos emotivo e pessoal resultou que outros problemas ou opções políticas – como sanções econômicas – ficassem mais difíceis de serem discutidos. Por esse motivo, nenhuma solução parecia mais razoável na época do que a proposta pelo governo Bush: declarar guerra ao “diabólico” Saddam Hussein.

Bennett observa que tal padrão de sugestão proveniente da elite não se aplica aos desinformados ou a parcela passiva da população. Defendendo justamente a idéia contrária,

⁶⁸ DORMAN, William. *The Media and The Gulf: A closer look*. Conferência realizada na Escola de Jornalismo da Universidade da Califórnia entre os dias 3 e 4 de maio, 1991.

⁶⁹ IYENGAR, S. *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

ele afirma que as pessoas mais informadas sobre os problemas políticos de um conflito são as mais propensas a responder de maneira positiva ao sugestionamento veiculado pelos meios de comunicação diariamente. Em síntese, o pesquisador defende que o debate público tende a ser mais aberto e claro nos meios de comunicação quando os diagnósticos da elite política colidem entre si. Quando essas mesmas análises resultam em pequena oposição de elite, as iniciativas políticas tendem a ser encaradas como consensuais, sendo portanto pouco discutidas. Este último quadro representa o cenário em que aconteceu a Guerra do Golfo.

William A. Dorman e Steven Livingston⁷⁰ realizaram um estudo em que avaliam o papel da mídia em três períodos distintos do conflito no Golfo: (1) A fase inicial desde a invasão do Kuwait em agosto de 1990 ao anúncio de Bush em novembro de que mandaria reforço de 150.000 soldados ao Iraque para uma “opção adequada de ofensiva militar”. (2) A fase do debate ocorrida de novembro a janeiro de 1991. (3) E a fase que incluiu o período de duração dos conflitos armados. Os autores estavam especialmente interessados nos resultados que poderiam ser obtidos na primeira fase.

Um dado interessante apresentado por eles é sobre uma pesquisa realizada pelo *New York Times* em que foi constatado que 60% do público norte-americano aceitou a analogia do presidente Bush entre Saddam Hussein e Hitler. A idéia era localizar a opinião pública dos Estados Unidos em um momento semelhante ao proporcionado pela Segunda Guerra Mundial, em que todos se juntaram nos esforços para impedir o avanço nazista. Em outras palavras, de acordo com a pesquisa, o público norte-americano apoiou Bush não por simpatia ao Kuwait e sim por antipatia a Saddam Hussein.

Dorman e Livingston concluem que os jornalistas falharam ao apresentar a crise do Golfo e o líder iraquiano sem a devida contextualização e embasamento histórico. De maneira a indicar o que estaria por vir dez anos mais tarde, a imprensa falhou também ao examinar os interesses políticos dos EUA no conflito. Como resultado, o discurso popular

⁷⁰ DORMAN, William A. e LIVINGSTON, Steven. *News and Historical Content – The Establishing Phase of The Persian Gulf Policy Debate*. In: *Taken by Storm*. Op. Cit.

foi dominado pelas perspectivas da administração de George Bush nos períodos cruciais dos confrontos com o Iraque, revelando os jornalistas mais como “divulgadores passivos” das visões oficiais do que “analistas” da realidade política.

Nesse mesmo sentido, Robert Entman e Benjamin Page⁷¹ frisam que a cobertura da mídia nos Estados Unidos favorece a Casa Branca quando a maioria das elites apóia a linha da administração do governo. No entanto, quando as elites disputam as políticas exteriores da administração, o noticiário tende a refletir algum nível de dissenso e a oferecer informações mais críticas. O período que precedeu o conflito contra o Iraque consistiu, portanto, em condições próximas ao ideal para o tipo de jornalismo citado: elites fragmentadas engajadas em disputa pública. Eles partem desse pressuposto para estudar os limites da independência dos meios de comunicação.

Os resultados indicaram que, nesse caso próximo ao ideal, foi constatada uma quantidade considerável de reportagens críticas às decisões da administração. Entretanto, ao mesmo tempo, viu-se um período incomum de dissenso entre as elites políticas sobre o uso da força militar no Iraque. Os autores acrescentam que grande parte das reportagens críticas veiculadas no período estudado tinha um fim mais burocrático do que, de fato, substancial.

Sobre isso, eles levantam a pergunta: que forças restringem o potencial crítico da mídia em relação às políticas de governo? Segundo Entman e Page, uma série de fatores inter-relacionados influenciou os veículos na mesma direção. Uma delas foi a tendência constatada de que os jornalistas costumam acreditar piamente nas fontes oficiais, apresentando favoravelmente as suas versões ao público. Assim como Sônia Serra, os pesquisadores atribuem essa característica às rotinas produtivas, ou seja, à facilidade de acesso das autoridades, a dependência dos veículos de material fornecidos por elas e a necessidade de legitimidade por meio do aval da versão do governo. Para eles, todas essas características suprem necessidades comerciais importantes para essas empresas lucrativas.

⁷¹ ENTMAN, Robert M e PAGE, Benjamin I. *The Iraq War Debate and the Limits to Media Independence*. In: *Take by Storm*. Op. Cit.

Timothy Cook⁷², por sua vez, explorou os processos domésticos que produziram a cobertura televisiva da Guerra do Golfo nas primeiras semanas que sucederam a invasão do Kuwait. De acordo com ele, tal cobertura deu oportunidade aos atores políticos mais influentes de *enquadrar* os eventos inesperados de forma a justificar suas posições políticas. Dessa forma, eles puderam definir a agenda política, as alternativas, além de criar um clima público que favorecesse os seus interesses e suas preferências.

Cook se restringiu aos telejornais noturnos de três grandes redes de televisão norte-americanas (ABC, CBS, NBC). A sua hipótese era de que cobertura inicial das informações foi determinante para o *enquadramento* do fenômeno de maneira a diminuir o leque de opções e influenciar os entendimentos posteriores. O argumento do autor é de que as *rotinas do jornalismo* e os *métodos consagrados de neutralidade e imparcialidade* privilegiam os entendimentos dominantes e restringem a discussão pública.

Ele conclui que o noticiário não excluiu completamente do seu conteúdo as potenciais críticas. Mas aquelas que eram consideradas como de oposição eram largamente negligenciadas, sendo veiculada somente quando respaldada por algum membro do congresso ou parente de soldado. Em síntese, Cook frisa que a crise do Golfo apresentou oportunidades limitadas para que a sociedade norte-americana pudesse discutir abertamente o envolvimento do seu país em um conflito afastado. Na sua opinião, citando Lance Bennett, as *rotinas jornalísticas* ajudaram a transferir a crise do Golfo da arena do debate político para a realidade da “*democracia gerenciável*”.

Daniel Hallin e Todd Gitlin⁷³ afirmam que os maiores problemas desse tipo de cobertura não aparecem no curto prazo e sim no longo, quando afetam diretamente os entendimentos do público a respeito da guerra. Depois da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, uma imagem profundamente romântica dos conflitos tomou a cultura norte-americana. Assim sendo, eles fizeram em 1994 uma previsão importante: com a

⁷² COOK, Timothy. *Domesticating a Crisis – Washington Newsbeats and Network News after the Iraqi Invasion of Kuwait*. In: *Taken by Storm*. Op. Cit.

⁷³ HALLIN, Daniel e GITLIN, Todd. *The Gulf War as Popular Culture and Television Drama*. In: *Taken by Storm*. Op. Cit.

consolidação de uma experiência romântica na Guerra do Golfo (limpa, excitante e que evidenciou os sentimentos de solidariedade e de potência mundial), os pesquisadores ressaltaram a facilidade para criar nos EUA um clima de entusiasmo em um próximo conflito armado, não importando os motivos políticos.

A cobertura internacional das guerras:

Da análise da cobertura internacional dos conflitos, é possível concluir que as autoridades do meio político e os jornalistas possuem basicamente uma relação de interdependência. Entretanto, ambos os lados têm concepções normativas de seus papéis, além dos cânones profissionais do jornalismo que desencorajam a admissão pública de uma relação interdependente. Tais concepções normativas funcionam como ideais que guiam as representações públicas dos jornalistas e políticos, embora não reflitam necessariamente as suas reais práticas. Nesse sentido, apesar dos jornalistas constantemente exporem sua ira pela censura e manipulação de governos e militares, poucos são os que tomam conhecimento da sua dívida um com o outro.

O exame da função desempenhada especificamente pelos correspondentes de guerra também coloca em perspectiva os problemas estruturais do jornalismo internacional. Além dos aspectos empresariais salientados pela análise das rotinas produtivas, o estudo do papel dos correspondentes revela uma característica profundamente auto-referenciada destes profissionais e aponta falhas provocadas pela busca obsessiva por informações exclusivas (os chamados “furos”). Embora essa obsessão tenha suas raízes no arquétipo dos próprios profissionais, ela ganha força nas relações de mercado em que os jornalistas estão inseridos.

Por fim, nos estudos de enquadramento analisados nos casos do conflito no Vietnã e da Guerra do Golfo, nota-se a existência de um padrão nos veículos informativos de restringir a variedade de interpretações sobre os conflitos. Tal padrão, relacionado com os motivos mais diversos, que vão das relações da mídia com autoridades governamentais às rotinas que visam maior produtividade e lucratividade, limita a complexidade dos debates

efetuados no âmbito da Esfera Pública em favor de interpretações de pequenos grupos com penetração nos meios de comunicação.

Hallin aprofunda esse ponto com o modelo das Esferas de Consenso. Segundo ele, grande parte da influência determinante na construção dos noticiários tem origem na própria sociedade. Por meio da celebração inerente de valores consolidados e da rejeição de interpretações consideradas ilegítimas, o meio social – que engloba invariavelmente os veículos de comunicação – tende a excluir da arena simbólica enquadramentos alternativos prejudiciais à estrutura consensual compartilhada pelos seus integrantes.

Do ponto de vista da mídia, o resultado dessa tendência é a condenação de questionamentos que perturbem o delicado equilíbrio das forças sociais e políticas. Assim sendo, Hallin coloca em perspectiva a importância dos julgamentos que os núcleos da sociedade estabelecem a respeito de um tema para o entendimento da sua cobertura jornalística. Essa percepção será de grande utilidade para compreender a atuação dos meios de comunicação no Conflito do Iraque em 2003.

Procedimientos Metodológicos

Procedimentos Metodológicos

Como foi observado no referencial teórico, o grupo de pesquisa norte-americano liderado por William Gamson criou um marco ao analisar os processos com que pessoas comuns desenvolvem entendimentos sobre assuntos sociais e políticos complexos. Ele utilizou o método batizado de “matriz de assinatura”, que consiste em identificar e classificar os principais pacotes interpretativos existentes sobre um tema a partir de metáforas, *slogans* e frases de efeito. Esses pacotes interpretativos fornecem perspectivas que norteiam as razões e os significados sobre fatos considerados relevantes para o entendimento do assunto específico.

No centro de cada pacote está o enquadramento, definido como uma idéia central organizadora que atribui significados particulares aos eventos, tecendo uma conexão entre eles e definindo o caráter das controvérsias políticas. Segundo esta perspectiva, os temas políticos são caracterizados por uma disputa simbólica sobre qual interpretação irá prevalecer. No caso do estudo norte-americano, o grupo pesquisou durante um longo período os tratamentos dados pela mídia à crise industrial que os Estados Unidos sofriam em meados dos anos 80, as medidas de ação afirmativa, energia nuclear e o conflito entre árabes e israelenses no Oriente Médio.

Depois de identificar os pacotes interpretativos que caracterizam cada enquadramento (ou seja: a matriz), os pesquisadores realizaram uma série de entrevistas com grupos focais com o objetivo de detectar nos discursos dos integrantes conexões com os pacotes veiculados, além de verificar até que ponto os enquadramentos da mídia eram determinantes como variável que contribui na construção de entendimentos sobre assuntos sociais e políticos.

Fazendo uso dessa perspectiva com outro enfoque, a pesquisa aqui proposta pretende analisar os conteúdos veiculados por dois meios de comunicação brasileiros a respeito do Conflito no Iraque, em 2003. Bem entendido, o estudo não pretende detectar referências dos pacotes interpretativos junto ao público, mas analisar a frequência com que

cada enquadramento é veiculado pelos meios brasileiros. Vale destacar que, de acordo com os pressupostos da *Esfera Pública*, a constância com que cada pacote é repetido – seja intencionalmente ou não – pode restringir a discussão sobre um tema, resultando em prejuízo na elaboração de uma opinião pública coerente e, no final do processo, à própria democracia.

Para atingir o objetivo proposto, consideramos especialmente útil a categorização dos enquadramentos sugerida por Porto. O interpretativo, incitado por atores sociais como representantes do governo e movimentos sociais, envolve padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas ou eventos políticos. Já o noticioso corresponde ao ângulo da notícia adotado pelo jornalista para organizar os seus relatos. A partir dessa divisão, o autor propõe a classificação das notícias de acordo com o formato em restrito, plural-fechado, plural-aberto e episódico.

As matérias classificadas como “restritas” são aquelas que apresentam um único enquadramento sobre um evento ou tema político, enquanto que os textos “plurais” incluem mais de um enquadramento. Os segmentos “plurais” podem ser subdivididos em “plurais-abertos”, onde nenhum enquadramento é apresentado como mais válido ou verdadeiro, e “plurais-fechados”, onde um dos enquadramentos é privilegiado ou enfatizado.

Por último, os segmentos classificados como “episódicos” são aqueles que não incluem enquadramentos interpretativos, adotando um estilo mais descritivo de reportagem. Na opinião de Porto, compartilhada por este pesquisador, tal classificação do conteúdo da mídia permite identificar como a mídia contribui para privilegiar determinadas interpretações hegemônicas da realidade ao mesmo tempo em que apresenta uma certa diversidade de enquadramentos.

O estudo aqui apresentado pretende, portanto, utilizar essas categorias para avaliar a pluralidade da cobertura realizada durante o conflito. A análise de conteúdo, efetuada segundo o conceito de enquadramento, oferecerá uma série de vantagens para a pesquisa na medida em que fornece um quadro qualitativo e quantitativo sistemático para a verificação

de um volume de informações tão extenso quanto o que foi veiculado no período em questão. A maneira direta com que o método observa os meios de comunicação e os seus textos dão proximidade com as questões debatidas na mídia, além de flexibilidade operacional para testar as hipóteses a cada passo da pesquisa.

Dessa forma, com o objetivo de classificar as matérias segundo as categorias de Porto, identificamos cinco enquadramentos principais que deverão ser localizados nos textos. São os seguintes:

a) O enquadramento da Coalizão. Promovido pelos países que organizaram e apoiaram a intervenção no Iraque, este enquadramento foi construído a partir da acusação sobre a existência das *armas de destruição em massa* e da ligação entre o governo iraquiano e a organização terrorista Al Qaeda. Essa última acusação foi complementada pela idéia de *guerra preventiva* invocada por George W. Bush para evitar ataques semelhantes aos do 11 de Setembro. Além destes termos, este enquadramento pode ser identificado a partir de referências ao *Eixo do Mal* (também criada por Bush para classificar os países considerados perigosos pelo governo norte-americano), e *guerra rápida*.

b) O enquadramento Árabe. Incitado pelo governo iraquiano e pelos países árabes que se manifestaram contrários à intervenção anglo-americana, este enquadramento define a guerra como um ato de desrespeito à noção de autodeterminação dos povos. Ele pode ser identificado a partir da localização das interpretações do conflito como *agressão internacional*, como um pretexto para retirar à força as jazidas de *Petróleo* dos iraquianos, e por meio do destaque às *vítimas civis*.

c) O enquadramento Multilateral foi promovido por países que se mostraram contrários a guerra. Ele defende a idéia de que a intervenção no país do Golfo Pérsico *feria as leis internacionais*, além de enfraquecer as Nações Unidas. Ele pode ser encontrado a partir de referências que classificam o conflito como uma *ação ilegal*, além de um *desgaste para o multilateralismo* da ONU, e como um fator que gerou o *desequilíbrio das relações internacionais*.

d) O enquadramento Pacifista foi fomentado por organizações não-governamentais (ONGs), Igreja Católica (centralizada nas declarações do Vaticano), e outras entidades da sociedade civil que reprovaram a decisão dos Estados Unidos e dos seus aliados de iniciar uma guerra. Este enquadramento pode ser encontrado por meio de alusões aos benefícios da *paz* e à crueldade característica dos conflitos armados.

e) O enquadramento *noticioso* da Mídia. Promovido por jornalistas e especialistas em mídia, este enquadramento metalingüístico não compete com os demais enquadramentos já que é marcado pela preocupação com o papel desempenhado pelos próprios meios de comunicação durante o conflito. É nele que são discutidas questões como a representação da realidade (*verdade*), *a manipulação do público*, *propaganda de guerra*, e *censura*.

Depois da localização dos pacotes interpretativos, faremos a quantificação geral sobre a pluralidade da cobertura realizada e dos enquadramentos que foram sistematicamente veiculados. O período compreendido para a análise será do primeiro momento em que começaram os bombardeios (20 de março de 2003) até o dia em que os jornais noticiaram o anúncio do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, de que o combate havia sido oficialmente encerrado em 2 de maio de 2003. O material a ser estudado será o *caderno internacional* de dois veículos escolhidos segundo os critérios de visibilidade e credibilidade em jornalismo impresso no país, sendo um deles de São Paulo (*Folha de S. Paulo*) e o outro do Rio de Janeiro (*Jornal do Brasil*).

O estudo ainda realizou, simultaneamente à pesquisa empírica dos jornais, uma série de entrevistas com editores e responsáveis pelo conteúdo veiculado pelos cadernos internacionais de cada veículo. O objetivo é mostrar a visão que os próprios profissionais têm a respeito do resultado encontrado, das rotinas produtivas e da estrutura que estariam na base do jornalismo internacional praticado no país, além de constatar as razões substantivas que motivaram a cobertura realizada durante o recente Conflito no Iraque.

A cobertura da mídia no Conflito do Iraque

A preparação para o confronto

Após a estrondosa derrota das forças iraquianas na Guerra do Golfo, em 1991, e a conseqüente expulsão das suas tropas do território kuwaitiano, Saddam Hussein assinou um acordo que determinava o fim da sua produção de armas químicas e biológicas, além do monitoramento do país por equipes das Nações Unidas. Contando com o apoio maciço da comunidade internacional, o Conselho de Segurança da ONU já havia aprovado uma série de sanções políticas e econômicas que tinham o objetivo de impedir que o governo de Hussein continuasse com sua política expansionista.

A situação dentro do país do Golfo Pérsico piorou quando, após a rendição, explodiram diversas rebeliões nos quatro cantos do território iraquiano. Esses levantes haviam sido encorajados pelo governo norte-americano como estratégia para dividir a atenção e os esforços das tropas de Hussein. No entanto, a rendição do ditador iraquiano foi suficiente para apaziguar os ânimos dos países que se aliaram contra ele (EUA, Grã-Bretanha e França), deixando as rebeliões dos curdos ao norte, dos xiitas ao sul e de facções rivais do partido oficial desprotegidas para serem esmagadas pelas forças fiéis ao regime.

Cerca de 11 anos depois do término do conflito, continuavam os impasses entre o governo de Bagdá e os inspetores de armas da ONU sobre a existência de algum estoque de armas químicas ou biológicas em território iraquiano. As restrições econômicas impostas ao país também determinavam o aumento da miséria e da fome na população local. Para amenizar o problema, as Nações Unidas criaram em 1996 o Programa Petróleo por Comida que tinha por objetivo assegurar que os recursos gerados pela venda do petróleo seriam utilizados para a compra de alimentos, remédios e outros suprimentos de valor humanitário e não para armamentos militares.

A resistência do governo do Iraque em aceitar o programa fez com que ele só efetuasse suas primeiras entregas em março de 1998. O Petróleo por Comida usava um sistema de depósito fiduciário pelo qual o dinheiro da venda do petróleo iraquiano era pago pelo comprador em uma conta não acessível diretamente pelo governo iraquiano. Uma

parte deste dinheiro servia para pagar indenizações por danos causados ao Kuwait, e outra parte era para ajudar no pagamento dos gastos das forças da coalizão e outros gastos das Nações Unidas com o Iraque. O dinheiro restante permanecia na conta. O programa foi responsável pelo abastecimento direto de cerca de 60% da população do Iraque (27 milhões de pessoas) antes da suspensão das suas atividades com o início das operações de guerra.

O 11 de Setembro de 2001

No dia 11 de Setembro de 2001, as torres gêmeas do edifício *World Trade Center*, localizadas na cidade de Nova York, nos Estados Unidos, foram atingidas por duas aeronaves pilotadas por terroristas da Al Qaeda. O vôo de número 11 da *American Airlines* colidiu com a torre norte do WTC às 8h46 da manhã no horário local. Às 9h03 da manhã, foi a vez do vôo de número 175 da *United Airlines* colidir com a torre sul. Outros dois aviões foram utilizados nos ataques: um atacou o prédio do Pentágono às 9h37, e o segundo – que supostamente se dirigia para Washington – foi derrubado no estado da Pensilvânia, às 10h03 da manhã.

Pouco antes, às 9h59 da manhã, a torre sul do WTC foi ao chão e, às 10h28, a torre norte. Transmitido ao mundo por meio de flashes ao vivo das redes de televisão, o 11 de Setembro criou um ambiente de revolta entre os norte-americanos e a comunidade internacional. Enquanto alguns países não tardaram em anunciar solidariedade ao governo e ao povo dos Estados Unidos, outros aprovaram rapidamente leis rigorosas de combate ao terrorismo. O presidente norte-americano, George W. Bush, foi além e anunciou o início de uma Guerra contra o Terror.

Internamente, o governo dos EUA aprovou a controversa *Patriot Act* (“Lei Patriota”). Ela ampliou os poderes do governo federal para pesquisar documentos privados e interceptar comunicações consideradas suspeitas. Diversos organismos que defendem os direitos civis nos Estados Unidos criticaram a aprovação da lei, argumentando que ela aumentou perigosamente as atribuições das agências de inteligência. Já no âmbito externo, o governo dos EUA intensificou as operações militares, pressões políticas e medidas

econômicas contra grupos considerados terroristas, assim como governos e países acusados de acolher facções ligadas ao terror.

A Guerra do Afeganistão – 2001

Apontado como o responsável pelos ataques realizados no dia 11 de Setembro, o líder terrorista da Al Qaeda Osama Bin Laden tornou-se o alvo prioritário do governo norte-americano na primeira etapa da guerra contra o terrorismo. O Afeganistão, país governado pelo movimento islâmico dos Talibans que abrigava o líder terrorista e uma parte da organização da Al Qaeda, foi escolhido como primeiro lugar a ser atacado pelas tropas dos Estados Unidos.

Em outubro de 2001, o presidente norte-americano George W. Bush desencadeou uma campanha militar contra as forças da Al Qaeda localizadas no território afegão e o regime dos Talibans. Em novembro, as tropas dos Estados Unidos – com a ajuda determinante das forças da Aliança do Norte – tomaram a capital Cabul e declararam o fim da era Taliban e do seu regime radical islâmico que governava o Afeganistão desde 1996. As facções afegãs elegeram Hamid Karzai como o novo presidente do país em dezembro. O líder terrorista Osama Bin Laden não foi encontrado.

O início do Conflito no Iraque

Em discurso proferido no dia 29 de janeiro de 2002, o presidente dos EUA George W. Bush classificou o Iraque como um dos países do “Eixo do Mal” que – juntamente com o Irã e a Coreia do Norte – deveriam ser combatidos no contexto da guerra ao terrorismo iniciada após os ataques de 11 de Setembro. Disse ele:

Um de nossos objetivos é evitar que regimes que financiam o terror ameacem a América, nossos amigos e aliados, com armas de destruição em massa. Alguns desses regimes têm estado quietos desde 11 de Setembro, mas sabemos qual é a real natureza deles. A Coreia do Norte é um regime que, enquanto mata de fome seus cidadãos, arma-se com mísseis e armas de destruição em massa. No Irã, enquanto uns poucos reprimem a esperança de liberdade do

*povo, o país vai em busca desses armamentos e exporta o terror. Há mais de uma década, o regime iraquiano conspira para produzir Antrax e armas nucleares. Nações desse tipo constituem o Eixo do Mal, armando-se para ameaçar a paz mundial.*⁷⁴

A declaração demonstra que o governo dos Estados Unidos estava convencido de que a Guerra do Afeganistão e a queda do regime Taliban não eram suficientes para acabar com o terrorismo mundial. Nesse mesmo momento, os inspetores de armas das Nações Unidas enfrentavam resistência do regime iraquiano em permitir a entrada dos seus técnicos em áreas específicas.

Pouco antes do início do conflito, no dia 7 de março de 2003, o chefe dos inspetores de armas da ONU, Hans Blix, relatou ao Conselho de Segurança que havia avançado junto às autoridades iraquianas no sentido de permitir o acesso dos seus funcionários em áreas consideradas restritas. Blix declarou, no entanto, que o consentimento do governo de Saddam Hussein para que a ONU fiscalizasse os prédios e depósitos iraquianos não era suficiente para assegurar que as determinações impostas pela organização sobre armamentos estivessem sendo atendidas.

O chefe dos inspetores ainda acrescentou que, até aquele momento, os fiscais não teriam recebido provas documentais suficientes que atestassem que as substâncias proibidas (agentes químicos utilizados em armas biológicas) tinham sido destruídas. No dia 17 de março de 2003, foi a vez do presidente George W. Bush discursar ao Conselho de Segurança da ONU. No pronunciamento, ele afirmou que Saddam Hussein estava utilizando a diplomacia como um recurso para ganhar tempo e iludir os inspetores das Nações Unidas.

De acordo com o Comandante-Chefe dos Estados Unidos, o perigo dos terroristas utilizarem armas químicas, biológicas e nucleares obtidas com a assistência do Iraque era claro:

⁷⁴ Discurso de George W. Bush disponível no site: <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html>. Citado por Paula Fontenelle. Op. Cit.

*Informações recolhidas pelo governo norte-americano e outros não deixam dúvida de que o regime iraquiano continua a ter e ocultar algumas das mais letais armas jamais desenvolvidas [...] Antes que o dia do horror possa chegar, antes que seja tarde demais para agir, esse perigo será removido. Os Estados Unidos têm a autoridade soberana para usar a força com o objetivo de garantir sua segurança nacional. Esse dever me cabe como comandante-em-chefe de acordo com o juramento que pronunciei, e que pretendo honrar.*⁷⁵

No dia 20 de março de 2003, as tropas norte-americanas lançaram os primeiros mísseis contra alvos localizados na capital Bagdá. O primeiro bombardeio aconteceu seis horas antes de o presidente George W. Bush anunciar o início da guerra. O ataque foi antecipado porque os comandantes dos EUA acreditavam ter localizado via satélite onde estavam Saddam Hussein e alguns dos seus oficiais mais graduados. Tratava-se, de acordo com o jargão militar, de um “alvo de oportunidade”. A investida, que não foi notificada nem para o maior aliado da Coalizão (o primeiro-ministro britânico Tony Blair), falhou em eliminar o líder iraquiano, mas foi suficiente para criar rumores entre os correspondentes de que Hussein teria sido morto.

Logo depois de caírem os primeiros mísseis em Bagdá, George W. Bush fez um pronunciamento ao povo dos Estados Unidos. No discurso, ele informou a população de que o conflito destinado a desarmar o Iraque havia começado. Segundo o presidente, a América estava iniciando um combate contra inimigos que não se importam com convenções de guerra ou regras de moralidade, e que precisavam ser superados por meio de uma força decisiva. Ele ainda prometeu que as forças da Coalizão fariam todo o esforço possível para poupar as vidas de civis.

No mesmo dia, a TV estatal iraquiana transmitiu discurso de Saddam Hussein comentando o início do conflito. O líder iraquiano afirmou que os Estados Unidos estavam cometendo um ato criminoso contra o país do Golfo Pérsico e contra a própria humanidade. Ele invocou o povo do Iraque a defender o país em nome da bandeira nacional, da Jihad (a guerra santa dos islâmicos), da religião e da família. Vinculando o ataque a interesses

⁷⁵ Discurso de George W. Bush disponível no site da *Folha de S. Paulo*: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u53090.shtml>

sionistas, Saddam Hussein disse que o Iraque e a humanidade sairiam vitoriosos com a derrota dos países da Coalizão.

O presidente Lula também fez um pronunciamento ao povo brasileiro lamentando o início da ação armada no território iraquiano. Ele criticou a decisão da Coalizão de utilizar a força militar sem a autorização expressa do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O presidente informou que fez tudo o que estava ao seu alcance para assegurar que a crise tivesse uma solução pacífica. Além de manifestar preocupação com a vida de inocentes e de refugiados, Lula fez um apelo para que fossem respeitadas as normas do direito humanitário internacional, e garantiu que tomaria todas as providências para que os brasileiros não sofressem com os efeitos da guerra.

Após os primeiros bombardeios, as forças americanas e britânicas invadiram o Iraque pela fronteira do sul, vindas do Kuwait, iniciando a fase terrestre da operação que foi denominada pelos países da Coalizão de “Liberdade Iraquiana”. A estratégia, que teve o secretário da Defesa dos EUA Donald Rumsfeld como principal defensor, foi batizada de “Choque e Pavor” e consistia no intenso bombardeio das cidades antes que as forças militares invadissem o terreno. As tropas terrestres foram divididas em dois grupos: o primeiro ganhava terreno em direção a Bagdá e o segundo seguiu em direção a cidade de Basra, no sul do país.

O começo da cobertura na mídia

O início da cobertura dos combates foi marcado por um fato inesperado. Contrariando as expectativas dos que esperavam que algum dos gigantes norte-americanos fosse o primeiro veículo de comunicação a dar ao mundo a notícia de que a guerra estava começando, a estatal portuguesa RTP conseguiu entrar ao vivo com imagens das explosões em Bagdá antes de todas as redes de televisão do planeta. A transmissão, comandada pelo correspondente na capital iraquiana Carlos Fino, foi ao ar três minutos antes que a líder internacional de notícias CNN.

Fino começou a transmissão às 23h33 (hora de Brasília) acompanhado do repórter cinematográfico Nuno Patrício. Depois do susto com o barulho das bombas, os dois passaram a mostrar a cidade de vários ângulos, com imagens precárias e tremidas, mas raras nas TVs concorrentes que, naquele momento, contavam mais com câmeras fixas. A CNN só conseguiu transmitir cenas da cidade às 23h36, ainda sem seu correspondente no local, Nic Robertson, que entrou logo em seguida.

Tão inesperada quanto a vantagem da estatal portuguesa foi a consequência dela para a televisão brasileira. A Rede Globo, proprietária da maior estrutura para cobrir a guerra, acabou perdendo a corrida pelo furo de notícia para a TV Cultura. Com dificuldades orçamentárias, a emissora pública de São Paulo não pôde enviar equipes para o Iraque nem comprar os serviços da CNN ou da BBC, mas tinha um acordo justamente com a RTP que permitia a retransmissão dos sinais da estatal por meio de permutas. Esse fato sintomático ocorrido logo no início do conflito indicava que a cobertura da mídia neste conflito seria diferente da realizada na Guerra do Golfo, em 1991, onde apenas a CNN transmitia imagens e fornecia informações da frente de batalha.

Outro acontecimento também marcou o início da cobertura das operações militares no território iraquiano. A BBC e o serviço da agência *Associated Press* exibiram acidentalmente imagens do presidente George W. Bush sendo maquiado e penteado, enquanto se preparava para fazer o discurso sobre o início dos ataques. Algumas emissoras brasileiras, como a Globo, estavam com esse sinal no momento e também transmitiram as cenas ao vivo. Por causa desse incidente, a Casa Branca decidiu que os seus próprios técnicos operariam dali por diante as transmissões ao vivo do presidente.

Sobre o início da cobertura nos veículos escolhidos para o estudo, o jornal *Folha de S. Paulo* divulgou a íntegra dos três discursos proferidos pelos líderes George W. Bush, Saddam Hussein e Lula no dia 21 de março de 2003. O *Jornal do Brasil* publicou no mesmo dia três matérias com os principais trechos do discurso do líder iraquiano, do presidente da França, Jacques Chirac, e do secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

Análise das Matérias segundo o gênero

Os dois jornais escolhidos para a pesquisa (*FSP* e *JB*) apresentaram nas páginas dos cadernos internacionais a mesma ordem de apresentação dos gêneros jornalísticos. Normalmente, o texto que abria o caderno sobre a guerra continha uma visão panorâmica dos eventos que ocorreram no dia anterior. Ele pinçava alguns dos principais fatos e esboçava detalhes que eram explicitados nas matérias localizadas no interior do caderno. As últimas páginas (uma no caso do *JB* e duas ou três na *Folha* em dias decisivos para o conflito) foram dedicadas às entrevistas e aos artigos de especialistas e acadêmicos.

Apesar disso, a cobertura realizada pela *Folha* se destacou de todos os outros veículos brasileiros por ter sido o único jornal que conseguiu enviar um correspondente à capital iraquiana. Na sessão intitulada “Diário de Bagdá”, o repórter Sérgio Dávila e o repórter fotográfico Juca Varela tinham o objetivo de mostrar o conflito sob o ponto de vista dos iraquianos. O espaço do caderno internacional criado na *FSP* para tratar exclusivamente do conflito passou a se chamar, a partir do primeiro dia de bombardeios no dia 20 de março de 2003, de “Ataque do Império”, enquanto o *JB* batizou o espaço de “Mundo/Guerra”.

Foram utilizadas cinco categorias detectadas na fase da amostra para classificar os textos divulgados pelos jornais no período da pesquisa – compreendido entre os dias 20 de março até 2 de maio de 2003. Esta etapa do estudo contou como matérias *factuais* os textos que possuíam a noção de *lead*, que significa na língua inglesa “guia ou o que vem a frente” e consiste basicamente na exposição logo nos primeiros parágrafos das principais informações que estruturam uma notícia. Também conhecido como regra dos seis “Qs” (que, quem, quando, como, onde e porque), o *lead* indicou as matérias cujos principais elementos eram fatos ou eventos e não as interpretações construídas sobre eles.

Exemplos:

- 1) *O premiê do Reino Unido, Tony Blair, disse ontem em discurso na TV que forças britânicas haviam se juntado aos combates aéreos, marítimos e terrestres no Iraque, assinalando uma*

escalada na guerra contra Saddam. “Esta noite, soldados britânicos estão em ação no ar, na terra e no mar. Sua missão: remover Saddam Hussein do poder e livrar o Iraque de suas armas de destruição em massa”, afirmou no discurso gravado, suas primeiras palavras públicas desde o início da campanha militar.

(Folha de S. Paulo. Título: “Britânicos lutam em terra ar e mar, diz Blair”. Caderno Mundo – Ataque do Império, 21 de março de 2003, p. A16)

- 2) Tropas americanas de pára-quedistas chegaram ontem ao Norte do Iraque, local de maioria curda, na tentativa de abrir mais uma área de avanços na direção de Bagdá. “Este é o princípio do front norte”, disse um oficial americano diante de mil soldados da 173ª Brigada Aérea. Tropas americanas acabaram com colunas armadas do Iraque e seguiram para o Sul de Basra no decorrer da noite.

(Jornal do Brasil. Título: “Pára-quedistas ao Norte”. Caderno Mundo/Guerra, 28 de março de 2003, p. 4)

No caso das matérias que foram classificadas como *analíticas*, a lógica é inversa em relação às factuais. Privilegiam-se as avaliações e interpretações dos fatos e eventos sobre algum aspecto do conflito em detrimento dos detalhes ou da riqueza de informações. Como mostram os exemplos colocados abaixo:

- 1) O secretário de Defesa americano, Donald Rumsfeld, prometeu um ataque avassalador contra o Iraque, algo nunca antes visto e que criaria “choque e pavor”. Por enquanto, a voltagem do choque continua fraca, e há vários motivos para isso. A chance de acabar com a nova guerra antes mesmo de ela começar, “decapitando” Saddam Hussein e a liderança iraquiana, era boa demais para ser perdida, ainda mais depois da frustração em fazer o mesmo com Osama Bin Laden. [...] Não deslanchar o “choque e pavor” logo de cara também tem um importante papel na guerra psicológica. Os anglo-americanos estão brincando de gato e rato com Saddam Hussein.

(Folha de S. Paulo. Título: “Choque e pavor ainda são pressão e propaganda”. Caderno Mundo – Ataque do Império, 21 de março de 2003, p. A14)

- 2) Na primeira Guerra do Golfo, o campo de batalha era o deserto. Na segunda Guerra do Golfo, os soldados talvez tenham de se arriscar nas ruas de Bagdá, em combates corpo a corpo. Na linha de frente militar, os dois conflitos não podiam ser mais diferentes. “A analogia com a última vez é muito, muito pequena”, diz o coronel Christopher Langton, do

Instituto Internacional de Estudos Estratégicos. “Na última vez, forças aliadas estavam expulsando os iraquianos de um país árabe amigo. Agora, é diferente: estão invadindo.”
(*Jornal do Brasil. Título: Cenário muda na 2ª Guerra do Golfo. Caderno Mundo/Guerra, 20 de março de 2003, p. A14*)

Também foram classificadas como matérias de caráter analítico aquelas destinadas a debater temas que se apresentaram tangenciais para o conflito propriamente dito:

- 1) *João atende o telefone. É Francisco. Deseja convidar o amigo para um teatro. No meio do papo, porém, o assunto muda.*
- *Você viu? - Pergunta Francisco. - A guerra começou.*
- *Aqui??!!*
- *Não, no Iraque. Muito longe daqui. Bem pra lá de Paris.*
Como João, Francisco tem apenas quatro anos e mora num bairro nobre de São Paulo. Nunca visitou Paris, mas sabe que é longe porque a avó costuma ir à cidade. “Fiquei surpresa quando ouvi o diálogo”, diz a artista plástica Mariana Marcondes, 29 anos, mãe do menino [...] De um modo ou de outro, a ofensiva contra o Iraque está abalando também o cotidiano infantil.
(*Folha de S. Paulo. Título: Crianças – No fogo cruzado. Caderno Mundo – Ataque do Império, 30 de março de 2003, p. A23*)

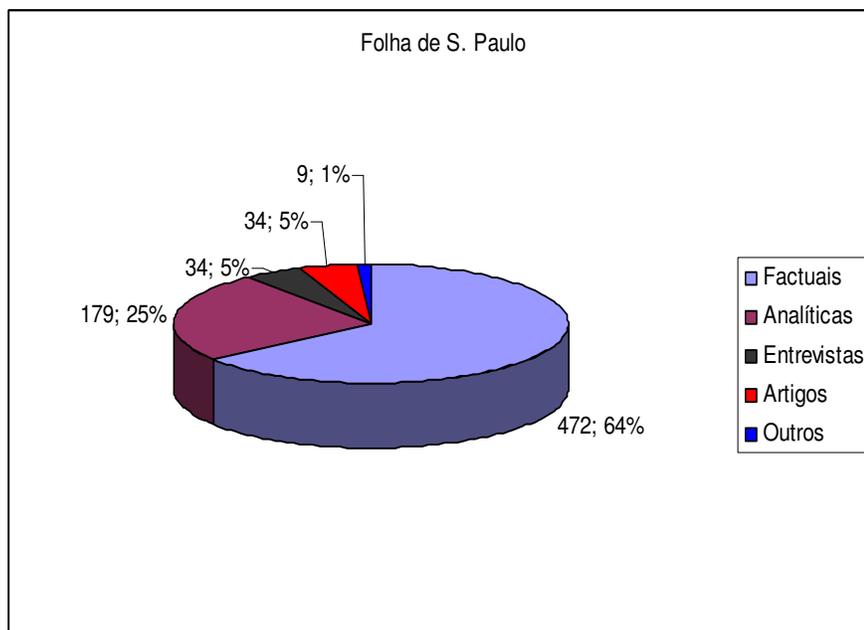
Já os *artigos* e as *entrevistas* seguiram um padrão simples de identificação e classificação, visto que eles vêm acompanhados de destaque e estrutura de paginação diferenciada das demais matérias dispostas no caderno. Foram contados com a classificação de *outros* as íntegras de discursos e demais textos não-jornalísticos relacionados com o Conflito do Iraque.

Semelhanças na cobertura de acordo com o gênero

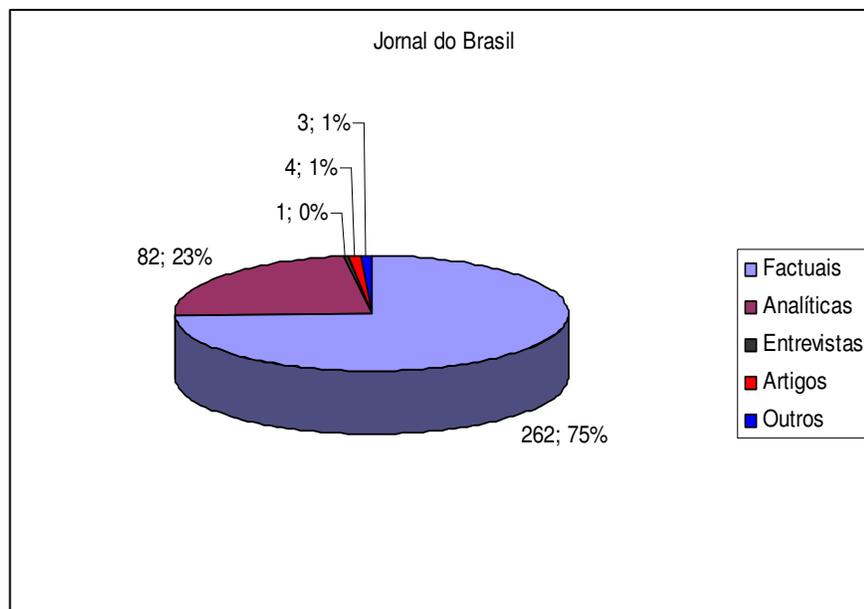
Os dois diários apresentaram, no período total da pesquisa, 1080 matérias que foram classificadas em factuais, analíticas, entrevistas, artigos e outros. Apesar do fato de que a *Folha de S. Paulo* publicou mais que o dobro de textos sobre o conflito do que o *Jornal do Brasil*, ambos seguiram o mesmo padrão de concentrar no noticiário factual, deixando os artigos e as entrevistas para um plano secundário.

Foram contadas 728 matérias na *FSP*, sendo que 64% desse total (472 textos) foi constituído de matérias factuais e 25% (179 textos) de matérias analíticas. No *JB*, a pesquisa contou 352 textos publicados, sendo 75% (262 matérias) de carácter factual e 23% (82 matérias) de carácter analítico. Os gráficos completos se mostraram da seguinte maneira:

(Gráfico 1: FSP – Porcentagem dos Gêneros)

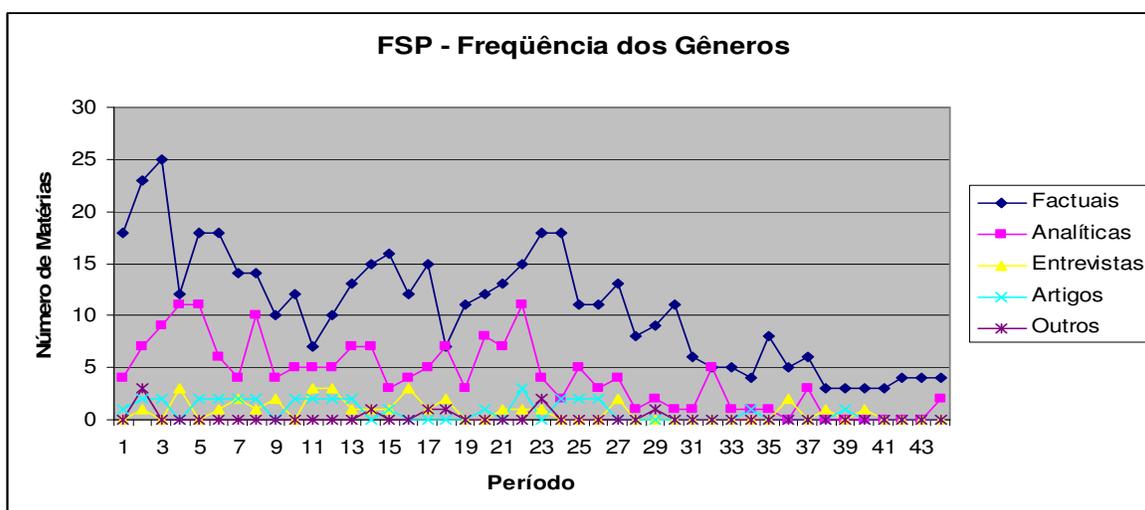


(Gráfico 2: JB – Porcentagem dos Gêneros)



Por meio dos quadros anteriores, é possível notar que a *FSP* superou o *JB* no quesito contextualização dos eventos que aconteceram durante o Conflito do Iraque. Esse índice, sintomático para o entendimento das interpretações que prevaleceram na cobertura, pôde ser calculado por meio da soma das matérias não-factuais. Com o objetivo de apontar os eventos que foram considerados pela mídia como significativos para análise, construímos um gráfico que mostra a freqüência de cada gênero de matéria.

(Gráfico 3: *FSP* – Freqüência dos Gêneros)



O período que consta no quadro é referente aos dias da pesquisa, ou seja, do primeiro dia da guerra – 20 de março – até 2 de maio de 2003, representando um total de 44 dias de cobertura. Por meio da decomposição da freqüência das matérias segundo o critério dos gêneros, é possível identificar os momentos distintos em que cada um deles foi priorizado. Logo no início do conflito, no dia 22 de março, houve um aumento no número de matérias factuais publicadas pela *Folha*. A capa do caderno internacional do diário trouxe o título “Choque e Pavor – Mil mísseis e mil bombas sobre o Iraque”. O principal tema da edição foi a intensificação dos bombardeios sobre a capital iraquiana.

O primeiro exemplar em que as análises sobre os combates foram privilegiadas apareceu apenas no quarto dia de conflito (23 de março), quando os textos factuais cederam

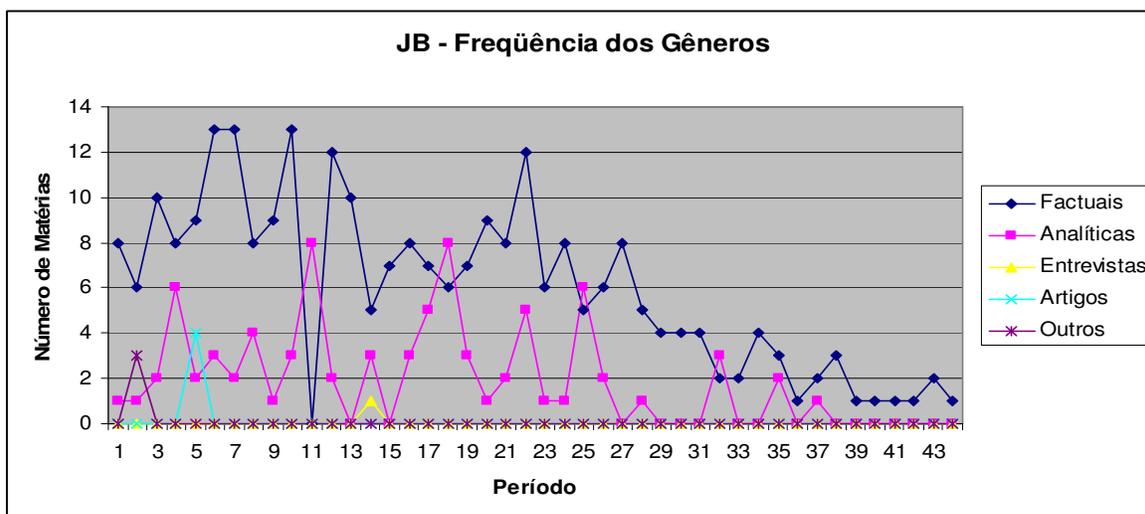
espaço nas páginas do jornal principalmente para as matérias analíticas. O assunto que provocou a maior divulgação de interpretações sobre o que acontecia no país do Golfo Pérsico foi o surgimento dos casos de vítimas civis no conflito. Eles foram taxados de “atos criminosos” pelo governo iraquiano e de “danos colaterais” pelos Estados Unidos. No dia 27 de março, a explosão em Bagdá de um míssil da Coalizão que matou 15 civis garantiria novamente às análises papel de destaque na cobertura da *Folha*.

Foi somente no décimo quinto dia de guerra (3 de abril) que a cobertura factual voltou a ampliar a sua vantagem em relação às analíticas. O motivo foi o anúncio do governo norte-americano de que as suas tropas estavam chegando a 30 km da cidade de Bagdá. No dia 6 de abril, a informação de que soldados da Coalizão fizeram uma excursão ao centro da capital iraquiana – dando a impressão de que o conflito estivesse próximo do fim – fez com que o número de textos analíticos equiparasse na *FSP*, pela primeira vez desde o início do conflito, o de matérias de caráter factual.

Após esse fato, no dia 10 de abril (22º do período), a derrubada de uma estátua de Saddam Hussein no centro de Bagdá – provocada por iraquianos com a ajuda de um tanque norte-americano – simbolizou a derrocada definitiva do regime ditatorial que durou 24 anos. Como efeito disso, houve um crescimento (ver gráfico 3) do número de textos analíticos e principalmente dos factuais no noticiário da *Folha*, que culminou (no 23º dia do conflito) com o relato da desordem que assolava as cidades iraquianas causada pelo vácuo de poder deixado por Saddam. As matérias sobre saques e confrontos nas ruas do Iraque só diminuíram depois da tomada (no dia 15 de abril) da cidade de Tikrit, berço do ditador e última grande cidade que não era controlada pela Coalizão.

É possível perceber que, salvo as diferenças de proporção numérica, as coberturas realizadas tanto pela *FSP* quanto pelo *Jornal do Brasil* seguiram uma estrutura semelhante na avaliação dos principais fatos que deveriam ser esmiuçados e na escolha dos momentos do conflito que mereciam um maior conteúdo analítico nas páginas do jornal. O quadro da cobertura do *JB* segundo o critério dos gêneros das matérias se encontra abaixo:

(Gráfico 4: JB – Frequência dos Gêneros)



Assim como na *FSP*, o dia 22 de março (3º do conflito) foi o primeiro em que a atenção do *JB* se voltou para os fatos e informações provenientes do Iraque. O motivo foi, principalmente, o aumento dos bombardeios na capital iraquiana que davam início a estratégia de “choque e pavor”. Um dia antes, o jornal publicou três íntegras de discursos de autoridades que comentaram o começo da ação dos países da Coalizão: do líder iraquiano Saddam Hussein, do presidente da França Jacques Chirac, e do secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan.

Na edição dominical do dia 23 de março, uma nova série de bombardeios em Bagdá provocou o primeiro aumento do número de matérias entendidas na pesquisa como analíticas. O título do texto que abriu o caderno Mundo/Guerra foi “Bagdá sofre novo ataque devastador”. Em 25 de março, o avanço das tropas da Coalizão para um ponto a 90 quilômetros da cidade de Bagdá fez com que o índice de matérias factuais ampliasse para o maior patamar alcançado pelo jornal durante o Conflito do Iraque (13 matérias).

Esse índice se repetiu no dia 26 de março, quando uma tempestade de areia paralisou o avanço dos soldados da Coalizão rumo à Bagdá, e no dia 29 de março, data em que o jornal divulgou a notícia de que um shopping do Kuwait – localizado perto do palácio do governo – havia sido atingido por um míssil lançado supostamente pelas forças

iraquianas. O número de matérias factuais diminuiu para zero na edição de domingo de 30 de março, em que o principal assunto foi a angústia dos iraquianos perante os ataques incessantes dos mísseis de longa distância lançados pelos Estados Unidos.

O índice de matérias analíticas também superou as de caráter factual nos dias 6 de abril (décimo oitavo dia de combate), quando as tropas da Coalizão chegaram a cidade de Badgá; no dia 13 de abril (vigésimo quinto dia de combate), em que um assessor de Saddam Hussein se entregou às forças dos EUA e da Grã-Bretanha; e no dia 20 de abril, quando o ex-ministro de Finanças de Hussein foi preso. A partir disso, é possível perceber que o *JB* deu maior espaço para as análises nas mesmas datas em que o número de matérias factuais caiu na *FSP* (ver gráfico 3).

Mas o exame do quadro extraído da frequência dos gêneros priorizados pela cobertura do *Jornal do Brasil* revelou o interessante detalhe de que o índice da categoria de textos mais publicados se inverteu nas edições dominicais. A exceção do primeiro domingo de cobertura do conflito (dia 23 de março), em que o número de análises não chegou a ultrapassar as matérias de caráter factual, os textos analíticos foram priorizados na cobertura em todas as edições dominicais que se seguiram. O jornal só abandonou o padrão quando os combates já estavam próximos do fim, no dia 27 de abril (ver gráfico 4).

De acordo com o ex-editor do caderno internacional e atual editor-executivo do *JB*, Marcelo Ambrósio⁷⁶, esse resultado está relacionado à qualidade do material oferecido pelas agências de notícias nos fins de semana. Ele explicou que a *Reuters*, por exemplo, faz um estilo de jornalismo que interessa à editoria porque ela envia conteúdos em separado: o factual, as análises, as projeções, etc. Ambrósio ainda destacou que o interesse da *Reuters* por bons e ricos personagens a separou das demais agências de notícias e garantiu amplo espaço para ela no *Jornal do Brasil*.

O editor-executivo do *JB* reforçou, com suas próprias palavras, o argumento do presente estudo de que a influência dos meios de comunicação internacionais na cobertura

⁷⁶ AMBRÓSIO, Marcelo. Entrevista concedida (por e-mail) em julho de 2006. Ver Anexo.

do Conflito no Iraque, em 2003, foi determinante. Além da proximidade estrutural das coberturas, o espelhamento dos grandes veículos internacionais também propiciou semelhanças no conteúdo das edições diárias da *FSP* e do *JB*. No dia primeiro de abril de 2003, o *Jornal do Brasil* publicou a matéria “Vamos lá para morrer”, em que tratava das pessoas (na maior parte de origem árabe) que se voluntariaram para realizar operações suicidas no Iraque ao ver as imagens das vítimas civis dos bombardeios. Dizia o texto:

Dezenas de voluntários deixaram ontem Beirute, capital do Líbano, para pegar em armas no Iraque, prometendo lutar até a morte para expulsar as forças americanas e britânicas da “terra árabe” [...] “Vamos combater os americanos, os britânicos e os sionistas que querem tomar nossa terra (terra árabe e muçulmana) – inflamou-se o comerciante Nourredine Al Sayyed, 24 anos. “Isso não será tolerado, exceto sobre nossos cadáveres. Vamos lá para morrer. Sabemos que não voltaremos – prosseguiu Sayyed, que tem três filhos.

(Jornal do Brasil. Título: Vamos lá para morrer. Caderno Mundo/Guerra, 1º de abril de 2003, p. A7)

No mesmo dia, a *Folha de S. Paulo* publicou a matéria intitulada “Mártires convergem ao Iraque”, no qual informava:

Preparada para ataques químicos e biológicos, a coalizão anglo-americana se depara com uma arma cuja potência minimizou: os “mártires” árabes dispostos a morrer lutando no Iraque que, segundo o governo iraquiano, já seriam 4.000 [...] “Vamos lutar contra os americanos, britânicos e os sionistas que querem roubar nossas terras”, disse Nourredine Al Sayyed, 24. “Eles só conseguirão sobre os nossos cadáveres”.

(Folha de S. Paulo. Título: “Mártires” convergem ao Iraque. Caderno Mundo – Ataque do Império, 1º de abril de 2003, p. A16.)

Embora seja comum na cobertura de conflitos internacionais a coincidência de temas e fatos publicados nos jornais, o que chama a atenção nos exemplos citados é a utilização da mesma fala de um personagem colhida de um veículo internacional. Adotando uma prática que denota a deficiência da cobertura, a *FSP* fez um *mea culpa* e colocou no fim da matéria a indicação “com agências”, que serve para ressaltar que o texto foi escrito

com o auxílio de outros veículos. Essa indicação – bastante presente nas matérias publicadas pela *Folha* durante o conflito – não foi seguida pelo *Jornal do Brasil*.

Segundo Marcelo Ambrósio, a decisão de não fazer menção às agências de notícias que embasaram as matérias do noticiário internacional seguiu um padrão técnico. Ele afirma que a oferta de informações nas agências internacionais é limitada, sendo complementada no jornal por uma avaliação oferecida pelo repórter e por uma pesquisa histórica de cada assunto. Sendo assim, a editoria considera que os leitores já estão cientes das principais informações das matérias uma vez que tiveram um dia inteiro para recebê-las seja pela TV a Cabo ou pela Internet.

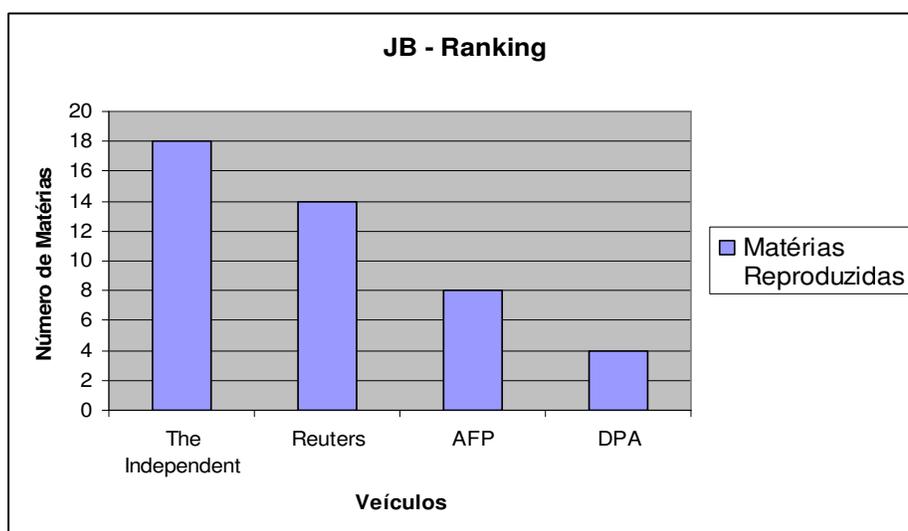
Essa posição não é compartilhada pela editoria internacional da *FSP*. Segundo a atual editora do caderno Mundo, Cláudia Antunes⁷⁷, a referência “com agências” aparece quando o jornal considera conveniente acrescentar à reportagem enviada pelo correspondente ou enviado especial detalhes que ele não teve condições de apurar. A indicação também aparece quando o redator compila material de agências internacionais e complementa com informações de contexto ou de apuração. Apesar de afirmar que a editoria evita essa prática, preferindo que o correspondente busque o ângulo exclusivo do assunto, Antunes admite a dificuldade de não utilizar os relatos das agências de notícias já que elas costumam ter muito mais repórteres no mesmo lugar.

As falhas na cobertura do conflito também resultaram em evidentes contradições entre os dois veículos. No dia 31 de março de 2003, a *Folha* publicou a matéria “EUA retomam ataques rumo a Bagdá”, em que noticiava – com base em informações do *Washington Post* – que soldados da Coalizão anglo-americana haviam retomado o movimento em direção à capital iraquiana depois de uma pausa proporcionada por problemas de abastecimento e pela resistência iraquiana. Nessa mesma data, o *JB* anunciou texto – em que cita a agência *Reuters* – com o seguinte título: “Soldados [da Coalizão] podem parar até 40 dias”.

⁷⁷ ANTUNES, Cláudia. Entrevista concedida (por e-mail) em agosto de 2006. Ver Anexo.

Incoerências à parte, os jornais se assemelharam ainda no índice de reprodução das análises originárias de grandes meios de comunicação internacionais. No caso do *Jornal do Brasil*, a responsabilidade de analisar e interpretar os fatos da guerra foi, quase na metade das vezes (45%), atribuída a um veículo informativo estrangeiro. Os meios de comunicação mais utilizados para esse fim foram o jornal britânico *The Independent* e a agência de notícias *Reuters*, também sediada na Grã-Bretanha. O ranking dos veículos mais reproduzidos pelo *JB* se encontra no quadro abaixo.

(Gráfico 5: JB – Ranking dos veículos mais reproduzidos)



O gráfico mostra que, no período delimitado para o estudo, a agência *France Presse* ficou em terceiro lugar com oito matérias reproduzidas seguida pela estatal alemã DPA com quatro matérias reproduzidas. Esses números revelam que o *Jornal do Brasil* utilizou para fundamentar a sua cobertura preponderantemente os meios de comunicação provenientes do único país que efetivamente se aliou aos Estados Unidos na investida contra Saddam Hussein: o Reino Unido. Além disso, do total de 82 matérias analíticas publicadas durante o conflito, 37 foram de autoria de veículos estrangeiros.

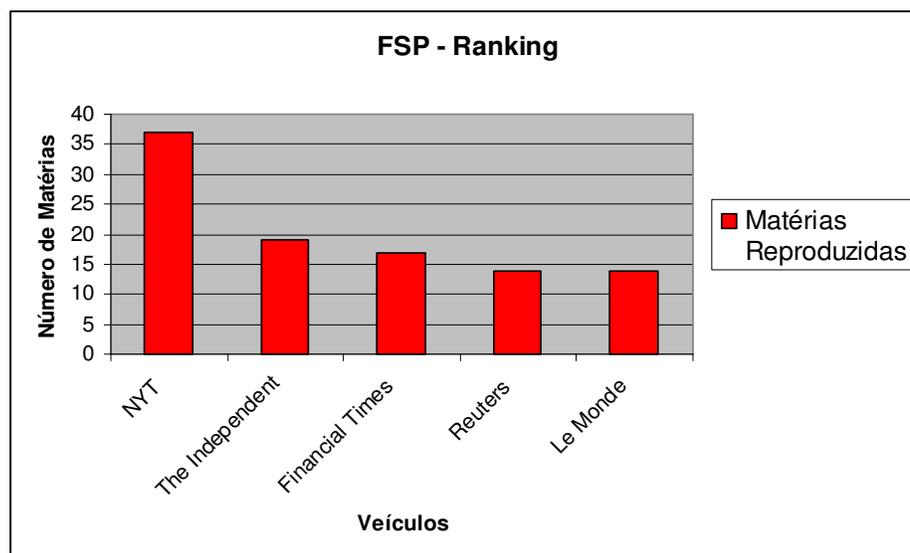
O editor-executivo do *Jornal de Brasil* explicou que o diário enfrentou dificuldades com o noticiário do conflito porque não conseguiu enviar correspondentes à região. Apesar da utilização de várias agências de notícias de origens diferentes, o jornal tinha contratos de

uso integral do conteúdo somente com a *Reuters*, *France Presse* e com a estatal espanhola *EFE*. Os demais veículos com os quais o jornal não tinha contrato foram analisados diariamente e reescritos segundo os critérios do repórter e do editor.

De acordo com Ambrósio, o uso intenso do diário britânico *The Independent* na cobertura do conflito se deu por causa da qualidade oferecida especialmente pelo comentarista de Oriente Médio, Robert Fisk, considerado internacionalmente como uma autoridade no assunto. Já o material da *Reuters* teve ampla aceitação no *JB* porque ela tem a prática de enviar pacotes com matérias prontas (chamadas de *wrap-ups*) nos quais todas as informações consideradas relevantes aparecem apuradas e organizadas em ordem de importância, facilitando o trabalho dos editores.

No gráfico, também é possível perceber um detalhe: apesar das demais agências usadas (*AFP e DPA*) serem sediadas em países contrários ao conflito (França e Alemanha respectivamente), a soma dos textos reproduzidos desses veículos não equipara sequer a segunda colocada no ranking dos mais copiados (*Reuters*). Essa tendência do *JB* de se embasar na grande mídia anglo-americana também se mostrou evidente na *Folha de S. Paulo*, onde os veículos mais utilizados na reprodução de matérias foram os jornais *The New York Times* (EUA) e o *The Independent*.

(Gráfico 6: FSP – Ranking dos veículos mais reproduzidos)



Empatado com a agência *Reuters* (que teve 14 textos reproduzidos) e atrás dos jornais *NYT* (37), *The Independent* (19) e *Financial Times* (17), o único meio de comunicação largamente utilizado pela *Folha* e que possui sede em um país contrário ao conflito foi o diário francês *Le Monde*. Das 179 matérias classificadas como analíticas, cerca de 34% (62 textos) foram reproduzidos de um veículo informativo internacional. Além das matérias integralmente copiadas, a pesquisa ainda contou que a *FSP* publicou 289 textos (39,6% do total) com o auxílio de dados de agências de notícias – identificado por meio da referência “com agências”.

Os dados mostrados até aqui indicam uma atuação deficiente dos dois meios de comunicação pesquisados, de acordo com os pressupostos da Esfera Pública. Caracterizados por esse conceito como parte do espaço intermediário que une a sociedade civil com o Estado, os meios de comunicação em estudo (a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*) não foram bem sucedidos no objetivo de oferecer aos cidadãos um leque variado de perspectivas provenientes de diferentes atores que fundamentasse a formulação de interpretações distintas no público-leitor do que ocorria no Iraque.

Assim como afirma Nuria Cunill Grau⁷⁸, a Esfera Pública se diferencia da esfera privada baseada nas visões que adotam em relação à coisa pública, seja equiparando-a ao governo ou à economia de mercado. O espaço público, ao garantir visibilidade aos temas tidos como relevantes, possui caráter vital para a politização dos indivíduos e democratização das instituições políticas e jurídicas. Entretanto, a autora acrescenta que esse objetivo só pode ser realizado se forem corrigidos os desacertos proporcionados pelas instituições midiáticas que se consolidaram no último século.

A falta de pluralismo dos meios de comunicação no tratamento de assuntos públicos, latente também na cobertura do Conflito do Iraque, demonstra que os veículos informativos brasileiros estão distantes do seu verdadeiro papel de constituir um espaço

⁷⁸ GRAU, Nuria Cunill. *Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

genuinamente voltado para o exercício da cidadania. Conclui-se também que os meios de comunicação – deslocados por diversos motivos – tendem a se tornar funcionais tanto quanto à manipulação do público como quanto à legitimação do poder diante dele.

Veículos estrangeiros mais citados durante a cobertura

O estudo detectou que, tanto na *Folha de S. Paulo* quanto no *Jornal do Brasil*, o veículo estrangeiro mais citado no interior das matérias foi a agência *Reuters*, com 48 e 22 menções respectivamente. Interessante notar que o ranking dos meios de comunicação mais utilizados nos textos dos dois diários durante o Conflito do Iraque conta, a exceção da emissora árabe, com os mesmos quatro grandes veículos informativos anglo-americanos que se alternaram na cobertura internacional de ambos os jornais.

Folha de S. Paulo (Gráfico 7 – Veículos mais citados):

Veículo:	Número de Citações:
1) <i>Reuters</i>	48
2) Al Jazeera	31
3) CNN	28
4) <i>Washington Post</i>	26
5) <i>The New York Times</i>	24

Jornal do Brasil (Gráfico 8 – Veículos mais citados):

Veículo:	Número de Citações:
1) <i>Reuters</i>	22
2) CNN	15
3) Al Jazeera	12
4) <i>Washington Post</i>	11
5) <i>The New York Times</i>	9

Novamente, a estrutura se mostrou basicamente a mesma. Os únicos meios de comunicação que tiveram prioridade contrária nos jornais em estudo foram a norte-americana CNN (*Cable News Network*) e a rede de TV do Catar, Al Jazeera. Consideradas como as porta-vozes dos principais envolvidos no Conflito do Iraque (os Estados Unidos e o povo árabe), as duas emissoras defendiam pontos de vista opostos, o que representava por parte de ambos os jornais em uma tentativa de garantir um nível de pluralidade à cobertura.

Ambrósio ressalta que, como a imprensa norte-americana e parte da britânica se uniram na ofensiva (por meio, inclusive, dos chamados repórteres “embutidos” que – como veremos mais adiante – acompanhavam os combates junto das tropas da Coalizão), o *Jornal do Brasil* dependia de outras fontes que balanceassem a cobertura. Segundo o editor-executivo, ao apropriar-se do modelo dos Estados Unidos de telejornalismo especializado em grandes coberturas, a rede de TV do Catar conseguiu transformar-se em representante midiática de uma importante quantidade de pessoas.

“Durante a Invasão do Iraque em 2003 e em várias circunstâncias posteriores, o noticiário mais atualizado era mesmo o da rede [Al Jazeera]”⁷⁹, acrescentou Ambrósio. Já o único correspondente brasileiro em Bagdá, Sérgio Dávila, disse que a Al Jazeera foi para conflito de 2003 o que a CNN foi para a Guerra do Golfo de 91. “Eu, que estava lá, pensava: se eu fosse um espectador e quisesse realmente saber o que estava acontecendo na guerra do Iraque, eu veria a Al Jazeera, mesmo não entendendo árabe, do que a CNN, porque eu percebia que as imagens eram mais verdadeiras”⁸⁰, ressaltou o repórter.

Além dela, outras emissoras de televisão árabes como a Al Arabiya e Abu Dhabi também se destacaram na cobertura dos eventos. Enquanto redes como a CNN e a Fox News exibiam a guerra do ponto de vista da Coalizão, com alta tecnologia e assepsia, as emissoras árabes ofereceram a perspectiva dos bombardeados, com cidades destruídas, alvos atingidos por engano e familiares revoltados. O editor-responsável pelo caderno

⁷⁹ AMBRÓSIO, Marcelo. Ver Anexo.

⁸⁰ Entrevista concedida em maio de 2003 para a monografia de graduação *Reportagem em Primeira Pessoa na Imprensa Escrita Brasileira*. Por Gustavo M. Igreja, Igor Marx Silva e Pedro M. Burgos. Ver Anexo.

internacional da *FSP* durante o conflito, Sérgio Malbergier⁸¹, afirma que essas redes representaram vozes muito importantes no conflito justamente por serem árabes. Segundo ele, essas emissoras possuem fontes, penetração e entendimento do mundo árabe que os veículos do ocidente não têm.

Diferente da Guerra do Golfo, em 1991, quando o repórter da CNN Peter Arnett era a única fonte de informação televisiva, a existência desses três grandes canais árabes de notícias via satélite marcou a cobertura do Conflito do Iraque. Todavia, a Al Jazeera foi a que mais se destacou, com uma audiência maior do que a soma das outras duas redes de TV (40 milhões de espectadores) e outros quatro milhões de assinantes conquistados após o início da guerra. Criada em 1996 pelo emir do Catar, ela foi responsável por grande parte das informações que circulavam o mundo sobre a visão árabe dos bombardeios.

Já a rede saudita Al Arabiya foi inaugurada cerca de um mês antes de iniciado o conflito e representava a principal concorrente da Al Jazeera. Ela tinha 22 correspondentes espalhados nas cidades de Bagdá, Basra e Mossul. A Abu Dhabi, de propriedade do governo dos Emirados Árabes Unidos, era a menor das três na cobertura das informações. Por esse motivo, esta emissora foi responsável pela divulgação das imagens mais fortes que surgiram durante a guerra.

A partir do quadro teórico lançado na primeira parte do estudo, levantamos o questionamento de que o surgimento dessas importantes redes do mundo árabe não alteraria o conteúdo privilegiado pelos meios de comunicação brasileiros específicos na cobertura do Conflito no Iraque. Ressaltamos também a idéia de que a estrutura informativa existente fundamentalmente no sentido norte-sul, já detectada nos anos 70 pelo Relatório McBride, determina que as interpretações provenientes dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha recebam mais visibilidade que todos os demais enquadramentos da arena simbólica. Estes pontos serão discutidos mais adiante na análise dos enquadramentos.

⁸¹ MALBERGIER, Sérgio. Entrevista concedida (por e-mail) em agosto de 2006. Ver Anexo.

A visão da mídia da cobertura da guerra

Desde a amostra, o estudo detectou um fenômeno metalingüístico que diferenciou a cobertura desse conflito da Guerra do Golfo. Como visto no capítulo da Revisão Histórica, a exclusividade garantida no conflito anterior à equipe do canal de notícias por cabo norte-americano CNN limitou em grande parte o fluxo de informações que partia das frentes de combate. Além disso, a falta de uma emissora árabe que fizesse efetivamente um contraponto aos relatos oferecidos pela CNN contribuiu para que a cobertura internacional dos fatos que ocorriam no Kuwait fosse imprecisa e parcial.

Esse saldo histórico da guerra de 91 refletiu no recente Conflito do Iraque por meio da veiculação de matérias que comentavam e interpretavam a atuação dos próprios meios de comunicação no decorrer dos combates. A perspectiva que os meios construíram sobre o trabalho que realizavam foi incluído no estudo sob a classificação de *Enquadramento Noticioso da Mídia*. Vale lembrar que o enquadramento noticioso diz respeito ao formato adotado pelo jornalista para organizar os seus relatos.

Na pesquisa, todos os textos que comentavam, discutiam ou apenas informavam sobre o que acontecia nos bastidores dos jornais, emissoras de televisão e outros veículos foram contados como *Enquadramento da Mídia*. Marcado pela preocupação com o papel desempenhado pelos meios de comunicação durante o conflito, ele não competiu com os demais enquadramentos detectados na cobertura que ofereceram padrões de análise e promoveram uma avaliação particular dos acontecimentos por detrás do Conflito no Iraque (como será tratado mais adiante).

Basicamente, os veículos estudados se mostraram críticos com relação ao conteúdo que era veiculado durante a guerra. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, publicou uma série de matérias com gráficos comparativos em que frisou a chamada “guerra de informação”, além da prática dos governos envolvidos de usar dados desencontrados para influenciar o andamento dos confrontos. A idéia central dessas matérias pode ser resumida pela famosa frase “a primeira vítima, quando começa uma guerra, é a verdade”, do senador republicano

dos EUA e ex-governador da Califórnia, Hiram Johnson (1866-1945) e que inspirou o título do livro do pesquisador australiano Phillip Knightley⁸². A presença desse entendimento da informação como instrumento estratégico, detectada por meio da citação da frase de Johnson e de variações dela como “a informação exata ainda é a grande vítima na guerra”⁸³, revelou-se freqüente nos textos com o Enquadramento da Mídia.

A tendência crítica dos veículos mostrou-se clara logo no começo dos confrontos. No dia 22 de março, a *FSP* publicou a matéria “Desinformação marca o início do conflito”, em que destaca uma “mistura de imprecisão e de provável malícia” em dados anunciados pelos governos norte-americano e britânico acerca dos acontecimentos em território iraquiano. Um dos principais boatos espalhados pelas autoridades da Coalizão nesse período foi o de que Saddam Hussein havia sido “gravemente ferido” ou “possivelmente morto” na primeira série de bombas lançadas sobre o país.

A informação foi publicada no dia seguinte ao ataque (21/03/03) pelo diário norte-americano *Washington Post* e depois se espalhou mundo afora. A dúvida persistiu até que o ditador mencionou, em um dos seus pronunciamentos gravados, a queda de um helicóptero que havia caído alguns dias antes. Outro tema central na guerra de informação foi o número de vítimas. No dia 26 de março, as forças anglo-americanas anunciaram que 500 iraquianos haviam sido mortos no sul do Iraque. Ao mesmo passo, o governo de Hussein divulgou que esse número era de apenas 16 iraquianos mortos e 95 feridos.

Já a contagem independente das vítimas civis forneceu, até esse período, a mesma quantia calculada pelas forças do Iraque. Segundo a organização não-governamental criada por Marc Herold, professor da universidade norte-americana de New Hampshire, com página na Internet (www.iraqbodycount.org), a guerra havia matado entre 199 e 278 civis. O governo de Bagdá, por sua vez, afirmou que mais de 200 civis haviam sido mortos até aquele momento do conflito. Vale o detalhe: a ONG de Marc Herald calcula atualmente que o número de vítimas civis da guerra se encontra entre 39 e 44 mil pessoas.

⁸² KNIGHTLEY, Phillip. Op. Cit.

⁸³ *Folha de S. Paulo. Protagonistas manipulam informações do conflito. Caderno Mundo – Ataque do Império, 25 de março de 2003, p. A16*

Os jornais também apontaram que a mídia dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha adotou a prática da autocensura na sua cobertura diária. O caso que tornou essa postura dos veículos mais visível foi a não-exibição das imagens fornecidas pela rede de TV iraquiana, no dia 23 de março, de soldados norte-americanos que foram presos e estavam sendo mantidos como reféns de guerra. Segundo matéria da *FSP*⁸⁴, dos cinco jornais de maior circulação nos EUA, só o *Los Angeles Times* reproduziu as cenas mostradas pelo canal estatal de Hussein.

Os jornais *USA Today*, *The Wall Street Journal*, *The New York Times*, e *The Washington Post* não trouxeram as imagens. A justificativa dos diários foi de que, como as imagens foram produzidas em condições duvidosas pelo inimigo do país, o público não tinha que vê-las. Mas, de acordo com a matéria da *Folha*, o principal motivo foi um pedido do Departamento de Defesa que solicitou à mídia americana que não reproduzisse as imagens. As autoridades alegaram que as famílias dos soldados envolvidos ainda não tinham sido informadas.

Como efeito desse desinteresse da mídia norte-americana pelas informações provenientes de outros veículos, boa parte do volume de dados que circulou sobre as frentes de combate, não apenas nos Estados Unidos como no restante do mundo, foi produzida por jornalistas embutidos nas tropas anglo-americanas. Eles fizeram parte do projeto “embedded” do Pentágono que consistiu em encaixar repórteres entre os soldados da Coalizão com o objetivo de mostrar os avanços e as conquistas da investida em tempo real. Cerca de 60% dos profissionais enviados como correspondentes ao Iraque (600 jornalistas numericamente) foram como encaixados.

Durante os confrontos, essa prática foi constantemente questionada nos veículos estudados pelos repórteres e por especialistas em cobertura de guerra. O argumento foi de que a censura imposta pelos militares e o envolvimento dos jornalistas com os soldados

⁸⁴ *Folha de S. Paulo*. Título: *Mídia americana adota autocensura*. *Caderno Mundo – Ataque do Império*, 25 de março de 2003, p. A17

responsáveis por suas vidas impediam esses profissionais de reportar os fatos com um mínimo de isenção. Um exemplo desse cerceamento consta em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, no dia 24 de abril, em que o correspondente da CNN Walter Rodgers salienta que foi obrigado a assinar um contrato com o Pentágono que proibia – como condição para ser embutido – a divulgação de informações sobre operações militares antes do seu início e a exibição de imagens que contivessem soldados norte-americanos mortos.

As reportagens dos profissionais *embedded* consistiram basicamente em relatos, muitas vezes em primeira pessoa, do cotidiano dos soldados e dos combates que ocorriam ao longo dos avanços. Segundo o correspondente embutido da *Reuters*, Matthew Green, em matéria reproduzida pela *FSP*, alguns dos repórteres que acompanhavam as tropas nunca haviam participado de um conflito em larga escala – grupo no qual ele mesmo se encontrava. No seu relato sobre os primeiros dias de batalha, Green conta:

A unidade em que fui encaixado é parte de um pelotão de caminhões que transportam comida, combustível e munição para os soldados na linha de frente. Algumas vezes dá para ter umas poucas horas de sono – às vezes na areia mesmo. As botas continuam nos pés, mesmo quando conseguimos dormir, e a vestimenta contra armas químicas também. Ninguém se lavou desde que a guerra começou e, para “ir ao banheiro”, o jeito é cavar um buraco no chão ou colocar “de cabeça para cima” as caixas de munição e usá-las como penico⁸⁵.

Nota-se que esse tipo de relato só noticia parte do que acontece e que uma versão mais ampla da guerra só era possível juntando as peças do complexo “quebra-cabeças”. A escolha para os correspondentes enviados dessa forma ao território iraquiano consistiu, portanto, em reportar um fragmento da realidade ou não fazer absolutamente nada. Nesse sentido, o programa de embutir jornalistas nas tropas se encarregou, na maior parte das vezes, de reforçar as informações e interpretações dos governos que integraram a Coalizão.

As Forças Armadas iraquianas parecem ter decidido combater sem recuo em Najaf, ainda que os soldados presentes na cidade sejam em sua maioria membros da milícia do Partido Baath, de Saddam, e de dois outros grupos, o Fedayeen e o Al Quds [...] O general

⁸⁵ *Folha de S. Paulo*. Título: *Viver em trincheira é a parte fácil*. Caderno Mundo – Ataque do Império, 27 de março de 2003, p. A21

*Buford Blount disse que estava surpreso com a intensidade da resistência iraquiana [...] e acrescentou que Bagdá continuava a manter algum controle sobre as suas tropas. “Eles estão combatendo com razoável tenacidade”, disse Blount. “Estão organizados, e alguns deles contam com equipamento razoável”.*⁸⁶

Nesse trecho da reportagem produzida pelo jornalista do *The New York Times*, Steven Lee Myers, embutido na 3ª Divisão de Infantaria dos EUA, detectamos a presença de dicas interpretativas que fortalece a imagem da investida que interessa os países da Coalizão. As observações de que as forças de Bagdá combatiam com “razoável” tenacidade e de que o governo iraquiano ainda parecia manter “algum controle sobre suas tropas” tonificam a interpretação de que os avanços se davam sem obstáculos sobre a fragilizada defesa iraquiana. Naquele momento, porém, as forças da Coalizão estavam diminuindo o ritmo os avanços devido a intensa resistência dos combatentes de Saddam.

Mas, se o público dos Estados Unidos não conseguia obter as informações dos grandes meios de comunicação do país, havia a opção de se informar por meio dos novos veículos informativos da Internet. O desenvolvimento das ferramentas virtuais, como os *sites* noticiosos e, principalmente, dos chamados blogs (os diários virtuais), foi ressaltado pelos jornais estudados como instrumento que possibilitou a obtenção de interpretações variadas sobre os fatos e eventos que cercavam o conflito no Oriente Médio. Embora essa nova modalidade de jornalismo não tenha sido prevista no presente projeto, ela certamente merece mais atenção por parte de pesquisas acadêmicas.

A análise das matérias do *Enquadramento da Mídia* mostrou que, seguindo o padrão mostrado no capítulo da Revisão Histórica, cada lado do conflito divulgou dados falsos em assuntos considerados relevantes para as forças que se enfrentavam. Enquanto o governo dos Estados Unidos, preocupado em manter o nível de aprovação da população norte-americana e evitar outro Vietnã, negava qualquer baixa em suas tropas assim como eventuais danos provocados nas forças militares, o governo iraquiano não admitia publicamente os avanços dos soldados da Coalizão. Para este último, o motivo apontado era

⁸⁶ *Folha de S. Paulo. Título: EUA cercam Najaf e matam mil. Caderno Mundo – Ataque do Império, 27 de março de 2003, p. A16*

manter o controle do país durante o máximo de tempo possível, alimentando as esperanças das forças de resistência de que a vitória era possível.

De maneira a corroborar um modelo de jornalismo dependente, essa “guerra de informação” também repercutiu nos meios de comunicação brasileiros. Do total de 352 matérias veiculadas pelo *Jornal do Brasil* durante todo o conflito e de 728 textos publicados pela *Folha de S. Paulo*, o *Enquadramento Noticioso da Mídia* preencheu respectivamente as porcentagens de 2,7% e 3,5% da cobertura jornalística. O exame dessas matérias veiculadas pela *FSP* e pelo *JB* sobre a atuação dos meios de comunicação na cobertura do Conflito no Iraque revelou uma característica eminentemente contraditória por parte dos veículos estudados.

Foi verificado que, ao mesmo tempo em que condenavam a cobertura realizada pelas imprensas norte-americana e britânica, os jornais as utilizaram maciçamente para embasar sua própria cobertura (já visto anteriormente). Esse traço contraditório foi responsável por algumas aberrações que apareceram na cobertura dos jornais. Um exemplo disso pôde ser encontrado na *Folha* que – apesar de ter publicado posteriormente vários textos questionando a existência de armas de destruição em massa no Iraque – divulgou logo no início do conflito (dia 24 de março) matéria fornecida pela rede americana *Fox News* sob o título: “EUA acharam armas químicas”.

O papel do Diário de Bagdá

Pensando em garantir visibilidade à perspectiva dos iraquianos no Conflito de 2003, a *Folha de S. Paulo* decidiu enviar dois profissionais para a capital Bagdá: o repórter Sérgio Dávila e o repórter fotográfico Juca Varela. Na época, Dávila havia se tornado uma figura conhecida por sua cobertura dos ataques terroristas ao *World Trade Center*, no dia 11 de setembro de 2001. Além do espaço para a suas matérias de cunho informativo (que abriram algumas vezes o caderno “Ataque do Império”), o jornal separou uma página que foi dedicada exclusivamente para os comentários do repórter sobre o conflito.

Publicadas pela *Folha* sob o título de “Diário de Bagdá”, Dávila relatava em pequenas notas aspectos peculiares do povo que habitava a capital iraquiana, como os seus carros Passat importados do Brasil e os seus bigodes típicos. Apesar de apresentar o horror de quem testemunhava os bombardeios e os feridos, a sessão se dedicou em mostrar facetas curiosas da capital iraquiana e da rotina de um correspondente, sem oferecer muitas vezes uma interpretação política dos fatos que assolavam a cidade.

*O pior da guerra, você descobre logo, é conseguir dormir. Os bombardeios não respeitam horário e, na fase em que os aviões são utilizados como agora, há inclusive uma preferência pela madrugada, quando a visão desde o solo fica prejudicada. Assim, ir para a cama vira quase, trocadilhos à parte, operação de guerra [...] De calça, camisa, malha e sapatos, você se deita na cama. Não é possível entrar debaixo dos lençóis, claro. Nem tirar o relógio. Nem a credencial de imprensa, que vai identificá-lo na corrida ao abrigo. Nem o chamado "dog tag", que traz seu nome, tipo sanguíneo e telefone no Brasil. Nem as duas bolsas camufladas por dentro da roupa, uma com metade do dinheiro e as passagens, a outra com a outra metade, os cartões e passaporte.*⁸⁷

De acordo com Sérgio Dávila, a escolha das informações que entraram nas matérias era feita em uma mini-reunião no final do dia com o repórter fotográfico Juca Varela. Como todas as informações pareciam novidades, os correspondentes avaliaram diariamente os dados inéditos considerados mais significativos. O “Diário de Bagdá”, marcado notadamente por um estilo literário, também detalhou os costumes dos iraquianos e a forte presença de Saddam Hussein em todos os locais de Bagdá.

*O presidente iraquiano é onipresente. Todas as paredes internas de todos os espaços públicos trazem um retrato dele. Nas TVs e rádios, ele domina 90% da programação. Nas ruas, ele confirma em concreto e metal o "Grande Irmão" imaginado por Orwell a cada praça, cada esquina, cada outdoor (só há outdoors para Saddam Hussein; nenhum outro produto é anunciado).*⁸⁸

⁸⁷ *Folha de S. Paulo. Diário de Bagdá: Longa jornada noite adentro. Caderno Mundo – Ataque do Império, 24 de março de 2003, p. A15*

⁸⁸ *Folha de S. Paulo. Diário de Bagdá: "Apocalypse Now". No site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2003/guerranoiraque/0088.shtml>*

Os dois correspondentes chegaram à capital iraquiana em 18 de março de 2003 e permaneceram lá por 13 dias. No dia 31 daquele mês, quando as forças da Coalizão cercaram Bagdá, eles deixaram a cidade pela perigosa rodovia que levava a Amã, capital da Jordânia. A *Folha* informou que retirava os seus jornalistas do local por motivos de segurança e por dificuldades de enviar dinheiro. Segundo o jornal, devido ao embargo econômico imposto pelas Nações Unidas desde 1992 que isolava o sistema financeiro do Iraque do resto do mundo, era impossível remeter recursos ao país.

Mas o próprio Dávila confirmou, em uma palestra sobre cobertura de guerra em São Paulo, que o principal problema para ficar em Bagdá teria sido mesmo a falta de dinheiro⁸⁹. Em função disso, a sessão “Diário de Bagdá” deixou de existir nos 10 dias que se seguiram a saída dos correspondentes da capital iraquiana, dando lugar a matérias reproduzidas de outros veículos que mantiveram jornalistas na capital e nos arredores. O diário só retornou no dia 13 de abril, momento em que já haviam terminado os confrontos mais intensos e que a cidade de Bagdá sofria com a violência dos saques proporcionada pelo vácuo de poder deixado por Saddam Hussein. Sobre isso, Dávila contou:

Dez dias depois, a volta a Bagdá. É outra cidade. Comparada com a Bagdá atual, dos saques, da falta de luz, da violência civil, da pilhagem de hospitais, da falta de comando, a Bagdá das duas primeiras semanas de guerra era Nova York ou Genebra, na Suíça. É uma cidade-zumbi, em que as pessoas caminham pela rua podendo fazer o que querem pela primeira vez em três décadas, mas sem saber o que fazer. Tudo o que era do Estado está sendo saqueado. O problema é que tudo era do Estado, de hospitais a casas de câmbio, passando por parques de diversão e muitos restaurantes.⁹⁰

Apresentando uma mesma característica detectada nos relatos provenientes dos jornalistas “embutidos” às tropas da Coalizão, o caráter testemunhal das reportagens do correspondente da *Folha* enriqueceu de detalhes o drama que os habitantes da capital iraquiana passavam com os bombardeios. Além disso, as matérias de Dávila acrescentaram novos aspectos da cultura árabe e desmontaram alguns estereótipos existentes no Brasil a

⁸⁹ GOYZUETA, Verônica. Op. Cit.

⁹⁰ *Folha de S. Paulo. Diário de Bagdá: A hora do desabafo.* No site: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2003/guerranoiraque/0228.shtml>

respeito da vida no Oriente Médio. Por outro lado, a sessão pecou ao não fornecer em grande parte das vezes uma interpretação do quadro mais amplo que desse sentido aos fragmentos de informações que foram passados diariamente pelos correspondentes.

Como resultado disso, a cobertura da *Folha* inclinou – apesar da iniciativa responsável de enviar profissionais com o objetivo de garantir visibilidade à perspectiva iraquiana – para o maior fornecimento de enquadramentos interpretativos da Coalizão. Assim como observou Cláudia Antunes, um dos principais fatores que propiciou essa tendência foi a desigualdade de estrutura dos grandes veículos de comunicação anglo-americanos, que contavam com mais correspondentes e recursos para produzir inúmeras análises, além de relatos que continham suas idéias e valores específicos.

Os Enquadramentos do Conflito no Iraque

Foram detectados no estudo quatro principais enquadramentos interpretativos responsáveis pela construção de entendimentos sobre o Conflito do Iraque. Como apontado no capítulo dos Procedimentos Metodológicos, eles foram incitados por atores distintos que possuem níveis de poder e influência diferenciados segundo os pressupostos de Hegemonia. As dimensões definidas no Marco Teórico para os enquadramentos do tipo *interpretativo* determinam que os pacotes sejam constituídos pelas seguintes avaliações:

1) Enquadramento da Coalizão:

- Definição do problema: Existência de Armas de Destruição em Massa no Iraque.
- Atribuição de Responsabilidade: Governo de Saddam Hussein.
- Julgamento sobre significado: A posse de armas de destruição em massa de um líder instável coloca em risco a população mundial e dos EUA.
- Argumento sobre conseqüências: Morte de milhares de pessoas.
- Recomendação de Solução: Invadir o país, derrubar o governo de Hussein e desarmar o Iraque.

2) Enquadramento Árabe:

- Definição do problema: A invasão norte-americana ao Iraque.
- Atribuição de Responsabilidade: George W. Bush e equipe.
- Julgamento sobre significado: O interesse do governo norte-americano no Petróleo do país e em assumir o controle de uma região estratégica no Oriente Médio.
- Argumento sobre conseqüências: Morte de soldados da Coalizão, vítimas civis iraquianas e Jihad islâmica.
- Recomendação de Solução: Desistir da invasão.

3) Enquadramento Multilateral:

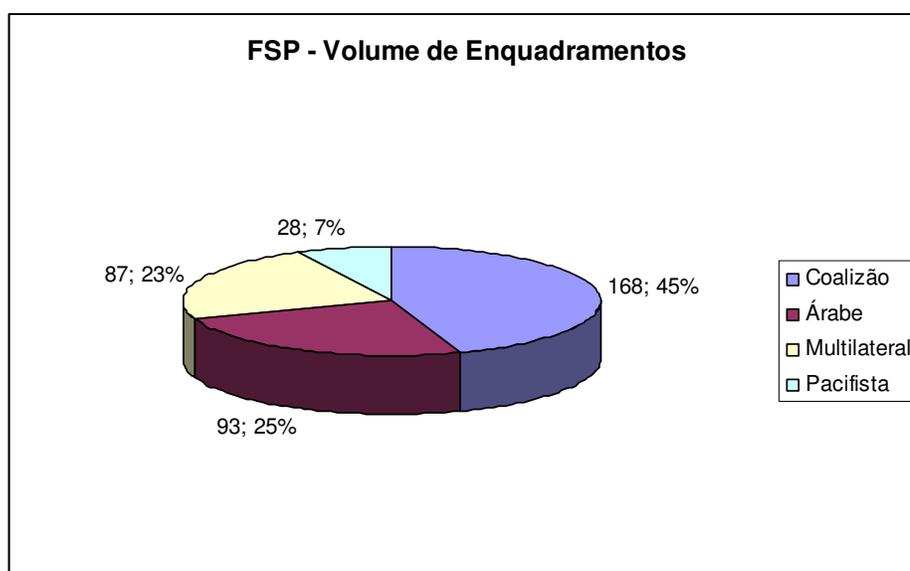
- Definição do problema: Ação unilateral norte-americana ao invadir o Iraque e a possibilidade do país possuir armas de destruição em massa.
- Atribuição de Responsabilidade: George W. Bush e equipe; governo de Saddam Hussein.
- Julgamento sobre significado: A invasão do país sem um consenso internacional cria um precedente para as ações militares unilaterais. O Iraque precisava permitir as inspeções.
- Argumento sobre conseqüências: Desgaste dos princípios e da funcionalidade da ONU, desequilíbrio das relações internacionais.
- Recomendação de Solução: Tratar do assunto no âmbito das Nações Unidas e criar o consenso.

4) Enquadramento Pacifista:

- Definição do problema: O uso indiscriminado da força militar e da instituição da guerra.
- Atribuição de Responsabilidade: George W. Bush e equipe.
- Julgamento sobre significado: O interesse do governo norte-americano no Petróleo do país e em assumir o controle de uma região estratégica no Oriente Médio.
- Argumento sobre conseqüências: Morte de milhares de pessoas entre combatentes envolvidos e vítimas civis inocentes.
- Recomendação de Solução: Desistir da invasão.

Do total de 728 matérias que constituiu a cobertura realizada pela *Folha de S. Paulo* do Conflito no Iraque, o jornal divulgou 376 vezes as categorias de enquadramentos *interpretativos* identificados na amostra. O cálculo dos números colhidos no período compreendido pela pesquisa – de 20 de março a 2 de maio de 2003 – revelou que o *Enquadramento da Coalizão* foi o mais noticiado pelo veículo com 168 incidências ou 45% do número absoluto de enquadramentos localizados.

(Gráfico 9: FSP – Volume de Enquadramentos)



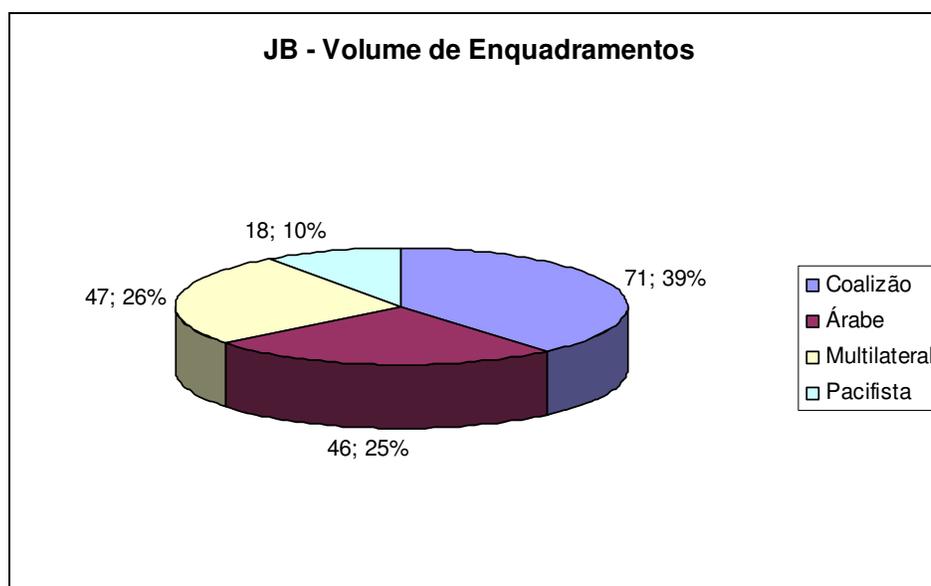
Com uma visibilidade muito menor do que o da *Coalizão*, o segundo enquadramento mais divulgado foi o *Árabe* com 93 incidências ou 25% do total. O enquadramento que surgiu como o terceiro mais divulgado durante a cobertura do conflito foi o *Multilateral*, apresentado em 87 matérias ou 23% do número absoluto de enquadramentos contados. A perspectiva que teve menos destaque na *Folha* foi a *Pacifista*, ocupando apenas 7% do total de enquadramentos veiculados.

O responsável pela editoria Mundo da *FSP* durante o Conflito no Iraque, Sérgio Malbergier, afirmou que esse resultado se deu por causa da “pouca relevância política/jornalística” que os movimentos populares contrários à guerra tiveram no meio do

conflito⁹¹. Segundo ele, a perspectiva pacifista teve muita repercussão no início dos combates, mas ela foi deixando as páginas do jornal no decorrer da cobertura. Malbergier frisou, contudo, que as idéias pacifistas foram defendidas abertamente pela *Folha* nos editoriais sobre o assunto.

No caso do *Jornal do Brasil*, o resultado não foi muito diferente. Com o total de 352 textos publicados e 182 incidências de enquadramentos *interpretativos* divulgados durante o conflito, o diário também apresentou o *Enquadramento da Coalizão* como o mais privilegiado na cobertura. Ele preencheu a parcela de 39% do número absoluto de enquadramentos contados no *JB*.

(Gráfico 10: JB – Volume de Enquadramentos)



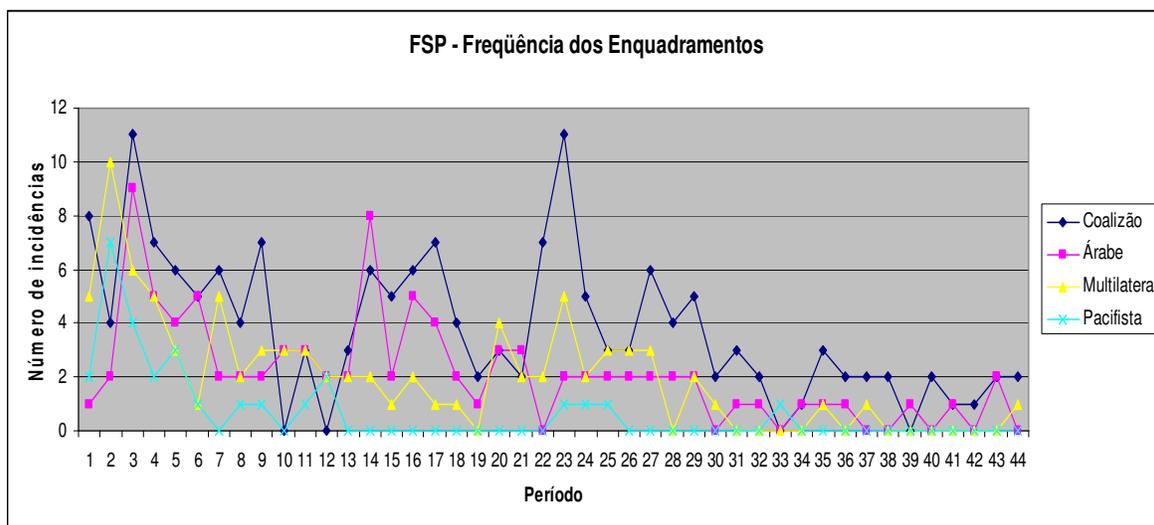
Assim como na *Folha de S. Paulo*, os enquadramentos *Árabe* e *Multilateral* surgiram quase em empate no *Jornal do Brasil*, disputando por uma pequena margem a segunda e a terceira colocação das perspectivas mais privilegiadas durante a cobertura. No gráfico do *JB*, entretanto, a diferença de uma incidência entre os dois enquadramentos não se mostra significativa para determinar maior nível de visibilidade entre as perspectivas.

⁹¹ MALBERGIER, Sérgio. Ver Anexo.

Novamente, o *Enquadramento Pacifista* apareceu como o que teve menor destaque nas páginas do *Jornal do Brasil* – 18 casos contados e 10% do total de enquadramentos localizados no diário. Para o ex-editor internacional Marcelo Ambrósio, essa perspectiva teve menos visibilidade que a da Coalizão porque a imprensa originária dos países que integraram este grupo (Estados Unidos e Inglaterra, principalmente) forneceu mais denúncias e informações confiáveis do que os demais veículos durante o conflito.

Com o objetivo de verificar os momentos específicos do conflito em que cada enquadramento prevaleceu nos jornais, foram construídos gráficos de frequência que constam todo o período compreendido de pesquisa. No caso da *FSP*, verificamos que os quatro enquadramentos interpretativos tiveram ampla visibilidade no início dos confrontos. Embora o *Enquadramento da Coalizão* tenha predominado na maior parte do período, houve momentos de mesmo destaque e até inversão com outros enquadramentos.

(Gráfico 11: FSP – Frequência dos Enquadramentos)



Foi detectado na *FSP* no início da guerra um alto índice de divulgação de todos os enquadramentos identificados. Esse índice, entretanto, não se manteve em todo o período compreendido de combates concentrados. No primeiro momento (21/03), percebemos que o *Enquadramento Multilateral* norteou as informações sobre os fortes bombardeios que os

Estados Unidos lançaram sobre Bagdá. Logo no dia seguinte, este enquadramento deu lugar ao oferecido pelos países da Coalizão.

Este padrão de privilégio se manteve, com poucos momentos de exceção, durante toda a cobertura exercida pela *Folha*. No 9º dia de conflito (28/03), o anúncio do presidente norte-americano, George W. Bush, e do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, de que a guerra poderia durar mais que o previsto – devido principalmente a resistência iraquiana – proporcionou um aumento no número de incidências do *Enquadramento da Coalizão*. No dia 29 de março, esse número de ocorrências despencou de sete no dia anterior para zero.

Colocando em evidência as perspectivas *Árabe* e *Multilateral*, essa queda da visibilidade do enquadramento da *Coalizão* foi provocada por um ataque aéreo dos EUA contra um mercado popular de Bagdá. A investida consistiu no segundo ataque ao comércio em 48 horas e matou cerca de 60 civis. Já o dia 2 de abril (14º do conflito) marcou o início da última batalha contra as defesas da capital iraquiana. Assim, a visão dos habitantes da cidade sobre o confronto que se iniciava e a notícia de que mais civis haviam morrido na cidade de Hilla (80 km ao sul da capital) resultou no segundo maior índice de visibilidade do *Enquadramento Árabe* na cobertura do conflito.

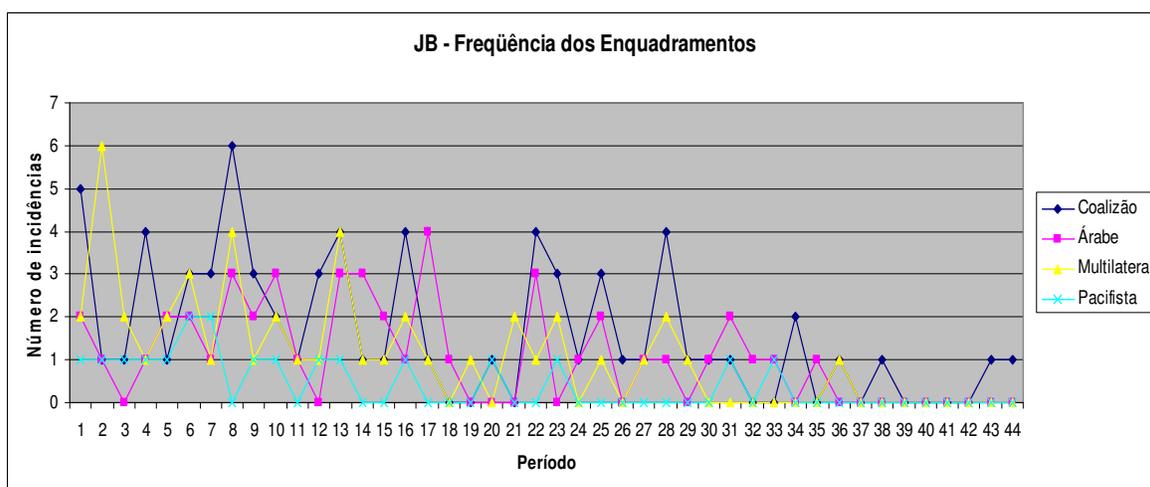
Por sua vez, o aumento do número de incidências do dia 5 de abril foi proporcionado pelo auge dos confrontos na região de Bagdá em função, principalmente, da disputa pelo aeroporto da cidade. O local consistia um alvo estratégico para as tropas anglo-americanas pois possibilitava o envio aéreo de mantimentos para os soldados da linha de frente. A invasão do centro de Bagdá e a proximidade da derrubada do regime de Saddam Hussein resultaram na retomada das preocupações sobre o futuro da região depois que a ação unilateral dos países da Coalizão fosse completada. As declarações sobre o assunto refletiram no aumento do número de incidências do *Enquadramento Multilateral* no dia 8 de abril.

Ocorrida em 9 de abril de 2003, a derrubada da estátua de Saddam no centro de Bagdá simbolizou o fim definitivo do regime ditatorial iraquiano. A repercussão sobre o

acontecimento resultou, no dia 11 de abril, no segundo pico de visibilidade da perspectiva da *Coalizão* com 11 incidências localizadas. A última grande notícia da *Folha*, que marcou o declínio do número de matérias sobre o Conflito do Iraque e conseqüentemente das interpretações que forneciam sentido aos confrontos, foi a tomada da cidade de Tikrit pelas forças dos EUA e da Grã-Bretanha, noticiada no dia 15 de abril.

Assim como a *FSP*, o *Jornal do Brasil* também começou a noticiar a guerra dando ênfase à perspectiva *Multilateral*. Da mesma forma, o diário inverteu essa tendência de visibilidade no decorrer dos confrontos, favorecendo a interpretação da *Coalizão*.

(Gráfico 12: JB – Freqüência de Enquadramentos)



Nota-se no gráfico que a interpretação anglo-americana dos bombardeios que devastaram a capital iraquiana predominou nos dias seguintes, atingindo maior índice no 8º dia de confronto (27 de abril). O começo da batalha de Bagdá e a preocupação das Nações Unidas com as vítimas da guerra foram as notícias que determinaram a mesma visibilidade dos enquadramentos da *Coalizão* e *Multilateral* no dia 1º de abril (13º de conflito). Já as notícias de combates no interior da cidade rivalizaram as perspectivas da *Coalizão* e *Árabe* nos dias 4 e 5 de abril (respectivamente 16º e 17º dias de conflito).

A queda da estátua e do regime de Hussein tomou as páginas do *JB* no dia 10 de abril (22º dia de conflito). Com quatro incidências nas 17 matérias veiculadas, o

entendimento da *Coalizão* sobre a guerra foi o que teve maior exposição no enquadramento da notícia. Tal padrão se manteve até depois de 16 de abril (28º dia de conflito) quando foram noticiadas as idéias anglo-americanas para a reconstrução do país depois da tomada da última grande cidade iraquiana. Assim como na *Folha de S. Paulo*, a informação do controle de Tikrit marcou o declínio da cobertura sobre o Conflito no Iraque.

Nenhum dos três editores entrevistados na pesquisa soube precisar as razões para esse fenômeno, indicando que o motivo foi extrínseco às rotinas dos próprios jornais. Conclui-se que o desempenho da *Folha* e do *JB* ao diminuir simultaneamente a cobertura dos eventos no Iraque esteve relacionado ao trabalho executado pelos veículos com os quais eles tinham parceria. Nestes meios, a garantia de que o regime do país havia sido derrubado definitivamente implicou na queda de interesse do público anglo-americano pelas informações provenientes do Oriente Médio.

Embora Marcelo Ambrósio ressalte que a cobertura jornalística tende a diminuir em um determinado evento quando a repetição de uma mesma situação é verificada, a sincronia da redução do número de matérias das coberturas em questão é mais um fator que aponta para a questão do atrelamento da mídia brasileira com a dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha no caso específico do Conflito do Iraque. Já o fenômeno do elevado nível de visibilidade do *Enquadramento Multilateral* detectado nos dois jornais no início dos confrontos pode ser explicado com as Esferas de Consenso de Daniel Hallin⁹².

Segundo o autor, existem três “regiões” em que navega a cobertura jornalística de temas políticos: a esfera do consenso, a da divergência vista como politicamente legítima e a da divergência vista como ilegítima, cuja “versão” dos fatos não deve necessariamente ser divulgada, como a de criminosos, terroristas ou espiões. Tais regiões ilustram como algumas perspectivas específicas podem, ao utilizar setores-chave da sociedade como referência, prevalecer na cobertura dos meios de comunicação. Uma das principais e mais utilizadas referências para o conteúdo da mídia, de acordo com Hallin, é o governo.

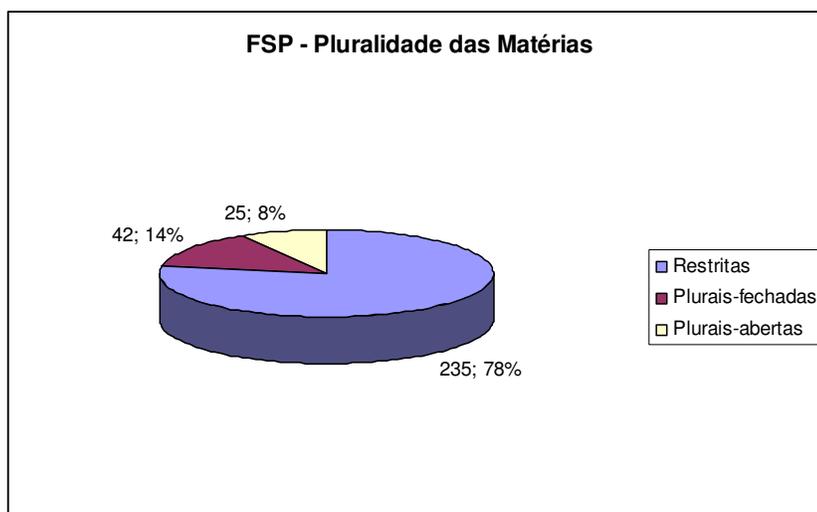
⁹² HALLIN, Daniel. Op. Cit.

No momento em que a ameaça anglo-americana de uma intervenção unilateral em território iraquiano se tornou uma realidade, o governo brasileiro tratou de se alinhar ao grupo de países contrários a ação. Eles defendiam o respeito aos princípios multilaterais e às leis internacionais. Incluídas no presente estudo por meio do *Enquadramento Multilateral*, essas idéias que marcaram o começo dos bombardeios foram suprimidas no decorrer dos confrontos pela avalanche de relatos originários dos grandes veículos e das agências internacionais de notícia.

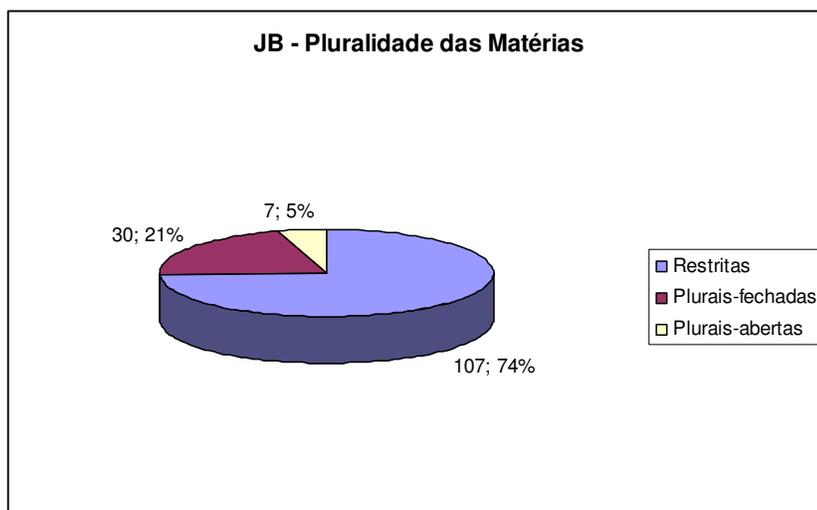
Pluralidade de Enquadramentos

A partir das categorias assinaladas por Mauro Porto para o exame da pluralidade das matérias (restritas, plurais-abertas e plurais-fechadas) descritas no Marco Teórico, detectamos que os dois jornais apresentaram maciçamente textos com o formato *restrito*, ou seja, que apresentaram apenas um dos quatro enquadramentos interpretativos identificados na pesquisa. De acordo com os dados levantados na pesquisa, a *Folha de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil* se valeram desse tipo de matéria em respectivamente 78% e 74% das vezes em que um enquadramento foi constatado.

(Gráfico 13: FSP – Pluralidade das Matérias)



(Gráfico 14: JB – Pluralidade das Matérias)



No caso do *Jornal do Brasil*, porém, podemos perceber que o formato *plural-fechado* – em que mais de um enquadramento é mostrado no texto mas um é apresentado com mais destaque do que os outros – foi mais utilizado pelo diário na cobertura do conflito, com 21%, do que pela *FSP*, que utilizou esse formato em 14% dos textos. Este último veículo se valeu mais das matérias com o formato *plural-aberto*, em que mais de uma interpretação é veiculada no texto sem que uma prevaleça em relação a outra, do que o *Jornal do Brasil*.

Assim como destaca Porto, os segmentos com formatos “plurais” ou “abertos” apresentam mais condições para que o público questione enquadramentos dominantes, oferecendo um leque de alternativas mais amplo. Por outro lado, segmentos com formato “restrito” ou “fechado” promovem padrões de interpretações particulares além da utilização de enquadramentos interpretativos específicos pelos membros da audiência quando eles constroem sentido de fatos ou eventos políticos.

Dessa forma, considerando os fatos de que tanto a *Folha* quanto o *JB* utilizaram mais o formato restrito de matéria e que o *Enquadramento da Coalizão* foi o que recebeu maior destaque em ambos os diários, é possível concluir que a cobertura dos jornais privilegiou a interpretação anglo-americana sobre os fatos e eventos que ocorreram durante

o Conflito do Iraque, em 2003. Isso corrobora a noção de que os veículos informativos analisados possuem, apesar da evidente diferença de recursos, a mesma estrutura perniciososa que favorece interpretações provenientes dos grandes meios de comunicação internacionais.

Assim como afirma Raymond Williams, ao retrabalhar as idéias de Hegemonia de Gramsci, a influência dos grupos que detêm o poder simbólico tende a se tornar ao mesmo tempo causa e conseqüência do enviesamento das discussões sobre assuntos políticos. A estrutura viciada da arena simbólica favorece inevitavelmente o grupo dominante na disputa pelo predomínio de valores específicos. Esses valores são responsáveis por justificar e legitimar o quadro vigente apesar das forças que incidem para outros direcionamentos.

Detectada pela comissão da Unesco formada para estudar o quadro informativo internacional na década de 70, a estrutura de dependência dos meios de comunicação nos países subdesenvolvidos garante maior visibilidade às perspectivas provenientes das nações dominantes. Nesse sentido, o mecanismo cíclico de Hegemonia impede que as interpretações de grupos menos organizados ganhem espaço suficiente na arena simbólica que favoreça transformações políticas. O resultado dessa característica localizada na análise de enquadramentos aponta para a renovação do quadro detectado pelo grupo de McBride.

Considerações Finais

Por meio do estudo dos conteúdos veiculados pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Jornal do Brasil* durante o Conflito do Iraque, em 2003, foi possível comprovar que a dependência de alguns meios de comunicação brasileiros em relação aos grandes veículos internacionais persiste apesar das inovações tecnológicas que garantiriam – em princípio – certa pluralidade e visibilidade a vozes que antes eram esquecidas pela grande imprensa. Essa característica perniciosa das inovações tecnológicas já teria sido apontada na década de 70 pela comissão da Unesco presidida por Sean McBride.

No documento, os integrantes do grupo afirmavam que as novas tecnologias apresentavam o risco de acentuar a centralização das fontes sociais de informação e de fortalecer com isso as desigualdades e os desequilíbrios entre países ricos e pobres. De fato, os grandes meios de comunicação tiveram os seus poderes e sua influência ampliada em função da variedade de veículos que surgiram nas últimas décadas. Tais veículos – como muitos que nasceram a partir da Internet – se encarregaram de difundir as perspectivas já dominantes para grupos que se mantinham isolados de seus efeitos, expandindo pelo mundo os valores hegemônicos das nações desenvolvidas.

Tratado anteriormente, o conceito de Hegemonia foi criado por Antonio Gramsci em parte para explicar porque os movimentos revolucionários europeus não obtiveram êxito, no início da década de 1900, apesar das precárias condições sociais e econômicas da maioria das pessoas no continente. O apelo desse conceito em muitas tradições atuais se baseia na sua capacidade de explicar a persistência da estabilidade política do modelo capitalista ocidental. Em linhas gerais, ele se refere à habilidade de grupos dominantes em obter apoio popular e se manter na posição de dominância por meio da aquiescência “voluntária”, ao invés de utilizar o medo, o controle econômico ou a coerção direta.

Hegemonia é, em suma, o processo pelo qual os valores de uma classe dominante se tornam os valores da sociedade como um todo. Esses valores são internalizados a ponto de se tornarem inquestionáveis para a maior parte do público. Ou seja, o processo hegemônico se encarrega de legitimar a distribuição de poder vigente e naturaliza a ideologia dominante. Nesse quadro, os meios de comunicação ocupam lugar de destaque –

especialmente em coberturas internacionais – ao disponibilizar interpretações que mantêm o consenso e perpetua o sistema de poder entre as nações.

A análise dos enquadramentos que foram veiculados pelos jornais em questão durante o conflito certamente reforça essa idéia. Por meio dos dados empíricos que mostram a perspectiva da *Coalizão* como a mais privilegiada na cobertura, é possível afirmar que a evolução de meios antigos e o surgimento dos veículos virtuais não interferiram de maneira determinante na relação de dependência existente entre veículos de países subdesenvolvidos e desenvolvidos em geral, e brasileiros e anglo-americanos especificamente. O privilégio detectado se deu em detrimento até do entendimento de importantes núcleos da sociedade que desenham, de acordo com as Esferas de Consenso de Hallin, os limites das controvérsias políticas. No caso do Conflito do Iraque, o governo brasileiro se alinhou aos países que viram a guerra sob a perspectiva *Multilateral*.

Assim como observa o ex-editor Marcelo Ambrósio⁹³, um dos desafios diários dos jornais nacionais atualmente é encontrar fórmulas para superar o fato de que o leitor recebe a informação factual mais de uma vez durante o dia. Esse desafio cresce enormemente quando o assunto é cobertura internacional, em que grandes veículos estrangeiros e agências de notícias produzem mais conteúdo devido a diferença de infra-estrutura e do maior número de profissionais – como ressaltou a editora Cláudia Antunes⁹⁴. O reflexo nos meios estudados da avalanche de relatos provenientes de culturas alheias com interesses alheios foi o destaque a uma interpretação do Conflito do Iraque diferente até mesmo da posição do jornal – caso da *FSP* que publicou várias vezes em editorial o seu alinhamento com a interpretação do governo brasileiro sobre a guerra.

Vimos ainda no capítulo empírico os editores-responsáveis pelo conteúdo internacional veiculado pelos dois jornais afirmarem que a ampla utilização dos meios estrangeiros se deu porque eles facilitaram o trabalho dos repórteres ou editores, seja por completar as informações do noticiário ou pelo fornecimento de informações estruturadas

⁹³ AMBRÓSIO, Marcelo. Ver anexo.

⁹⁴ ANTUNES, Cláudia. Ver anexo.

por “ordem de importância”. Relacionado também à problemática das rotinas produtivas, este ponto coloca em perspectiva o papel divulgador dos meios brasileiros que se encarregaram apenas de propagar as interpretações estruturadas de acordo com um elenco de informações definido por editores de veículos estrangeiros.

Neste sentido, a análise das frequências de enquadramentos revelou que os dois jornais estudados seguiram, até certo nível, um “comportamento de manada” na definição do enfoque que deveria ser enfatizado nos diferentes momentos do conflito. Em outras palavras, os veículos tenderam a aumentar a visibilidade das interpretações fornecidas pelos meios mais próximos dos eventos. Por exemplo, nos momentos em que os mísseis da Coalizão não atingiam os seus alvos planejados, causando a morte de civis iraquianos, foi possível perceber na edição do dia seguinte um acréscimo do número de incidências do *Enquadramento Árabe*. Mas, como foi visto anteriormente, a liberdade relativa de escolha de interpretações não favoreceu um cenário em que qualquer uma delas rivalizasse com a anglo-americana no entendimento do público.

Dessa forma, o trabalho de consolidação dos dados coletados na pesquisa demonstrou a pertinência do Marco Teórico ao evidenciar a atuação dos grandes veículos de notícias (*global players*) como hegemônica na cobertura brasileira de eventos internacionais, conferindo continuidade ao cenário encontrado na década de 70 pela Comissão McBride. Essas empresas, embora tenham sido obrigadas a se reformular para competir no século XXI e garantir a sua poderosa influência no público-consumidor, ainda possuem passe livre em meios de comunicação detentores de menores recursos para disseminar seus pontos de vista entre leitores e telespectadores.

É importante lembrar que, de acordo com os pressupostos da Hegemonia, a divulgação de interpretações provenientes de países desenvolvidos favorece a perpetuação da estrutura política vigente, além de prejudicar o debate democrático em culturas distintas por meio de seus valores dominantes. O resultado disso é que os interesses característicos da população local se perdem frente ao vasto universo de perspectivas que compõe a arena simbólica sobre assuntos políticos. Embora não seja o seu principal objetivo, o presente

estudo serviu ainda para apontar alguns fatores que se revelam determinantes na perpetuação desse fenômeno.

Um dos problemas indicados pelo relatório de McBride na determinação do fluxo unidirecional de informação (países desenvolvidos – subdesenvolvidos) está relacionado diretamente com a questão das rotinas produtivas, ou seja, os procedimentos ritualizados de coleta, armazenamento e divulgação específicos dos meios. Ao considerar a informação como um mero produto, tais procedimentos apresentam a tendência de privilegiar os atores políticos com mais estrutura que garantem a informação de forma mais rápida e já no formato adequado para divulgação.

Apontada por Sônia Serra⁹⁵ como vital para o entendimento de como as versões oficiais predominam nos debates públicos em nível nacional, essa característica também é responsável diretamente por beneficiar interpretações originárias de países dominantes, independentemente da qualidade da cobertura realizada. Nesse ponto, mostra-se fundamental destacar que, após o término do conflito em estudo, a própria imprensa anglo-americana admitiu publicamente numerosas falhas no conteúdo jornalístico produzido durante a guerra de 2003.

O caso de *mea culpa* com maior visibilidade foi de um dos jornais mais utilizados pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Jornal do Brasil* no Conflito do Iraque. Publicado no dia 26 de maio de 2004 pelo diário norte-americano *The New York Times*, o editorial afirma que o conteúdo reportado foi “um reflexo exato do conhecimento na época”. O jornal justificou que os artigos que forneciam “informações incompletas” ou apontavam na “direção errada” eram corrigidos posteriormente com informações mais fortes e fidedignas.

Nós encontramos uma série de exemplos de cobertura que não foi tão rigorosa como deveria ter sido. Em alguns casos, a informação que era controversa na época, e parece questionável agora, foi insuficientemente qualificada ou permaneceu inalterada. Olhando em

⁹⁵ SERRA, Sônia. Op. Cit.

*retrospecto, nós gostaríamos de ter sido mais agressivos na análise das afirmações conforme elas surgiam - ou não*⁹⁶.

Problemática ou não, a cobertura do diário foi largamente utilizada pelos veículos informativos brasileiros analisados no capítulo anterior. Na realidade, a dependência dos meios de comunicação nacionais em relação aos estrangeiros impede que os primeiros ignorem o conteúdo externo, excluindo a possibilidade de que um jornal local garanta a mesma visibilidade às interpretações produzidas internamente. A consequência disso foi que o *The New York Times* ocupou, apesar da cobertura norte-americana ter sido precária, o quinto lugar na lista dos veículos mais citados em ambos jornais do estudo.

Da mesma forma, o *Washington Post* também teve lugar de destaque na cobertura em questão. Ocupando o quarto lugar no *ranking* dos meios mais citados pela *FSP* e pelo *JB*, o *WP* também realizou uma revisão interna da sua cobertura e concluiu que falhou no objetivo de cobrir de maneira crítica os argumentos fornecidos pelo presidente norte-americano, George W. Bush, para invadir o território iraquiano. Na matéria intitulada “Artigos do pré-guerra muitas vezes não iam para a primeira página”, o editor Howard Kurtz observa que os textos que questionavam a versão oficial não recebiam destaque.

Com efeito direto na cobertura verificada nos jornais brasileiros, a decisão deliberada dos jornalistas norte-americanos de minimizar os problemas nas informações da Casa Branca corrobora um fenômeno, previsto no modelo de Noam Chomsky, no que diz respeito à sintonia dos jornalistas com a diretoria do jornal. Embora possua a falha apontada no Marco Teórico de considerar a mídia como um mero instrumento das elites, o *modelo de propaganda* (que também é baseado no conceito de Hegemonia) adverte que os veículos jornalísticos tendem a recrutar profissionais em harmonia com a visão empresarial que os proprietários dos meios de comunicação têm a respeito do produto informativo. Ao procurar o máximo dos lucros nas empresas de comunicação, essa postura implica na distorção do papel da imprensa que é – de acordo com a Esfera Pública – informar a sociedade com uma ampla variedade de informações e perspectivas.

⁹⁶ Editorial: O New York Times e o Iraque. In *The New York Times*. Nova Iorque, 26 de maio de 2004. Ver anexo.

O modelo de Chomsky também se aplica a outra característica da mídia anglo-americana que influenciou de maneira determinante o trabalho realizado pela *FSP* e pelo *JB*: os jornalistas embutidos. Distante dos centros de decisão dos grandes jornais dos quais faziam parte, esses profissionais alinhados com a postura empresarial divulgaram relatos que reforçavam a interpretação criada pelos governos da Coalizão. Ainda que os dados sobre a constância do *Enquadramento da Coalizão* nas matérias de jornalistas “embutidos” não tenham sido incluídos na pesquisa, a análise qualitativa dos textos dessa categoria de correspondentes apontou para o privilégio das perspectivas provenientes dos governos norte-americano e britânico.

Bem entendido, ressaltamos com isso a importância da formação teórica e prática da figura do correspondente como fonte primária de informação durante uma guerra. Sobre esse diferencial apresentado pela *Folha de S. Paulo*, conclui-se que a tentativa responsável de enriquecer a sua cobertura por meio de um repórter na capital iraquiana não atingiu completamente a sua finalidade. O “Diário de Bagdá” forneceu inúmeras informações sobre a cultura e a rotina iraquianas, mas falhou ao oferecer poucas interpretações políticas sobre o conflito que assolava no país. O resultado disso foi que o *Enquadramento Árabe* não alcançou no caderno “Ataque do Império” da *FSP* um patamar que rivalizasse com a interpretação oferecida pelos países da Coalizão.

É possível afirmar então que os veículos informativos em questão ainda fracassaram na tentativa de municiar o público com uma variedade de interpretações consistentes que possibilitasse a formação de opiniões alternativas. Com o amplo favorecimento da interpretação dos EUA e da Grã-Bretanha que relegou às perspectivas *Multilateral* e *Árabe* para segundo plano e a *Pacifista* a um terceiro, os jornais não se preocuparam em dar ênfase a enquadramentos importantes de grupos existentes na sociedade brasileira. Um exemplo de enquadramento alternativo que apareceu sem visibilidade na *Folha* foi a perspectiva da comunidade árabe-brasileira sobre os confrontos.

Atesta-se desse modo a precariedade dos veículos nacionais estudados no objetivo de oferecer uma gama variada de perspectivas que fundamentasse adequadamente a formulação de opiniões na sociedade brasileira sobre o confronto do Iraque. Localizada como uma das principais funções dos meios de comunicação de acordo com o conceito de Esfera Pública, a atribuição da imprensa de proporcionar o debate democrático sobre assuntos de interesse comum se viu prejudicada pelo frágil modelo de jornalismo internacional praticado no Brasil somado à poderosa interferência proveniente de representantes simbólicos de nações desenvolvidas.

Concordamos assim com a ressalva do correspondente embutido da *Reuters* Matthew Green, no capítulo anterior, de que uma das razões para as falhas nos relatos das frentes de combate reside na falta de experiência dos jornalistas que foram enviados para o Iraque. Esses profissionais, ao tratar o conflito como uma realidade posta e inquestionável, seguiram o padrão dos correspondentes de não questionar a instituição da guerra, contribuindo marginalmente no debate mundial sobre o uso político, econômico e humanitário dos conflitos armados. Mostrado no capítulo da Revisão Histórica, tal comportamento se revela presente desde o pioneiro desse grupo de profissionais, William Russel, e se repetiu na cobertura de 2003.

É com base nessa função crítica dos correspondentes – não exercida no período em questão – que destacamos a possibilidade do jornalista alterar o padrão da cobertura como responsável direto pela veiculação das informações. Partindo da visão micro de como funcionam os meios de comunicação, essa alternativa se revela independente de qualquer eventual instituição de uma Nova Ordem Mundial da Informação. Algumas das condições para que um repórter ou editor mude uma determinada cobertura jornalística internacional são – como observada pela editora Cláudia Antunes – a postura de não-conformação frente ao noticiário mais acessível e a independência para não seguir as prioridades de edição estabelecidas por outros meios influentes.

Apesar da dificuldade em traçar esses caminhos por causa do entupimento das vias de informação proporcionado por inúmeros relatos provenientes de veículos influentes, essa visão

que aponta para a autonomia relativa do jornalista também é compartilhada por Sônia Serra⁹⁷. Observa-se que dizer que as rotinas nos meios de comunicação são reproduzidas na dualidade da estrutura não é afirmar que a ‘rotinização’ da cobertura jornalística é inevitável. Sendo assim, não existem garantias de que os agentes diretamente responsáveis pelos resultados encontrados – os jornalistas no caso específico desse estudo – irão reproduzir regularidades de conduta do mesmo modo como fizeram anteriormente.

Embora esteja inserido em um ciclo vicioso de espelhamento e dependência, um indivíduo qualquer deixa de ser agente no momento em que perde a capacidade de criar uma diferença, isto é, a disposição de exercer alguma espécie de poder de mudança, característico da *práxis social*. Nota-se, portanto, que o jornalista internacional – como agente da estruturação e visto como um ser capaz de agir de modo diferenciado das atividades ‘rotinizadas’ que legitimam a estrutura e intervir no mundo – está munido de algum poder.

Por meio da identificação do repórter e do editor como sujeito e agente atuante no processo de alteração ou recriação das formas estruturadas, atribui-se a responsabilidade final do conteúdo veiculado na cobertura do Conflito no Iraque não só aos sistemas estruturados, mas aos profissionais passivos ou ignorantes das suas próprias funções e capacidades. Somente por meio da formação embasada dos próprios profissionais brasileiros é que será possível alterar o mecanismo hegemônico que perpetua o destaque a interpretações alheias à realidade nacional.

⁹⁷ SERRA, Sônia. Op. Cit.

Referências Bibliográficas

ADGHIRNI, Zélia Leal. *Informação On-line: Jornalista ou produtor de conteúdos? Mudanças estruturais no jornalismo*. Artigo apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Intercom. Campo Grande (MS), 2001.

AMARAL, Luiz. *A Objetividade Jornalística*. Porto Alegre, Ed. Sagra – D C Luzzatto, 1996, p.18.

BENNET, W. Lance. *The News about Foreign Policy*. In: *Taken by Storm*. Op. Cit.

CARDONA, Elizabeth Fox. e BELTRAN, Luís Ramiro. *A Influência dos Estados Unidos na Comunicação de massa da América Latina: Desequilíbrio no fluxo de informação*. In: *Meios de Comunicação: Realidade e Mito*. Op. Cit.

CHOMSKY, Noam. e EDWARD, Hermann S. *A manipulação do público – Política e poder econômico no uso da mídia*. São Paulo: Editora Futura, 2003.

COHEN, Bernard C. *A View from the Academy*. In: *Taken by Storm*. Op.Cit.

COHN, Gabriel (Org.). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

COOK, Timothy. *Domesticating a Crisis – Washington Newsbeats and Network News after the Iraqi Invasion of Kuwait*. In: *Taken by Storm*. Op. Cit.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, ONU, 1948. Artigo 19.

DORMAN, William. *The Media and The Gulf: A closer look*. Conferência realizada na Escola de Jornalismo da Universidade da Califórnia entre os dias 3 e 4 de maio, 1991.

DORMAN, William A. e LIVINGSTON, Steven. *News and Historical Content – The Establishing Phase of The Persian Gulf Policy Debate*. In: *Taken by Storm*. Op. Cit.

ENTMAN, Robert M. *Framing: toward clarification of a fractured paradigm*. In: *Journal of Communication* 43 (4), New York: Oxford University, 1993.

ENTMAN, Robert M e PAGE, Benjamin I. *The Iraq War Debate and the Limits to Media Independence*. In: *Take by Storm*. Op. Cit.

FONTENELLE, Paula. *Iraque – A Guerra pelas mentes*. São Paulo: Sapienza Editora, 2004.

FREEDMAN, L. *The media and foreign policy. Dispatches – The Journal of the Territorial Army Pool of Information Officers*, 1996.

GALTUNG, Johan & RUGE, Mari Holmbee. *The Structure of Foreign News*. In: *Journal of Peace Research*. Vol.1, pp 64-90.

- GAMSON, William. *Talking Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- GANS, H. *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, News, Newsweek and Time*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1979.
- GOLDING, Peter & ELLIOT, Philip. *Making the News*. Londres: Logman, 1979.
- GOMES, Wilson. *Transformações da Política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Editora Paulus, 2004.
- GOYZUETA, Verônica. *Jornalismo na Guerra: nossas falhas em evidência*. In: Guerra e Imprensa. São Paulo: Summus Editorial, 2003. pp. 55.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Citado por M. Porto, 1993, Op. Cit. pp.38.
- GRAU, Nuria Cunill. *Repensando o público através da sociedade: novas formas de gestão pública e representação social*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 45.
- HALL, Stuart e outros. A produção social das notícias: o 'Mugging' nos media. In: TRAQUINA, Nelson. Op. Cit. p. 224-248.
- HALLIN, Daniel e GITLIN, Todd. *The Gulf War as Popular Culture and Television Drama*. In: *Taken by Storm*. Op. Cit.
- HALLIN, Daniel. *The Uncensored War – The media and Vietnam*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986.
- HUGHES, Everett. *Men and Their Work*. Glencoe III: Free Press.
- IGREJA, SILVA E BURGOS. Gustavo M, Igor Marx e Pedro. *Reportagem em Primeira Pessoa na Imprensa Escrita Brasileira*. Monografia apresentada para obtenção do grau de bacharel na Universidade de Brasília, 2003.
- IYENGAR, S. *Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- JAPIASSU, Hilton. *O mito da Neutralidade Científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.
- KAHNEMAN, Daniel e TVERSKY, Amos. *Choices, values and frames*. American Psychologist (1984), vol. 39, n. 4, p. 341-350.

KALB, Marvin. *A View from the Press*. In: *Taken by Storm – The media, public opinion, and US Foreign Policy in the Gulf War*. Chicago e Londres: The University of Chicago, 1994.

KLAPPER, Joseph T. *What we Know about the Effects os Mass Communication: The Brink of Hope*, in *The Public Opinion Quaterly*, vol. 21, 1957/58, p. 453-474.

KNIGHTLEY, Phillip. *A Primeira Vítima – O correspondente de guerra como herói, propagandista e fabricante de mitos, da Criméia ao Vietnã*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.

LIMA, Venício A. de. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

MCBRIDE, Sean. *Um mundo e muitas vozes – comunicação e informação na nossa época*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

MCCOMBS, Maxwell E. e SHAW Donald L. *A evolução da pesquisa sobre o agendamento – vinte e cinco anos no mercado das idéias*. In: *Journal of Communication*, vol. 43, no. 2, 1993.

MERTON, Robert K. *Sobre as teorias sociológicas de médio alcance*. In *Sociologia: Teoria e Estrutura*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970, pp. 57.

MORETZSOHN, Sylvia. “*Profissionalismo*” e “*objetividade*”: *o jornalismo na contramão da política*. In: *Imprensa e Poder*. Luiz Gonzaga Motta (org.). Brasília: Editora da UnB, 2002.

PAIVA E SILVA, Jaqueline. *A agência em tempo real ‘Broadcast’, o mercado financeiro e a cobertura de economia na grande imprensa*. In: *Comunicação e Espaço Público*, Ano VI, no. 1 e 2, 2003. pp 165.

PORTO, Mauro. *Meios de Comunicação e Hegemonia: O papel da televisão na eleição de 1992 para prefeito de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. Brasília, 1993.

PORTO, Mauro. *Enquadramentos da Mídia e Política*. Texto apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu (MG), 2002.

PORTO, Mauro. *Enquadramentos da Mídia e Política*. Trabalho apresentado ao XXVI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu (MG), entre os dias 22 e 26 de outubro de 2002.

REBOUÇAS, Edgard. *Que bases teóricas para os estudos de políticas e estratégias de comunicações?* Trabalho apresentado no Núcleo de Políticas e Economia da Comunicação, XXVI Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Belo Horizonte/MG, 02 a 06 de setembro de 2003.

ROCHA, Débora Xavier. *Mudança de Orientação Editorial na Agência Brasil: A Objetividade Jornalística como Proposta de Comunicação*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 2004.

SERRA, Sônia. *Relendo o 'gatekeeper': notas sobre condicionantes do jornalismo*. Anais XIII Compôs, São Bernardo do Campo, SP, 2004.

Site da BBC: http://www.bbc.co.uk/history/war/wwone/war_media_01.shtml

SOMAVIA, Juan. *A estrutura transnacional de poder e a informação internacional*. In: Meios de Comunicação: Realidade e Mito. Jorge Werthein (org.). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

TETT, G. *Hurd hits at role of journalists in Bosnia: success of media-free negotiations gives diplomats food for thought*. The Financial Times, 1993.

TUCHMAN, Gaye. *A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas*. In: *Jornalismo: Questões, Teorias e Estórias*. TRAQUINA, Nelson (org.). Lisboa: Ed. Veja, 1993.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo y Literatura*. Barcelona: Ediciones Península, 1980. pp. 131-132.

WOLF, Mauro. *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

Anexos

ENTREVISTA: Marcelo Ambrósio (Atual Editor-executivo e editor de Internacional do *Jornal do Brasil* no período do Conflito do Iraque)⁹⁸.

Perguntas específicas:

1) Como é a rotina produtiva da editoria internacional do *Jornal do Brasil* (pautas, seleção de matérias, critérios de edição, etc)?

- Deixei a editoria há pouco mais de três meses – na atual passagem pelo JB editei a *Inter* desde setembro de 2003. Anteriormente fiquei à frente entre outubro de 2001 e abril de 2002. A rotina dos meus antecessores só foi alterada pela maior presença da Internet na formação e elaboração do conteúdo que será publicado. Esse é um problema, aliás, de todas as editorias: temos de encontrar diariamente fórmulas para superar o fato de que o leitor recebe a informação factual mais de uma vez durante o dia. Sendo assim, quando é feita a seleção das pautas se leva em consideração a possibilidade de surpreender, de apresentar um diferencial em relação à concorrência. Normalmente, e hoje ainda é assim, a pauta da *Inter* é guiada por uma ronda nos sites – GoogleNews, Yahoo News, etc. bem como pelo noticiário da BBC e da CNN. Temos ainda contratos pelos quais recebemos o conteúdo das agências Reuters, AFP e Efe por um sistema interno do jornal. O critério mais presente é o de fugir da obviedade, tentando encontrar ângulos pouco explorados e aprofundar as abordagens. A rotina funciona com uma pessoa da equipe chegando cedo pela manhã e montando uma pauta de assuntos principais, porém ainda sem a direção para o detalhamento, que é algo a cargo do editor. Normalmente, não nos fixamos em muitos assuntos, até porque é preciso concentrar o trabalho em algumas apostas estratégicas. Ao longo do dia, a pauta original vai sendo sucessivamente avaliada. Muitas vezes, o que sai publicado está distante do que a pauta inicial previa, mas avança mais do que os sites ficaram repetindo na Internet. Durante a tarde, antes de as páginas serem riscadas, também é feita uma ronda no material fotográficos que as agências colocam a nosso dispor. Muitas vezes nos deparamos com fotos tão sensacionais que acabam mudando todo o planejamento editorial. Esse é um ponto interessante a ser destacado. Comecei na Internacional quando era necessário compilar vários textos das agências que as máquinas de telex imprimiam.

⁹⁸ Entrevista concedida por e-mail em julho de 2006.

Depois, passamos a ter na Internet uma poderosa arma de qualidade no trabalho, sobretudo porque em Internacional a pesquisa histórica é imprescindível para se evitar que o conteúdo jornalístico acabe contaminado pelo simplismo e pelo maniqueísmo. Hoje, disputamos a atenção de um leitor que recebe notícias pela Tv a cabo, pela Internet, pelo telefone celular, pelo laptop wireless em alguns aeroportos. Essa é uma concorrência que só tende a aumentar e obriga os jornais a diariamente repensarem o próprio sentido de sua existência. No JB, decidiu-se que o melhor caminho para enfrentar tal questão seria o de fazer um jornal-revista, elegendo assuntos e derrubando outros, sem pretensão de querer cobrir todo o noticiário da cidade.

2) Com quais agências de notícias internacionais o JB tem contrato para uso de conteúdo?

- Reuters, AFP, EFE, mais os serviços Project Syndicate (ONG baseada em Praga especializada em trocar conteúdo acadêmico) e da Newsweek International. O primeiro nos envia dois artigos por mês para serem publicados. Já a Newsweek temos acesso através de um browser exclusivo.

3) Como o JB utiliza as demais agências de notícias internacionais com as quais o jornal não tem contrato?

- A utilização é sempre a mesma. Não fazemos traduções simplesmente, mas reportagens nas quais o autor leu as informações distribuídas pelas agências e escreveu um texto com a sua análise dos fatos. Considero essa fórmula menos burocrática e mais adequada ao padrão do JB.

4) Como foi a rotina produtiva no período do Conflito do Iraque, em 2003?

- Voltei ao jornal um mês depois de a invasão ter começado. Mesmo em um noticiário carregado como esse, depois de alguns dias as notícias se repetem. Especificamente falando da Guerra do Iraque, tivemos mais dificuldades de conteúdo pelo fato de não trabalharmos com correspondentes. Além disso, é importante lembrar que a imprensa americana e parte da britânica se juntaram à ofensiva, nos chamados repórteres “embedded”. Como o comportamento dessa imprensa americana antes da guerra foi completamente parcial e

injusto, dependíamos de outras fontes. Nesse ponto quero falar da Al Jazeera: ao apropriar-se do modelo americano de telejornalismo hard news, a rede de jornalismo árabe conseguiu transformar-se em porta-voz de uma importante quantidade de pessoas. Durante a invasão do Iraque em 2003 em várias circunstâncias posteriores, o noticiário mais atualizado que podíamos acompanhar pela Internet era mesmo o da rede.

5) Quais foram as agências internacionais usadas com e sem contrato de uso de conteúdo?

- As mesmas.

6) No caso específico da cobertura do Conflito no Iraque, foi possível constatar que o JB não usou a referência “com agências” em nenhuma matéria. Por que?

- É apenas um padrão técnico. Consideramos que a oferta de informações internacionais de agências é mais limitada, um sistema antigo de trabalho. Como o leitor já sabe do que estamos falando – pode ter visto a Internet no computador do trabalho etc.

7) Na pesquisa, foi possível constatar também que o número de matérias caiu drasticamente depois da tomada da cidade de Tikrit no dia 14 de abril, apesar dos confrontos não terem terminado propriamente. A que você atribui esse fato?

- No jornal impresso, quando você tem a mesma situação se repetindo, você não tem matéria. Não lembro exatamente qual foi a razão para reduzirmos a cobertura, mas certamente esse aspecto conta muito. Tomando o caso do Líbano, um exemplo atual, eu diria que as chances de darmos mais capas de primeira página ao tema que já publicamos demandaria termos uma foto ou uma informação absolutamente transformadoras.

8) No período do conflito (entre os dias 20 de março e 2 de maio de 2003), os veículos estrangeiros que mais tiveram matérias reproduzidas no JB foram o The Independent e a Reuters. Por que esses dois veículos especificamente?

- O Independent pela qualidade do conteúdo, que é excepcional, pelo fato de o jornal ter o maior especialista em Oriente Médio do mundo, Robert Fisk, e pelo fato de termos um contrato que nos garantia exclusividade sobre o texto na cidade do Rio. O Fisk foi e é uma

referência em assuntos de Oriente Médio principalmente porque fala árabe fluentemente e conhece muito a cultura islâmica. Já o material da Reuters teve boa aceitação porque a agência costuma enviar para nós matérias prontas – chamadas wrapups – nas quais todas as informações importantes aparecem apuradas e organizadas em ordem de importância.

9) O estudo também indicou que o JB divulgou mais matérias desses veículos internacionais nos fins de semana. Qual foi o motivo?

- O motivo é sempre o conteúdo diferenciado e a exclusividade. A Reuters faz um estilo de jornalismo que nos interessa porque seus editores enviam material separado, o factual, a análise, o futuro. Além disso, eles têm uma visão meio de Cidade, com uma obsessão por bons e ricos personagens.

10) A pesquisa identificou quatro interpretações principais sobre os acontecimentos no Conflito no Iraque: a perspectiva proveniente dos países que formavam a Coalizão; a do Iraque e dos países árabes; a dos países ligados à ONU contrários a investida unilateral; e a pacifista. A interpretação mais veiculada pelo JB durante o conflito foi a dos países da Coalizão, com 39%, e a menos foi a Pacifista, com 10%. A que você atribui esse resultado?

- Com certeza, em 39% das vezes era na imprensa dos países da coalizão onde surgiam as maiores denúncias e os fatos mais relevantes que pudéssemos apostar.

11) Na sua opinião, as rotinas produtivas também contribuíram para esse resultado?

- Rotinas estão sempre sendo aperfeiçoadas e no nosso caso o avanço das comunicações por via digital nos ajudou muito, sem falar na mudança de paradigma da equipe. Pelo menos no JB não existe mais a figura daquele redator que compila os textos das agências e os publica. Toda a equipe da Internacional é formada por repórteres que gostam de apurar e cavar boas histórias. A Internet banda larga, o telefone celular com roaming internacional nos ajudaram a dar um salto de qualidade ainda maior de lá para cá. Para você ter uma idéia do que representa esse avanço, hoje conversamos com personagens que estão isolados em uma aldeia remota perto de Trípoli. Tudo pelo celular. Há três anos eu sequer imaginava que essa possibilidade pudesse ser real e disseminada.

Perguntas de caráter geral:

1) Na sua opinião, qual é o espaço que o repórter e o editor possuem para alterar um padrão jornalístico uma vez que ele é determinado pela diretoria do jornal?

- A determinação da diretoria dificilmente supera o apelo de uma boa história. No caso do JB, o mérito é saber vender o próprio peixe de forma a convencer a primeira página de que aquele assunto mereceu análise por parte de quem o enviou. Diretores de redação, em sua maioria, também são repórteres bem ou mal garimpando furos que valorizem seu passe.

2) Para você, qual foi a contribuição da cobertura jornalística brasileira – e do JB – na questão do Conflito no Iraque?

- Eu diria que a cobertura foi correta e com grande aposta em matérias exclusivas e com novos ângulos de abordagem.

3) Qual é o papel dessa cobertura específica no entendimento do público sobre as guerras em geral? Ou seja, houve na sua opinião alguma mensagem mais abrangente ou o objetivo era apenas informar?

- O papel era o de informar sem simplismo. O JB desde o início se propôs a ser o jornal onde mais que o fato, o leitor poderia encontrar análises capazes de permitir um juízo de valor mais apurado.

ENTREVISTA: Cláudia Antunes (Atual editora do caderno Mundo da *Folha de S. Paulo*)⁹⁹

Perguntas específicas:

1) Como é a rotina produtiva da editoria internacional da *Folha de S. Paulo* (pautas, seleção de matérias, critérios de edição, etc)?

- Antes de deixar o jornal, a editora ou editora assistente deixa instruções para o pauteiro – suítes a fazer, ângulos novos a explorar, temas que precisam entrar no jornal etc. Também pode combinar previamente pautas com os correspondentes – atualmente em Buenos Aires, Londres, Nova York e Washington. O pauteiro chega às 7h, faz um esboço de pauta, tem uma primeira reunião com os demais pauteiros e o editor de produção às 9h. O editor chega às 11h, revê a pauta, tem outra reunião geral ao meio dia e uma final às 17h. A editoria em si discute conjuntamente a pauta do dia às 14h, quando todos, incluindo repórteres e redatores, fazem sugestões. Diria que a edição final ideal é um equilíbrio entre os assuntos que explodem nas TVs, na Internet e nas agências durante o dia, analisados com mais sofisticação, e assuntos que não foram bem explorados por ninguém mas que merecem ganhar peso por revelarem questões importantes de relações internacionais ou de geopolítica, e pela relação com problemas ou interesses brasileiros etc.

2) Quais são os critérios para a reprodução integral de matérias de veículos internacionais?

- Ineditismo, exclusividade, ampliação de pontos de vista sobre o assunto em pauta.

3) Com quais veículos de notícias internacionais a *FSP* tem contrato para uso de conteúdo?

- The New York Times, Financial Times, Le Monde, Independent, além das agências de notícias France Presse, Reuters, AP, Efe, Ansa.

⁹⁹ Entrevista concedida por e-mail em agosto de 2006.

4) Como a FSP utiliza os demais veículos de notícias internacionais com os quais o jornal não tem contrato?

- Procuramos ler sempre o noticiário dos jornais locais pela Internet quando vamos abordar um país ou região, a fim de ter o ângulo com que o assunto está sendo tratado localmente. Quando é o caso, citamos essas fontes nas matérias. Em algumas ocasiões, quando avaliamos que vale a pena, entramos em contato com a publicação para comprar um artigo específico – foi o que fizemos, por exemplo, para comprar o artigo do Jon Lee Anderson sobre Cuba publicado no último "Mais" e que originalmente saiu na "New Yorker". Também recebemos pauta semanal da Agência Global – com colunistas de The Nation, Le Monde Diplomatique, The Daily Star (de Beirute) e outros – e compramos somente os artigos que nos interessam. Também encomendamos artigos e reportagens – seja a freelancers baseados no exterior ou a pessoas que julgamos poderem refletir avaliações importantes em seu país sobre o tema em pauta.

5) Houve alguma alteração dessas regras produtivas no período do Conflito do Iraque, em 2003?

- Não sei.

6) No caso específico da cobertura do Conflito de 2003, foi possível constatar que a *Folha* usou constantemente a indicação “com agências” no pé das matérias. Quais são os critérios de utilização dessa indicação?

- Quando julgamos conveniente acrescentar à reportagem enviada pelo correspondente ou enviado especial detalhes que ele não teve condições de apurar – as agências costumam ter muito mais repórteres no mesmo lugar. Evitamos fazer isso. Normalmente, preferimos que o correspondente ou enviado busque assunto ou ângulo exclusivo e fazemos pela redação o indispensável do noticiário geral.

7) Como foi a decisão de enviar um correspondente de guerra para a capital Bagdá?

- Não sei.

8) Na sua opinião, a questão do custo dificulta o envio de correspondentes?

- Sim.

9) Qual foi o motivo da retirada do correspondente Sérgio Dávila e do repórter fotográfico Juca Varella da capital iraquiana?

- Não sei.

10) Qual foi a contribuição que o correspondente em Bagdá trouxe para a cobertura da *Folha*? O jornal ficou satisfeito com o resultado?

- O jornal ficou muito satisfeito com o resultado. Pelo que me lembro, o Dávila conseguiu fazer uma cobertura diferenciada, que mostrou mais concretamente a realidade dos iraquianos, além de trazer informações exclusivas.

11) Na pesquisa, foi possível constatar também que o número de matérias caiu drasticamente depois da tomada da cidade de Tikrit, no dia 14 de abril, apesar dos confrontos não terem terminado propriamente. A que você atribui esse fato?

- Não sei.

12) No período do conflito (entre os dias 20 de março e 2 de maio de 2003), os veículos estrangeiros que mais tiveram matérias reproduzidas integralmente na *Folha* foram o *The New York Times* e o *The Independent*. Por que esses dois veículos especificamente?

- Não sei, mas eles estão entre os veículos dos quais o jornal tem direito de reprodução e costumam enviar matérias "quentes", diferentemente do Le Monde.

13) Ainda nos dias de hoje, é possível perceber a forte presença dos principais veículos informativos internacionais nas páginas dos jornais brasileiros – sejam grandes ou pequenos. Como você vê esse quadro?

- Acho que o ideal seria que o jornal tivesse mais correspondentes no exterior. Não tem por uma questão de custo, não de prioridades. O jornal costuma mandar enviados especiais ao exterior com frequência.

14) Qual foi o papel dos veículos informativos árabes – como a *Al Jazeera* – na cobertura do Conflito do Iraque?

- Não sei.

15) A pesquisa identificou quatro interpretações principais sobre os acontecimentos no Conflito no Iraque: a perspectiva proveniente dos países que formavam a Coalizão; a do Iraque e dos países árabes; a dos países ligados à ONU contrários a investida unilateral; e a pacifista. A interpretação mais veiculada pela *Folha* durante o conflito foi a dos países da Coalizão, com 45%, e a menos foi a Pacifista, com 7%. A que você atribui esse resultado?

- Não poderia dizer.

16) Na sua opinião, as rotinas produtivas também contribuíram para esse resultado?

- Não poderia responder.

Perguntas de caráter geral:

1) Na sua opinião, qual é o espaço que o repórter e o editor possuem para alterar um padrão jornalístico uma vez que ele é determinado pela diretoria do jornal?

- Há bastante espaço, acredito. Mas considero que não conformar-se com o noticiário mais à mão, não seguir prioridades de edição estabelecidas por outros meios influentes, não sedimentar estereótipos e mudar as próprias mentalidades é uma batalha diária dos que trabalham em jornal, especialmente com noticiário internacional.

2) Para você, qual foi a contribuição da cobertura jornalística brasileira em geral – e da *Folha* especificamente – na questão do Conflito no Iraque?

(Sem resposta)

3) Qual foi o papel dessa cobertura específica no entendimento do público sobre as guerras em geral? Ou seja, houve na sua opinião alguma mensagem mais abrangente ou o objetivo era apenas informar?

(Sem resposta)

ENTREVISTA: Sérgio Malbergier (Editor do caderno Mundo da *Folha de S. Paulo* no período do Conflito do Iraque)¹⁰⁰

Perguntas específicas:

1) Como foi a rotina produtiva da editoria internacional da *Folha de S. Paulo* no período do Conflito do Iraque, em 2003? (pautas, seleção de matérias, critérios de edição, etc)

- Reforçamos a equipe em cerca de 50%. Tínhamos dez pessoas e ficamos com cerca de 15. Nos primeiros dias, até um pouco mais. Conversava com o pauteiro logo cedo (por volta das 10h) e havia uma reunião de passagem dentro da editoria por volta das 13h. O que norteou a edição foi a tentativa de fechar o mais quente possível, tentar antecipar o rumo da guerra, ter muito material analítico e valorizar ao máximo nosso grande diferencial: a presença de dois correspondentes em Bagdá - Sérgio Dávila (repórter) e Juca Varella (fotógrafo).

2) Quais foram os critérios para a reprodução integral de matérias de veículos internacionais?

- Quando tinham textos exclusivos que complementavam nossa produção.

3) Com quais veículos de notícias internacionais a *FSP* tinham contrato para uso de conteúdo?

- Além de agências internacionais (Reuters, AP, France Presse e Efe) tínhamos o New York Times, Independent, Le Monde, Financial Times e El País.

4) Como a *FSP* utilizou as agências de notícias internacionais com as quais o jornal não tinha contrato?

- Ansa e DPA dificilmente tinham material exclusivo relevante. Não lembro de ter usado.

¹⁰⁰ Entrevista concedida por e-mail em agosto de 2006.

5) No caso específico da cobertura do Conflito de 2003, foi possível constatar que a *Folha* usou constantemente a indicação “com agências” no pé das matérias. Quais são os critérios de utilização dessa indicação?

- O redator da *Folha* compila material de agências internacionais e acrescenta outras informações de contexto ou mesmo de apuração própria para adequar o texto ao padrão do jornal, daí a assinatura DA REDAÇÃO e o pé “com agências”. O expediente também foi usado para eventualmente complementar informações de material enviado por correspondentes.

6) Como foi a decisão de enviar um correspondente de guerra para a capital Bagdá?

- Pedimos o visto com antecedência porque a guerra tinha data para começar: o fim do ultimato americano. Poucos dias antes do final do prazo, Dávila embarcou. Chegou a Bagdá horas antes dos primeiros ataques.

7) Na sua opinião, a questão do custo dificulta o envio de correspondentes? Ela também pode interferir no trabalho dos jornalistas que já estão no local?

- O custo é o único limitador para a presença de correspondentes. O jornal é uma empresa, e sempre tem de levar em conta os custos de sua operação. Uma vez no local, o enviado precisa sim conter seus custos já que trabalha com orçamento limitado. Às vezes inclusive é impossível enviar um reforço orçamentário por questões logísticas.

8) Quantos correspondentes a *Folha* tinha trabalhando na cobertura do conflito?

- Não lembro com precisão. Tínhamos os dois em Bagdá mais a rede de correspondentes habitual.

9) Qual foi o motivo da retirada do correspondente Sérgio Dávila e do repórter fotográfico Juca Varella da capital iraquiana?

- Por estarem trabalhando sob intensa pressão e risco pessoal, os dois sempre tiveram autonomia para decidir se queriam deixar o Iraque. Saíram quando acabou o dinheiro e não havia como enviar mais, se não me engano.

10) Qual foi a contribuição que o correspondente em Bagdá trouxe para a cobertura da *Folha*? O jornal ficou satisfeito com o resultado?

- A contribuição foi excelente. Tivemos um enorme diferencial em relação à concorrência brasileira, o que é muito importante. E, claro, tivemos o relato em primeira mão para o público brasileiro de como estava a vida em Bagdá sob ataque americano.

11) Na pesquisa, foi possível constatar também que o número de matérias caiu drasticamente depois da tomada da cidade de Tikrit, no dia 14 de abril, apesar dos confrontos não terem terminado propriamente. A que você atribui esse fato?

- Não lembro especificamente disso, o que deve indicar falta de conexão entre os dois fatos.

12) No período do conflito (entre os dias 20 de março e 2 de maio de 2003), os veículos estrangeiros que mais tiveram matérias reproduzidas integralmente na *Folha* foram o *The New York Times* e o *The Independent*. Por que esses dois veículos especificamente?

- O New York Times é um excelente jornal e trouxe reportagens muito boas sobre o conflito. O *Independent* tem uma boa cobertura de Oriente Médio em geral. E um ótimo especialista em Iraque, o Patrick Cockburn.

13) Ainda nos dias de hoje, é possível perceber a forte presença dos principais veículos informativos internacionais nas páginas dos jornais brasileiros – sejam grandes ou pequenos. Como você vê esse quadro?

- É o resultado da falta de estrutura das editorias internacionais. Infelizmente os veículos brasileiros têm poucos correspondentes e pouco investimento em geral na área, ao contrário dos grandes jornais estrangeiros.

14) Qual foi o papel dos veículos informativos árabes – como a *Al Jazeera* – na cobertura do Conflito do Iraque?

- A *Al Jazeera* e agora, em menor grau, a *Al Arabiyah* são vozes muito importantes justamente por serem árabes. A *Al Jazeera*, na guerra, foi a única TV a manter correspondentes atuantes em alguns cenários. É importante ressaltar que praticam um

jornalismo bem diferente do que seria considerado o "bom jornalismo" ocidental. Mas tem fontes, penetração e entendimento do mundo árabe que os meios ocidentais não têm.

15) A pesquisa identificou quatro interpretações principais sobre os acontecimentos no Conflito no Iraque: a perspectiva proveniente dos países que formavam a Coalizão; a do Iraque e dos países árabes; a dos países ligados à ONU contrários a investida unilateral; e a pacifista. A interpretação mais veiculada pela *Folha* durante o conflito foi a dos países da Coalizão, com 45%, e a menos foi a Pacifista, com 7%. A que você atribui esse resultado?

- O que posso dizer é que a cobertura tentou ser pluralista, apresentando as mais diversas visões da guerra. Mas o noticiário como um todo não pode ser dividido de acordo com as diferentes visões existentes, mas pela sua importância para os fatos cobertos. Os países da coalizão certamente têm estruturas melhores de comunicação. O governo do Iraque, num determinado momento, sumiu do mapa, por motivos óbvios. Quanto aos pacifistas, não sei quem se enquadra nessa definição. Se forem os movimentos populares contra a guerra, creio que eles tinham pouca relevância política/jornalística no meio do confronto. Lembro que antes da guerra tiveram sim muita repercussão, e lembro de termos dado bastante espaço para suas manifestações. Lembro ainda que a posição da *Folha* ao longo da guerra foi pacifista, expressa por meio de seus editoriais.

16) Na sua opinião, as rotinas produtivas também contribuíram para esse resultado?

- Acho que já respondi na questão anterior.

Perguntas de caráter geral:

1) Na sua opinião, qual é o espaço que o repórter e o editor possuem para alterar um padrão jornalístico uma vez que ele é determinado pela diretoria do jornal?

- Depende da ação de cada um. Muita coisa pode ser feita aqui na *Folha*. Há bastante espaço para diferentes opiniões.

2) Para você, qual foi a contribuição da cobertura jornalística brasileira em geral – e da *Folha* especificamente – na questão do Conflito no Iraque?

- A da Folha foi a presença dos correspondentes em Bagdá e mais análise dos fatos da guerra e da propaganda de guerra. Mas infelizmente o Brasil ainda carece de recursos para ter uma cobertura de eventos desse tipo que cause impacto global.

3) Qual foi o papel dessa cobertura específica no entendimento do público sobre as guerras em geral? Ou seja, houve na sua opinião alguma mensagem mais abrangente a respeito do tema ou o objetivo era apenas informar?

- A Folha sempre teve uma posição pacifista e contra a guerra, posição aliás parecida com a da diplomacia brasileira. A presença de correspondentes na capital do país atacado de alguma forma ajuda a retratar os horrores da guerra. O objetivo é sempre informar, buscando isenção e pluralismo de idéias.

Entrevista: Sérgio Dávila (Correspondente da *Folha de S. Paulo* em Bagdá)¹⁰¹

Me fale um pouco da sua formação acadêmica:

- A minha formação acadêmica começou assim: eu me formei em Jornalismo pela PUC, estudei também História e Letras na USP, mas não completei esses cursos. Estudei alguns anos e acabei decidindo pelo Jornalismo, só completei Jornalismo. Desde dessa época, eu lia muito. Mas falando só de Jornalismo, acho que eu me formei lendo nos anos 80 a *Isto é* dos bons tempos e a *Senhor* do Mino Carta, que eram separados, e a *Veja*, e a *Folha* principalmente. Meu pai assinava *Folha* e *Veja*, e o resto eu comprava. Então, foi aí que eu entrei em contato com Tarso de Castro, Paulo Francis, Flávio Rangel, Cláudio Abramo, Jânio de Freitas, o próprio Mino Carta, todos esses grandes nomes.

E a Literatura?

- Eu sempre li muita literatura. Acho que esse é o segredo, você tem que ler muito de tudo. Você tem que ler Machado de Assis, ele me influenciou muito. Os poetas também: Drummond, João Cabral de Melo Neto. O João Cabral deveria ser lido por todos os Jornalistas porque ele tem concisão ao passar uma idéia. Se você tem vinte linhas para contar uma história, a estrutura de um poema pode te ajudar a ser conciso nessa hora. Também é importante a leitura de autores mais recentes como, por exemplo, Nelson Rodrigues e o Luis Fernando Veríssimo. Hoje, o Luis Fernando Veríssimo é meio um fenômeno de massa e é muito valorizado academicamente, mas ele foi muito importante nos anos 80. A própria estrutura de texto que ele criava é muito mais que literária: é muito jornalística.

Muitas pessoas ficaram surpresas por você ter sido escolhido para ir à Bagdá. Você esteve em Nova Iorque e falava de cultura pop. A mesma coisa no caso do Pepe Escobar, que trabalhou na revista Bizz. Você acha que essa sua bagagem te ajudou de alguma maneira?

¹⁰¹ Entrevista concedida em maio de 2003 para a monografia de graduação *Reportagem em Primeira Pessoa na Imprensa Escrita Brasileira*. Por Gustavo M. Igreja, Igor Marx Silva e Pedro M. Burgos

- Eu acho que me ajudou muito. Tem duas respostas aí que são as seguintes: a primeira é que eu editei a “Ilustrada” da *Folha* durante quatro anos, e que fiquei muito identificado com o jornalismo cultural. Mas a *Folha* sabia que eu tinha trabalhado na *Veja*, na *Exame*, na própria *Playboy*, fazendo reportagens. E eu trabalhei três anos, antes de editar a “Ilustrada”, na revista da *Folha* como repórter especial. E ali, eu assinei trinta e cinco capas da revista em três anos. Entre essas capas, eu entrevistei o Paulinho Paiakan na aldeia dele quando ele se refugiou, porque ele tinha sido acusado de estuprar aquela menina; eu fui o primeiro a falar com o grupo Racionais MC na grande imprensa, com o Chico Science antes de gravar o disco, etc. Então, o jornal sabia que eu não agia só no jornalismo cultural apesar de ter ficado quatro anos na “Ilustrada”. Quando eles me mandaram para Nova Iorque foi muito por isso. Saber que eu podia dar conta, na visão deles, de outras coisas. No primeiro ano em Nova Iorque, é claro que eu privilegiei a cultura, mas desde que aconteceu o 11 de Setembro de 2001, quando completava um ano que eu estava lá, os dois anos restantes eu fiquei praticamente só em função dessa cobertura; 80% dos artigos que eu fiz tinham o Ataque Terrorista ou Suas Conseqüências como tema. Então, eu acho que isso me credenciou pro resto do jornal, e pro resto do público, a fazer uma cobertura de uma guerra. Eu não sei os mecanismos internos, eu não sei os bastidores, mas o primeiro convite que eles me fizeram quando eu voltei de Nova Iorque foi: “você toparia cobrir a Guerra de Bagdá?” Eu acho que foi uma conseqüência natural pro jornal. Eu acho que a “Ilustrada” tinha ficado pra traz e o grosso da minha produção se tornou a cobertura do atentado terrorista. Mas teve muita gente que se assustou, você tem razão. No próprio jornal muita gente falou: “Poxa! Será que vai dar certo?” E a segunda parte da resposta é: me ajudou muito ter essa formação cultural na hora de estar lá na guerra, porque eu evitei fazer aquele texto muito duro, muito *hard news* de uma situação que era totalmente *hard news*.

Como que era a sua liberdade de redação na cobertura da guerra? O texto saia muito modificado?

- Eu tenho treze anos de jornalismo e dez de *Folha* e acho que eu nunca tive tanta liberdade em toda a minha vida quanto nessa cobertura, pelas próprias condições da cobertura. Eu tinha muito pouca comunicação com o pessoal de São Paulo pelas condições da Guerra,

não tinha telefonia, a gente tinha um telefone por satélite que a gente tinha que usar escondido, nem sempre ele pegava porque satélite é dez vezes pior do que celular. Então, todas as vezes que eu falava com eles, eles me falavam: “você é o diretor de redação da Folha em Bagdá”. Então, eu decidia o tamanho, o que eu escrevia, a pauta, quantos textos, se eu ia mandar um ou cinco, se eu não ia mandar nenhum naquele dia, o Juca fazia a mesma coisa com as fotos. Ninguém deu palpite, ninguém peitou a gente, ninguém falou: “olha, amanhã precisa disso, hoje você mandou pouca coisa”. E tudo que a gente mandou, que eu mandei pelo menos, saiu na íntegra. O material do Juca não foi a mesma coisa porque, você sabe, a cada dia ele mandava 60 fotos, no jornal inteiro não tem 60 fotos. Então, não dava para publicar tudo, mas todos os textos que eu mandei saíram na íntegra sem nenhuma modificação. Às vezes, eles tiravam um erro de grafia aqui, outro ali, mas cortar e mudar não. Foi a única vez na minha vida.

Você se sentiu como a pessoa mais próxima da verdade na guerra?

- Eu me sentia mais próximo da verdade quando a gente falava com o povo iraquiano, porque o povo não se identificava nem com os invasores - que eram os americanos - nem com o regime instalado de Saddam Hussein. Eles odiavam os dois do mesmo jeito. Então, esse sentimento parecido que o povo tinha contra as duas principais forças desse conflito, deixava o iraquiano, de certa maneira, imparcial. Ouvir o povo nessa hora era quase como ouvir os dois lados e fazer o seu balanço. Como eles já tinham sua própria opinião dos dois lados, as informações vinham filtradas quase com imparcialidade. Acho que essa vantagem de ter optado pela visão do povo iraquiano, nos deixou mais próximos da verdade.

O que você achou da cobertura da guerra realizada pelos veículos jornalísticos estrangeiros?

- Eu acho que os veículos americanos, principalmente as emissoras, foram totalmente parciais e fizeram uma vergonha, com exceção do *New York Times* que dessa vez foi imparcial. O *Washington Post* teve alguns escorregões e o *Los Angeles Times* também. Mas as emissoras de televisão e as rádios foram uma vergonha. Mas eu acho que a imprensa européia e a imprensa não alinhada como a brasileira, a mexicana e a chilena se portaram

muito bem. Elas souberam dar os dois lados e fazer uma cobertura próxima do imparcial. Mas quem se destacou mesmo foi a imprensa Árabe, principalmente a Al Jazeera. O que a CNN foi para a Guerra do Golfo de 91, a Al Jazeera foi para essa Guerra. Eu, que estava lá, pensava: se eu fosse um espectador, se eu quisesse realmente saber o que está acontecendo na guerra do Iraque, eu veria a Al Jazeera, mesmo não entendendo árabe, do que a CNN, porque eu percebia que as imagens eram mais verdadeiras.

Algumas vezes, pequenas histórias suas foram mais significativas do que muitas informações. Você acha que, naquelas circunstâncias, o seu relato pessoal se tornou mais significativo?

- Eu acho que a imprensa brasileira, em geral, tem muito medo do relato pessoal, do relato em primeira pessoa. E tem ocasiões em que ele é absolutamente necessário. Às vezes, é até a auto-censura do jornalista, do próprio repórter imaginando: “A empresa não vai querer isso”. Mas muitas vezes, se você ousar, você consegue emplacar uma matéria. Eu senti isso quando eu voltei da rua no 11 de Setembro, fiz a matéria e percebi: “Não. Isso é pouco. Eu tenho que contar o que eu vi no caminho”. Aí eu fiz um relato grande em primeira pessoa, quem eu vi, quem falou comigo, etc. E eles deram essa matéria na primeira página. Essa foi a principal matéria de capa no dia 12 de setembro. Ali eu vi que o medo é mais nosso do que dos editores ou dos donos das empresas. Por exemplo, no manual da *Folha* ou no manual do *Estadão* não está escrito: “Nunca use a primeira pessoa”. É um senso comum que você tem, às vezes, que meter o pé na porta. Claro, se você vai cobrir uma coletiva do Palocci, você não vai fazer na primeira pessoa. Às vezes, pode até ficar interessante, mas não cabe muito. Mas numa situação de comoção mundial, como a da Guerra do Iraque, cabe.

Como é que você fez para escolher as informações que entraram nas matérias?

- Eu procurava pensar com a cabeça do leitor. E pensava: “o que me impressionou?” Ao chegar no hotel no fim do dia com o Juca, a gente sentava e pensava. Tudo era impressionante, tudo era notícia. A gente tinha que pensar no que é inédito e impressionante. E no que é significativo. Então, se o ministro da Informação não tivesse

aparecido para uma coletiva, isso era significativo, era uma notícia – mais do que se ele tivesse aparecido e mentido. Nós procurávamos fazer no fim do dia essa mini reunião de pauta, a dois, para definir os temas do dia.

Você acredita que, em certo ponto, Sérgio Dávila virou um personagem do jornal?

- Eu não tinha nenhum poder, nenhuma influência sobre isso. Eu mandava os textos como eu mandei desde o início. Continuava mandando e o Juca mandava as fotos. Eles (a *Folha*) começaram modestamente, aí viram que começou a dar certo, começou a chegar muito e-mail e carta de leitor, aí eles resolveram assinar o Juca também. Porque, afinal, ele me ajudava muito e as fotos eram dele. Depois de mais sucesso ainda, eles resolveram colocar nossa foto porque falavam: “Quero ver como eles estão”. Após muitos e muitos e-mails, eles começaram a dar minhas matérias só na contra capa do caderno, que era uma página mais nobre e colorida. Mas agente não teve influência nenhuma nisso. Foi o leitor pressionando. Não pressionava para colocar mais na página colorida, mas pressionando para ter mais diário de Bagdá. O que levou a folha até a fazer um anúncio, que eu só soube depois que eu voltei. Um anúncio de meia página no jornal dizendo que era uma foto nossa, e que nós éramos os únicos brasileiros em Bagdá.

Você acredita que o leitor demandou uma visão pessoal e brasileira do conflito?

- Eu acho que foi uma lição. Acho que nos próximos eventos desse tipo, não só de guerra, como um grande evento internacional que sempre é caríssimo para as empresas brasileiras de jornalismo cobrirem (esse é o principal empecilho da gente não cobrir mais guerra, e não cobrir mais eventos estrangeiros), vai pesar o olhar brasileiro que diz: “Vale a pena”. Porque foi caro agente ir para Bagdá, mas vale a pena mandar porque o retorno é positivo, e é um retorno que na hora não é financeiro. O anunciante não gosta de guerra. Nenhum anunciante quer vincular seu produto a cena de guerra, bomba. Mas o jornal ganha muito prestígio nesse período e, depois disso, resulta em mais leitores, mais influências, mais exemplares, nem que seja daqui há um ano.

Você falou que às vezes o jornalista precisa meter o pé na porta. Como é que você acha que é a relação dos jornais e dos jornalistas com esse estilo?

- Tem muito preconceito quanto a primeira pessoa e tem muita auto-censura. Eu acho que é um casamento de duas forças negativas. Primeiro, o repórter fica avechado, tímido de fazer, ou de pedir pra fazer, ou de sugerir. E, segundo, o editor fala: “Mais um querendo dar a opinião?!” Porque o que mais temos no jornalismo é gente querendo dar a opinião. O que tem que se diferenciar é o seguinte: o texto em primeira pessoa não é necessariamente opinativo, ele pode ser um relato em primeira pessoa. Você não precisa usar juízo de valor só porque você tem essa liberdade de estar falando eu, eu, eu. Então, se o repórter assegurar que vai fazer um relato, não vai fazer um texto opinativo, acho que fica mais fácil ele ser liberado de fazer um texto assim. Agora, não é qualquer repórter, também. Você não pode começar hoje na empresa, ou ter um ano, ou ter sei lá, três anos... É preciso ter uma certa cancha, não só na carreira, como na empresa que você passa. Mesmo se você tiver dez anos de jornalista e entrar num jornal agora, não vai ser na primeira semana que eles vão te deixar fazer isso. Quando eu comecei a fazer isso, eu já tinha oito anos de *Folha*, eu já tinha sido editor. Então, eu tinha um certo respaldo.

Como que eram os veículos estrangeiros em relação a esse tipo de relato?

- Os veículos estrangeiros, os melhores jornais do mundo, eles são muito liberais nesse sentido. O John F. Brooks que era o cara que trabalhava no *New York Times*, fazia relatos de primeira pessoa muito seguidamente. Eu diria que em uma semana, ele costumava mandar um texto por dia só. Em uma semana, de sete textos que ele mandava, acho que quatro era de primeira pessoa e o Robert Fisk, todos os dias era em primeira pessoa, do *Independent*, que é um dos melhores jornais do mundo. Não é mais influente como o *New York Times*, mas eles têm menos preconceito. A imprensa européia e a americana têm menos preconceito com texto em primeira pessoa do que nós. Nós ainda estamos numa geração atrás da geração que eles estão. Eles estão numa geração de repórteres e escritores que privilegia muito o texto, e a gente ainda está na geração que está buscando rigor com a informação. Eles já passaram dessa fase, porque eles já têm, de maneira muito arraigada na

cultura jornalística deles, o rigor com a informação. Então, eles já se sentem livres para brincar com o texto. A gente ainda está no estágio anterior.

Você falou da questão do testemunho. Ou seja, o jornalista dando o seu relato, mas sem revelar necessariamente sua opinião. Você acha que esse estilo tende a aparecer mais em situações atípicas, como no caso da guerra?

- Acho. Situações de extremo *hard news* ou de comoção nacional e mundial, propiciam mais você ter esse tipo de texto do que se você for cobrir uma coletiva de um ministro ou o lançamento de um carro, ou pacote econômico, ou um novo remédio. Até os jornais se mobilizam de uma tal maneira nesses eventos que criam uma editoria especial, um time especial, mostrando que coisas especiais como essas são bem vindas. Então, eu acho que propicia. Outro lugar que eu acho que propicia muito, mas aí eu acho que entra no vício do “opinionismo”, é o jornalismo cultural. O jornalismo cultural é um solo muito fértil para você fazer relatos em primeira pessoa. Infelizmente, nessas editorias, todo mundo que vai fazer esses relatos acabam dando opinião também.

Como você vê a questão da vaidade do jornalista nessas abordagens em primeira pessoa?

- O meu sogro é jornalista, o José Hamilton Ribeiro. Ele sempre fala que o que move o jornalista é uma mistura de vaidade com heroísmo e burrice. Porque se ele fosse esperto iria fazer outra profissão (risos). Mas como ele não é, ele vai ser jornalista. Nessa caso, ele tem esse heroísmo embutido de querer salvar e mudar o mundo, e de querer influenciar o mundo mais do que mudar, influenciando as pessoas. E tem a vaidade de ver o seu nome assinado, ver as pessoas comentando o que você escreveu, falou e mostrou. Existe um componente de vaidade muito grande. Isso aconteceu com a geração dos anos 80, por exemplo, eles ficaram tão vaidosos que eles começaram a achar que eles eram a notícia também, ou tão importantes quanto à notícia. E aí, um monte de gente perdeu o rumo por causa disso. Você vai entrevistar o Caetano Veloso, ele é muito charmoso, ele te envolve, até por interesse dele mesmo, para você tratá-lo bem na matéria que você vai escrever. Ele te envolve, ele faz-te sentir tão importante quanto ele. Eu o entrevistei na casa dele em

Nova Iorque, eu me sentia como membro da banda do Caetano e não como um jornalista entrevistando ele. Só que você chega em casa e esquece tudo isso, e faz a matéria ali, o mais justo possível. Agora, as pessoas se encantam por esse mundo e pensam: “Poxa! Eu estou na casa do Caetano bebendo um vinho com ele, falando com a Paula Lavigne, etc”. Você começa a achar que faz parte da família. É mentira! Você não faz; você é assalariado, você pode ser demitido amanhã. E o Caetano faz arte, você não faz arte. Então tem essa diferença.

Você acha que a imprensa brasileira vive uma crise de leitores?

- A imprensa está em crise. Às vezes, eu penso que ela é um meio em extinção. Os leitores de jornal estão diminuindo no mundo inteiro, por exemplo. A audiência de telejornal está caindo no mundo inteiro, inclusive da CNN. E isso não significa que a internet está na melhor fase, não significa dizer que está caindo de um lado para crescer do outro. Está tudo muito ruim. Eu acho que o jornalismo do mundo inteiro vai ter que descobrir o “pulo do gato” para sair dessa crise. Porque a gente tem 170 faculdades de jornalismo no Brasil. Vamos imaginar que a cada ano se formem dez jornalistas só. Sabemos que é muito mais. Mas se dez jornalistas formam em cada faculdade, a cada ano o mercado tem 1700 jornalistas para absorver. A redação da Folha tem 300 pessoas, o Estadão tem 280. Onde você vai enfiar toda essa gente? A crise começa daí.

Qual é a sua opinião sobre os veículos jornalísticos que consideram a notícia como um entretenimento?

- Eu acho que esse caminho já não deu certo nos Estados Unidos. Eles tentaram fazer isso nos anos 90 e agora estão voltando atrás. Agora, os americanos estão apostando novamente no jornalismo com “J” maiúsculo. A *Fox News* cresceu assim, fazendo jornalismo e não fazendo entretenimento. Aqui no Brasil ainda tem um resquício disso, principalmente na televisão, mas eu acho que não é o caminho. Acho que logo vai se descobrir que nunca se perde dinheiro quem trata direito o leitor e o espectador. Ou seja, os veículos que mostram boa informação, bem apurada, bem escrita, bem dirigida, bem falada. Nunca se perde dinheiro fazendo isso. A revista *Realidade*, por exemplo, era uma revista de sucesso. Ela já

existia quando a *Veja* surgiu, e vendeu muito. A *Realidade* durou de 66 a 75, quando foi engolida até pelas publicações semanais, porque ela era mensal. Mas a revista era bem feita, bem escrita e vendia.

Você acha que os jornais temem os profissionais que utilizam o recurso da primeira pessoa? Ou seja, que ele se torne importante e fique caro para o jornal?

- Eu acho que não. O jornal estimula isso porque ele quer ter estrelas e ganha com isso. Ele vende mais. Por exemplo, é melhor a *Folha* ter o Carlos Heitor Cony do que não ter. Ele se torna um pouco estrela, mas é melhor ter ele ali na página 2 todo o dia e na coluna do *Estado* do que não ter. É melhor ter o Gilberto Dimenstein do que não ter. Todos eles são caros, mas a *Folha* estimulou o crescimento deles e foi pagando cada vez mais pra eles. Eles tiveram um crescimento de salário, hoje ganham bem, estimulados pela própria *Folha*. Então, eu acho que o jornal tem interesse em ver o jornalista crescer, e ao crescer ele ganha cada vez mais. Fica mais caro, mas o investimento vale a pena. E vale a pena investir. Geralmente, quem tem a liberdade de fazer esse tipo de texto é porque já está no jornalismo há muito tempo, já tem um nome mesmo. Então, é um jornalismo caro, mas a empresa estimula porque tem retorno.

Quando você foi cobrir a guerra você devia ter uma série de preconceitos sobre a situação no Iraque e sobre o próprio conflito. Como é que você lidou com seu lado humano no momento de dar o relato?

- Eu procurava me livrar desses preconceitos que você falou. Por exemplo, antes de ir para o Iraque, eu li muito, eu pesquisei muito. Mas eu tinha uma impressão de que ia encontrar um país como o Irã, por exemplo. Um país extremamente fechado, muito religioso, muito sóbrio, com as pessoas fechadas. E o que eu encontrei foi quase um Rio de Janeiro. As pessoas riam mesmo sobre guerra, são pessoas muito amáveis, muito alegres, contam piadas. Então, o preconceito básico que eu tinha já foi por terra assim que eu entrei em Bagdá. A partir daí, eu fui derrubando eles um por um. Talvez no começo, os meus textos podiam ainda ter uma aparência de que eu estava em outro mundo. Mas depois eu fui vendo

que não é. Eles são como a gente. Apesar de terem algumas diferenças básicas conosco, foi povo sofrendo do mesmo jeito.

Tem gente que fala que esse tipo de jornalismo na primeira pessoa se aproxima em certos aspectos da antropologia. O que você pensa sobre isso?

- Eu acho que tem pontos de intersecção com a antropologia e com a literatura também. Porque geralmente na literatura, ou você tem um narrador onisciente, que é o jornalista, o que ele fala com todas as partes envolvidas e aí escreve sem se colocar. Ou é o narrador em primeira pessoa. Então, nos dois casos, a literatura está muito próxima. E a antropologia também. Eu acho que os dois campos se aproximam, por razões óbvias.

Essa cobertura mexeu com seus valores pessoais?

- Mexeu com um valor básico. Quando eu voltei de Nova Iorque para São Paulo, eu voltei com muito medo. Medo da violência urbana. Muito medo, porque Nova Iorque está muito seguro, eu fiquei lá três anos, e fazia coisas que eu sabia que eu não poderia fazer em São Paulo, como passear as duas horas da manhã a pé, andar de metrô de noite, de madrugada. Então, eu voltei com medo dessa violência urbana e fiquei um mês só na cidade e já fui pra Bagdá. O que eu vi em Bagdá é muito pior. Eu percebi que uma guerra de verdade é tão pior da situação que a gente fala que é guerra urbana, que eu perdi esse medo. Eu voltei muito mais corajoso pra São Paulo. Então, se teve um valor que mudou e que me ajudou muito, foi esse. Voltei um sujeito destemido.

Editorial: O New York Times e o Iraque

(Tradução do portal de notícias Último Segundo)

26/05/04

No último ano, este jornal focou os holofotes da retrospectiva nas decisões que fizeram os EUA invadirem o Iraque. Nós examinamos os fracassos da inteligência americana e aliada, especialmente na questão das armas iraquianas e possíveis ligações iraquianas a terroristas internacionais.

Nós estudamos as alegações de veracidade e exagero. Chegou a hora de voltarmos esses holofotes para nós mesmos.

Ao fazer isso - revisando centenas de artigos escritos durante a antecipação para a guerra e nos estágios iniciais da ocupação - nós descobrimos uma enorme quantidade de jornalismo do qual temos orgulho.

Na maioria dos casos, o que nós reportamos foi um reflexo exato do conhecimento na época, a maioria cuidadosamente extraída de agências de inteligência que eram dependentes de poucas informações.

E onde esses artigos incluíam informações incompletas ou apontavam na direção errada, elas depois eram substituídas por informações mais fortes. É assim que a cobertura normalmente se dá.

Mas nós encontramos uma série de exemplos de cobertura que não foi tão rigorosa como deveria ter sido. Em alguns casos, a informação que era controversa na época, e parece questionável agora, foi insuficientemente qualificada ou permaneceu inalterada.

Olhando em retrospecto, nós gostaríamos de ter sido mais agressivos na análise das afirmações conforme elas surgiam - ou não.

Os artigos problemáticos variavam na fonte e assunto, mas muitos compartilhavam uma característica comum. Eles dependiam ao menos em parte de informações de um círculo de informantes, desertores e exilados iraquianos empenhados na "mudança do regime", pessoas cuja credibilidade tem sido alvo de crescente debate público nas últimas semanas. (O mais importante crítico de Saddam, Ahmad Chalabi, foi nomeado como uma fonte ocasional nos artigos do jornal desde ao menos 1991, e apresentou repórteres a outros exilados. Ele se tornou o crítico favorito dentro do governo Bush e um agente pago de informações de exilados iraquianos, até seus pagamentos serem suspensos na semana

passada).

Para complicar a situação dos jornalistas, as declarações desses exilados normalmente eram confirmadas por oficiais americanos convencidos da necessidade de intervir no Iraque. Autoridades do governo agora reconhecem que algumas vezes caíram nas declarações dessas fontes. Bem como muitas organizações de notícias - essa em particular.

Alguns críticos da nossa cobertura durante aquela época focaram a culpa em repórteres. Nossa análise, entretanto, indica que o problema era mais complicado.

Editores de vários níveis que deveriam contestar os repórteres e pressionar por mais ceticismo talvez estavam muito ansiosos por um furo de reportagem. Declarações de desertores iraquianos nem sempre foram pesadas contra seu desejo de depor Saddam Hussein.

Os artigos baseados em terríveis declarações sobre o Iraque tendiam a ter grande destaque, enquanto outros artigos que colocavam os anteriores em dúvidas algumas vezes ficavam escondidos.

Em alguns casos, não havia um acompanhamento do caso. Nos dias 26 de outubro e 8 de novembro de 2001, por exemplo, os artigos da primeira página citavam desertores iraquianos que descreviam um campo secreto onde terroristas islâmicos eram treinados e armas biológicas produzidas. Essas declarações nunca foram verificadas independentemente.

No dia 20 de dezembro de 2001, outro artigo da primeira página dizia, "Um desertor iraquiano que se descreveu como um engenheiro civil disse ter trabalho na reconstrução de instalações secretas para armas biológicas, químicas e nucleares em poços subterrâneos, vilas particulares e sob o Hospital Saddam Hussein em Bagdá há um ano".

Os jornais Knight Ridder reportaram, na semana passada, que autoridades dos EUA levaram esse desertor - seu nome é Adnan Ihsan Saeed al-Haideri - para o Iraque no começo deste ano para indicar os lugares onde ele teria trabalhado, e que as autoridades não conseguiram encontrar evidência de seu uso para programas de armas.

Ainda é possível que armas químicas e biológicas estejam no Iraque, mas neste caso parece que nós, junto com o governo, fomos trapaceados.

E até agora não reportamos isso para os nossos leitores.

No dia 8 de setembro de 2002, o principal artigo do jornal trazia a manchete "EUA dizem que Saddam intensificou a busca por partes de bomba". Essa matéria falava sobre os tubos de alumínio que o governo anunciou insistentemente como componentes para a produção de combustível nuclear.

A alegação não veio de desertores, mas das melhores fontes de inteligência disponíveis na época. Mesmo assim, ela deveria ter sido apresentada com mais cautela.

Havia sinais de que a utilidade dos tubos na produção do combustível nuclear não era certa, mas eles não estavam claros, 1.700 palavras em um artigo de 3.600. Autoridades do governo puderam explicar extensamente por que esta evidência das intenções nucleares do Iraque obrigava Saddam Hussein a deixar o poder: "O primeiro sinal de uma 'prova irrefutável', argumenta, pode ser uma nuvem em formato de cogumelo".

Cinco dias depois, os repórteres do jornal descobriram que os tubos eram, na verdade, uma questão de debate entre as agências de inteligência. As dúvidas apareceram em um artigo publicado na página A13, sob uma manchete que não insinuava uma revisão da primeira matéria ("Casa Branca lista passos iraquianos para construir armas proibidas").

O jornal deu voz a céticos dos tubos em 9 de janeiro, quando a peça-chave de evidência foi contestada pela Agência Internacional de Energia Atômica. Isso foi reportado na página A10; na verdade, esse artigo poderia ter aparecido na primeira página.

No dia 21 de abril de 2003, enquanto os caçadores de armas americanos seguiam as tropas dos EUA no Iraque, outro artigo da primeira página declarava, "Armas ilícitas foram mantidas até início da guerra, teria dito cientista iraquiano".

Ele começava assim: "Um cientista que alega ter trabalhado no programa de armas químicas do Iraque por mais de uma década disse ao exército dos EUA que o Iraque destruiu as armas químicas e os equipamentos biológicos dias antes da guerra começar, dizem membros da equipe".

O informante também afirmou que o Iraque havia enviado armas não-convencionais para a Síria e vinha cooperando com a Al-Qaeda - duas alegações que foram, e continuam, muito controversas.

Mas o tom do artigo sugeria que este "cientista" iraquiano - que em uma carta se descrevia como um oficial da inteligência militar - havia fornecido a justificativa que os americanos queriam para a invasão.

O jornal nunca acompanhou a veracidade desta fonte ou as tentativas de verificar suas declarações. Uma amostra da cobertura, incluindo os artigos mencionados aqui, está disponível.

Os leitores também encontrarão uma discussão detalhada escrita para o *New York Review of Books*, no mês passado, por Gordon, correspondente de relações militares do jornal, sobre a matéria dos tubos de alumínio.

Respondendo à crítica da cobertura do Iraque, sua matéria pode servir como instrução sobre as complexidades de reportar tais informações. Nós consideramos a história das armas iraquianas, e do padrão de má informação, um negócio inacabado. E pretendemos continuar a reportar agressivamente com o objetivo de consertar os erros.